UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CAROLINA DE JESUS PEREIRA

Meandros da interpretação

Os textos e seus leitores

São Paulo

2016

CAROLINA DE JESUS PEREIRA

Meandros da interpretação

Os textos e seus leitores

.

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Linguagem e Educação

Orientação: Professora Livre Docente: Claudia Rosa Riolfi

São Paulo

2016

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

375.101 Pereira, Carolina de Jesus
P436m Meandros da interpretação: os textos e seus leitores / Carolina de Jesus Pereira; orientação Claudia Rosa Riolfi. São Paulo: s. n., 2016.
111 p.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Linguagem e Educação) - - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

1. Leitura 2. Educação 3. Ensino I. Riolfi, Claudia Rosa, orient.

Dedico este trabalho a meus pais, por me ajudarem a suportar o peso dos planos.

Agradecimentos

À professora Claudia Riolfi, cujas aulas despertaram meu fascínio pela Educação, agradeço pela orientação zelosa e enérgica e por todo o incentivo e generosidade.

Às professoras Elizabeth Harkot-de-La-Taille e Idméa Semeghini-Siqueira, que gentilmente aceitaram o convite para ler esta dissertação.

Aos membros do Grupo de Estudos e Pesquisa Produção Escrita e Psicanálise (GEPPEP), por se implicarem comigo em discussões acerca de trechos deste trabalho, especialmente Suelen e Milan.

À Carla, amiga e colega de GEPPEP, pela disposição constante em ajudar e alegria contagiante.

Aos meus colegas de trabalho de diferentes editoras, pelo incentivo e compreensão.

À minha família e todos os amigos de São Paulo e Minas Gerais que me apoiaram.

Folha de Aprovação

Carolina de Jesus Pereira

Meandros da interpretação: os textos e seus leitores

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Linguagem e Educação

Aprovado em _____

Banca Examinadora

Profa. Livre-Docente Claudia Rosa Riolfi (orientadora)

Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo

Assinatura:

_____

Profa. Livre-Docente Elizabeth Harkot-de-La-Taille

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo

Assinatura:

_____

Profa. Livre-Docente Idméa Semeghini-Siqueira

Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo

Assinatura:

_____

Talvez ensinar a língua também signifique ensinar que a vida
não está pronta, não está acabada e que sempre há um
horizonte para aquilo que virá

João Wanderley Geraldi

Como saber se cada pássaro
que cruza os caminhos do ar
não é um imenso mundo de prazer,
vedado por nossos cinco sentidos?

William Blake

Resumo

PEREIRA, Carolina de J. Meandros da interpretação: os textos e seus leitores. 2016. 110f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Esta dissertação explora ocorrências de leitura não convencional, deslizes cometidos por leitores ao entrar em contato com textos. Mesmo fugindo de uma abordagem moralista e classificatória, foi levada em conta a diferença entre o trabalho realizado por sujeitos que já podem ser considerados leitores competentes daquele empreendido por leitores que carecem de maior aprofundamento em sua educação. Isso posto, é preciso esclarecer que as ocorrências de deslizes foram consideradas parte do processo de construção de conhecimento (ESTEBAN, 2000, 2001; SUASSUNA, 2004), razão por que nossa tentativa de interpretar as formulações desviantes e suas causas visava romper com a lógica do fracasso e, em seu lugar, buscar uma problematização que pudesse resultar na criação de novos saberes. O *corpus* foi constituído por materiais de duas naturezas: a) notícias; e b) textos publicados na internet e os comentários a respeito deles publicados pelos leitores. Com base em um referencial teórico que contemplava diferentes vertentes do estudo da leitura (GREIMAS, 1979; MARCUSCHI, 1985; FREIRE, 1991; GERALDI, 1993, 1996; SOLÉ, 1998; BRANDÃO, 1998; CARDOSO, 1999; POSSENTI, 2002, 2009; SMITH, 2003; BARZOTTO, 2009; MARCUSCHI, 2009; RIOLFI, 2015), buscou-se recuperar o percurso que levou alguém a ler de modo não convencional. Algumas das fontes de leituras não convencionais que se tornaram visíveis com o aprofundamento da análise foram elementos linguísticos como incompreensão de temporalidade e conjugação verbal, dificuldade de partilhar ironia, atribuição inexata de sentidos a palavras polissêmicas e desconhecimento dos efeitos de sentido gerados por conjunções e locuções conjuntivas. Entre os elementos extratextuais, destacamos o alheamento ao conteúdo do texto, quando o leitor parece tirar conclusões com base em manchetes; o viés de confirmação, quando a pessoa só lê para confirmar o que já estava procurando, e a interferência de crenças, experiências e ideias individuais. Concluímos que, para evitar que as leituras desviantes coloquem em risco a própria elaboração intelectual, como alertou Riolfi (2015), é urgente que, na escola, tome-se a leitura como objeto prioritário. Em vista disso, cabe aos professores instruir seus alunos de modo a ressignificar a relação entre textos e leitores e, assim, redefinir os meandros da interpretação.

Palavras-chave: leitura; interpretação de texto; leitura não convencional; educação.

Abstract

PEREIRA, Carolina de J. Meanders in interpretation: texts and their readers. 2016. Dissertation (Master's Degree) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

This investigation focuses on unconventional reading occurrences, "slips" committed by readers when reading texts. Even though we avoid a moralistic and classificatory approach, we took into account the difference between the work performed by individuals who may already be considered "competent readers" and the one performed by readers who lack a deepening in their education. The idea that these slips in reading are considered part of the knowledge-building process (ESTEBAN, 2000, 2001; SUASSUNA, 2004) is essential to this study. That's the reason why our attempt to interpret the deviant formulations and their causes is intended to break with the logic the failure and, instead, seek a questioning that can result in the creation of new knowledge. The *corpus* consisted of two kinds of materials: a) news; and b) texts published on the Internet and comments about them posted by readers. Based on a theoretical framework which included different theories about Reading (GREIMAS, 1979; MARCUSCHI, 1985; FREIRE, 1991; GERALDI, 1996; SOLÉ, 1998; BRANDÃO, 1998; CARDOSO, 1999; POSSENTI, 2002, 2009; Smith, 2003; BARZOTTO 2009; MARCUSCHI, 2009; RIOLFI, 2015), we sought to recover the path that led a person to read as they did. Some of the causes of unconventional readings that became visible in the analysis were linguistic elements such as incomprehension of verb conjugation, difficulty to understand irony, inaccurate attribution of meanings to polysemous words and unfamiliarity with the meanings created by conjunctions. Among extra-textual elements, we highlight the aloofness regarding the content of the text, when the reader seems to draw conclusions based on headlines; the confirmation bias, when one reads only to confirm what they already thought about something, and the interference of beliefs, experiences and individual ideas. We concluded that, in order to prevent that deviant readings put intellectual development in danger, as Riolfi (2015) suggested, it is urgent that schools take reading as a priority. Therefore, teachers must instruct their students so that the relationship between texts and readers can be reframed, which will thus redefine the meanders of interpretation.

Keywords: reading; text interpretation; unconventional reading; education.

Sumário

Introdução VIII

1 A leitura e seu ensino 1

1.1 Alterações na concepção de leitura ao longo do tempo 1

1.2 A leitura na contemporaneidade 5

1.3 O ensino de leitura na escola 7

1.4 As leituras não convencionais 16

2 A organização do *corpus* de pesquisa 19

3 Comentários em textos publicados na internet 22

3.1 Leituras não convencionais por profissionais da imprensa 23

3.2 Leituras não convencionais feitas por celebridades 30

3.3 Leituras não convencionais de um contrato 34

3.4 A ironia e suas leituras não convencionais 37

3.5 Entre a crítica e a homenagem 66

3.6 Leituras não convencionais de textos argumentativos 77

4 Considerações finais 89

Referências bibliográficas 94

Introdução

Esta dissertação explora os deslizes que as pessoas cometem ao entrar em contato com textos e reflete sobre o possível papel da Educação para amenizar esse problema. Em que pese a compreensão de que o equívoco é um fato estrutural implicado pela ordem do simbólico, que não pode ser excluído do fato linguístico (ORLANDI, 2007), optamos pela expressão "leituras não convencionais" para nos referirmos a nosso objeto. Aqui, essa expressão é usada para aludir às interpretações realizadas pelos sujeitos que, seja por não conseguirem interpretar para além da literalidade dos enunciados, seja por extrapolarem o que seria possível inferir a partir da materialidade linguística, apresentam leituras que dificilmente estariam autorizadas pelo texto lido.

O momento em que tivemos mais clareza acerca do interesse em compreender inconsistências no processo de leitura foi quando, durante o curso de graduação em Letras, entre 2007 e 2009, fazíamos o projeto de Iniciação Científica. Uma vez que um dos objetivos da pesquisa era compreender a maneira como os anúncios publicitários com enunciados em inglês afetavam o imaginário popular e a identidade dos brasileiros, parte de nossas tarefas (na ocasião, sob a orientação da professora Marisa Grigoletto) consistia em entrevistar pessoas exibindo anúncios selecionados e seguindo um roteiro de perguntas predefinido.

Ao expor as peças publicitárias aos entrevistados, fazíamos perguntas como: "O que está sendo anunciado aqui?", "Você adquiriria esse produto ou serviço?", "Para quem você acha que esse anúncio é destinado? Por quê?" etc. Embora muitos dos anúncios não trouxessem elementos que pudessem indicar ou sugerir de que se tratava, alguns dos entrevistados nos davam respostas assertivas, justificando-as com argumentos convictos que, apesar da segurança de seus enunciadores, não encontravam sustentação na materialidade das peças. Um desses anúncios trazia uma paisagem campestre, com uma árvore ao fundo, bolas azuis na grama, um cavalo branco e um casal que se abraçava de forma sensual. O único texto que acompanhava a imagem era "Powered by Pfizer". A cena ilustrava o anúncio do medicamento Viagra®.

Duas entre trinta entrevistas realizadas chamaram muito a atenção, por destoarem das demais. Em ambas, os entrevistados afirmaram não saber do que se tratava. Na primeira delas, o entrevistado afirmou com convicção: "Mais uma vez é o governo mostrando a necessidade de cuidar do meio ambiente, preservar a natureza, cuidar das árvores…". Na segunda, o entrevistado, ao ser questionado acerca do que estava sendo anunciado, respondeu que certamente se tratava de uma propaganda dirigida a fazendeiros que quisessem adquirir animais.

Ressalte-se que os dois entrevistados se colaram a partes isoladas da imagem para construir suas conclusões. À época, surgiu uma desconfiança de que talvez as conclusões equivocadas a partir de imagens fossem algo comum também quando lidamos com textos; talvez muitos leitores não fossem capazes de perceber a ausência de elementos que pudessem justificar determinadas interpretações; talvez estivessem corretas as ponderações de Possenti (1990), para quem existem leituras que parecem arbitrárias, calcadas em conclusões que não se sustentam.

Em outras palavras, passamos a nos perguntar se esse mesmo processo não seria o responsável pela frequência e pela diversidade das leituras não convencionais com as quais nos deparamos cotidianamente. Nesse momento, um novo questionamento adveio: se é verdade que temos a necessidade de fazer inferências quando lemos, até que ponto é desejável, no curso desse processo, ler o que não está escrito? Como estabelecer – e ensinar – limites?

Nessa direção, a leitura do trabalho de Gunther Kress (1994) foi nosso primeiro ponto de apoio. Para o autor, nomear como incorreto, não natural ou inaceitável aquilo que sai do sistema pode ser um obstáculo para compreender essas ocorrências. Além disso, ele comenta que a classificação de "erro" pode derivar de uma posição de maior poder social sobre quem está sendo analisado, algo que não pretendemos fazer aqui. Portanto, nossa pesquisa atual foi construída em harmonia com a ideia apresentada por Kress (1994), para quem substituir a perspectiva do erro pela da não convencionalidade pode ajudar a dar voz aos falantes e a reconstruir o percurso das ocorrências.

Antes de prosseguir, cabe diferenciarmos aqui o equívoco resultante de uma manobra mal realizada e o equívoco produtivo, que pode resultar de um deslizamento deliberado de sentidos. Em relação a este, poderíamos considerar tratar-se de um "desvio criativo", expressão utilizada por Riolfi (2008) para designar "falsos erros" quando crianças desobedecem determinadas convenções ortográficas como forma de expressar sua subjetividade e de alcançar uma criação singular. Nesse trabalho, a autora ressalta que seu interesse consiste em "considerar as diferenças entre erro (fato linguístico que rompe com a cultura sem vantagem para a expressão subjetiva) e desvio criativo (fato linguístico que subverte a cultura em proveito da expressão da singularidade de quem escreve)". Pretendemos manter essa diferença em mente para que no momento da análise dos dados busquemos também diferenciar os "erros" ou "equívocos" dos deslizamentos de sentido deliberados.

Esclarecemos ainda que, mesmo fugindo de uma abordagem moralista e classificatória, esta dissertação leva em conta a existência de uma diferença entre o trabalho realizado por

sujeitos que já podem ser considerados como sendo leitores competentes e aquele empreendido pelos leitores que carecem de maior aprofundamento em sua educação. Enquanto os últimos se limitam à decifração do sistema alfabético da língua portuguesa e à reprodução do que está escrito, os primeiros buscam interpretar o texto fazendo inferências sobre sentidos implícitos, levantando e refutando hipóteses, estimando os sentidos possíveis, fazendo questionamentos acerca do texto e das possíveis intenções com que foi produzido. Nosso trabalho se volta, portanto, à compreensão dos percalços que distanciam uns dos outros.

Para tal fim, voltamo-nos à análise de um *corpus* constituído de textos autênticos, de circulação real, lidos espontaneamente dentro de determinados contextos histórico e social. Buscamos, consequentemente, extrapolar o limite dos aspectos linguísticos, ou seja, considerar as peculiaridades da comunicação escrita na internet e as diferentes maneiras de os leitores se implicarem na tarefa de adentrar um texto.

Nosso interesse reside em refletir a respeito dos obstáculos que impedem que uma pessoa se torne o que consideramos, por falta de melhor expressão, um "leitor competente". Ele se justifica sobretudo pelo fato de a leitura consistir em uma ação que, por ultrapassar os muros da escola, permeia a vida dos indivíduos, exercendo influência sobre as posições que eles ocuparão em diferentes espaços – ter domínio das habilidades de leitura está entre os fatores que permitem a um indivíduo viver sua cidadania de maneira plena.

Ainda que nossa experiência – tanto como ex-alunos quanto como professores – sugira que, para alguns alunos, a conclusão do período escolar pode ser vislumbrada como a emancipação da responsabilidade de estudar conteúdos que, por algum motivo, pouco lhes interessem, a carência de habilidades de leitura pode constituir um problema que perpasse uma série de contextos sociais nos quais elas são exigidas, desde compreender o noticiário até assinar um contrato, por exemplo.

A fim de buscarmos recuperar o percurso que levou alguém a ler de modo não convencional, optamos por concentrar este estudo na análise e compreensão de textos selecionados, assim como nas interpretações suscitadas a partir deles. Para além das dificuldades inerentes ao ato de ler, pretendemos relacionar esses "problemas" de leitura à posição subjetiva do leitor, buscando compreender se, no que tange o contato com textos, há traços que podem ser considerados característicos dos leitores contemporâneos e quais podem ser os fatores responsáveis por desencadear esses traços.

Como não se trata de um trabalho quantitativo, não serão levantados aqui os tipos de equívocos mais comuns; apenas as particularidades que, eventualmente, foram notadas entre os

materiais selecionados para compor o *corpus* deste trabalho. Nosso objetivo não é classificar as ocorrências (ou estipular “tipos de ‘erro’”), e sim buscar compreender os fatores que levaram a elas. Ao final da pesquisa, esperamos ter respondido, ao menos em caráter introdutório, aos seguintes questionamentos: que tipo de relação os leitores têm estabelecido com os textos que leem em suportes virtuais? Em que medida as particularidades dessa relação são responsáveis pelos problemas de leitura verificados nos textos selecionados? Sendo assim, os objetivos que nortearam o trabalho, composto de três capítulos e de uma conclusão, são os que se seguem.

Nosso **objetivo geral** é discutir as ocorrências de leitura não convencional verificadas em leituras realizadas em ambiente extraescolar.

Como **objetivos específicos**, pretendemos: a) ponderar a respeito do que essas ocorrências revelam a respeito da posição subjetiva dos leitores contemporâneos; e b) Tirar consequências da análise realizada para o ensino de leitura.

1 A leitura e seu ensino

O objetivo deste capítulo é, inicialmente, apresentar informações acerca de como a leitura foi vista em alguns momentos da História e, em seguida, sintetizar teorias e conceitos que serão usados para embasar a análise de dados. Algumas das premissas referem-se à leitura e compreensão de textos; outras, ao papel que o ensino pode desempenhar nesse processo.

1.1 ALTERAÇÕES NA CONCEPÇÃO DE LEITURA AO LONGO DO TEMPO

Para conhecermos algumas informações acerca de como se concebeu a leitura ao longo do tempo, vamos nos apoiar em uma pesquisa realizada pelo escritor Alberto Manguel (2012) e registrada no livro *Uma história da leitura*. O autor faz um amplo apanhado histórico a respeito do tema, razão por que lançaremos mão de trechos dessa obra para dar início à nossa reflexão. O autor afirma que, na Antiguidade, se acreditava que

> A leitura começa com os olhos. “O mais agudo dos nossos sentidos é a visão”, escreveu Cícero, observando que quando vemos um texto lembramo-nos melhor dele do que quando apenas o ouvimos. Santo Agostinho louvou (e depois condenou) os olhos como ponto de entrada no mundo, e santo Tomás de Aquino chamou a visão de “o maior dos sentidos pelo qual adquirimos conhecimento”. Até aqui está óbvio para qualquer leitor: as letras são apreendidas pela visão. Mas por meio de qual alquimia essas letras se tornam palavras inteligíveis? O que acontece dentro de nós quando nos defrontamos com um texto? De que forma as coisas vistas, as “substâncias” que chegam através dos olhos ao nosso laboratório interno, as cores e formas dos objetos e das letras se tornam legíveis? O que é, na verdade, o ato que chamamos de ler? (2012, p. 42)

Manguel fornece alguns exemplos de como se buscou entender a mente humana e, posteriormente, o caminho percorrido na realização do ato de ler. As reflexões, inicialmente, concentram-se em discutir a função dos olhos, como sugerido no parágrafo supracitado. O autor menciona Empédocles (490 a.C. – 430 a.C.), que, no século V a.C., descreveu os olhos como tendo nascido da deusa Afrodite, que confinara um fogo dentro das membranas de modo que, mesmo estando cercado por águas profundas, as chamas escapavam. Mais de um século depois,

Epicuro (341 a.C. – 271 ou 270 a.C.) “imaginou essas chamas como películas finas de átomos que fluíam da superfície de cada objeto e entravam em nossos olhos e mentes [...], encharcando-nos de todas as qualidades do objeto”. Na mesma época, Euclides propôs o oposto: que “dos olhos do observador saem raios para apreender o objeto observado” (MANGUEL, 2012, p. 42).

Segundo Manguel, algumas décadas antes Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.) havia proposto outra teoria, sugerindo que eram “as qualidades das coisas observadas que viajavam [...] até os olhos do observador”. Para ele, “o olho humano era como um camaleão, assumindo a forma e a cor do objeto observado e passando essa informação, via humores de olho, para as todo-poderosas entranhas”. Considerava que “o observador era uma entidade passiva que recebia pelo ar a coisa observada, sendo esta em seguida comunicada ao coração, sede de todas as sensações, inclusive a visão” (MANGUEL, 2012, p. 43).

Seis séculos depois, o médico grego Galeno (c. 129 – ca. 217) propôs que o ar era capaz de percepção e apreendia as qualidades dos objetos: para ele, “um ‘espírito visual’, nascido no cérebro, cruzava o olho através do nervo ótico e saía para o ar. [...] Através do olho, essas qualidades eram retransmitidas de volta ao cérebro e desciam pela medula aos nervos dos sentidos” (MANGUEL, 2012, p. 43). Contrariamente a Aristóteles, ele acreditava que o observador desempenhava um papel ativo. Os estudiosos medievais, que consideravam tanto as teorias de Aristóteles quanto as de Galeno fontes de conhecimento científico, julgavam que “o importante era extrair de cada uma delas a compreensão de como as diferentes partes do corpo relacionavam-se com as percepções do mundo externo” (MANGUEL, 2012, p. 43).

Mesmo depois de séculos de avanços nos estudos, Manguel afirma que a dúvida continuava: “Somos nós, leitores, que nos estendemos e capturamos as letras numa página, de acordo com as teorias de Euclides e Galeno? Ou são as letras que vêm aos nossos sentidos, como Epicuro e Aristóteles afirmaram?” (MANGUEL, 2012, p. 49). Uma tradução do século XIII, referente a um livro escrito duzentos anos antes, no Egito, pelo famoso astrônomo e matemático al-Haytham (965 – 1040), parecia trazer a resposta: para ele, “todas as percepções do mundo externo envolvem uma certa inferência deliberada que deriva da nossa faculdade de julgar” (MANGUEL, 2012, p. 49).

Manguel comenta ainda que “a importância do argumento de al-Haytham estava em identificar pela primeira vez, no ato de perceber, uma gradação da ação consciente que vai do ‘ver’ ao ‘decifrar’ ou ‘ler’” (MANGUEL, 2012, p. 49). Ele prossegue:

> Mas como essa percepção se torna leitura? Como o ato de apreender letras relaciona-se com um processo que envolve não somente visão e

> percepção, mas inferência, julgamento, memória, reconhecimento, conhecimento, experiência, prática? Al-Haytham sabia […] que todos esses elementos necessários para realizar o ato de ler conferiam-lhe uma complexidade impressionante, cujo desempenho satisfatório exigia a coordenação de centenas de habilidades diferentes. E não apenas essas habilidades, mas o momento, o lugar e a plaquinha, o rolo, a página ou a tela sobre a qual o ato é realizado afetam a leitura: para o pastor sumério anônimo, a aldeia perto de onde pastoreava suas cabras e a argila arredondada; para al-Haytham, a nova sala branca da academia do Cairo e o manuscrito de Ptolomeu lido desdenhosamente; […]. (2012, p. 49)

Manguel afirma que, quase oito séculos e meio depois de al-Haytham, tiveram início os estudos modernos que investigam a relação entre cérebro e linguagem, ou o que era considerado a neurolinguística. Segundo o autor, em 1865, dois cientistas franceses (que, apesar de contemporâneos, trabalhavam separadamente) passaram a estudar os processos cerebrais envolvidos na codificação e na decodificação de linguagem, concluindo que a maior parte da humanidade mobiliza o hemisfério cerebral esquerdo para tal atividade.

Manguel menciona também os estudos do oftalmologista francês Émile Javal (1839 – 1907), que descobriu que nossos olhos fazem saltos pela página ao ler, desmentindo a ideia de que perscrutam a página em um processo contínuo, sem interrupções. O autor completa:

> O que tudo isso parece implicar é que, sentado diante do meu livro, eu, tal como al-Haytham antes de mim, percebo não apenas as letras e os espaços em branco entre as palavras que compõem o texto. Para extrair uma mensagem desse sistema de sinais brancos e pretos, apreendo primeiro o sistema de uma maneira aparentemente errática, com olhos volúveis, e depois reconstruo o código de sinais mediante uma cadeia conectiva de neurônios processadores em meu cérebro, cadeia que varia de acordo com a natureza do texto que estou lendo e impregna o texto com algo – emoção, sensibilidade física, intuição, conhecimento, alma – que depende de quem sou eu e de como me tornei o que sou. 'Para compreender um texto', escreveu o dr. Merlin C. Wittrock na década de 1980, 'nós não apenas o lemos, no sentido estrito da palavra: nós construímos um significado para ele'. (2012, p. 53-4)

Façamos, agora, um breve desvio de rota. É válido notar que, apesar da crença de que a leitura começa pelos olhos, a leitura silenciosa já foi considerada algo completamente fora do comum: esse modo de ler só se tornaria usual no Ocidente depois do século X. Manguel comenta que Agostinho (354 – 430) registra, em suas *Confissões*, a estranheza que lhe causava

ter presenciado Ambrósio (ca. 340 – 397) lendo em silêncio: “Para Agostinho, a palavra falada era uma parte intrincada do próprio texto”: seguindo os ensinamentos de Aristóteles, “sabia que as letras, ‘inventadas para que possamos conversar até mesmo com o ausente’, eram ‘signos de sons’ que, por sua vez, eram ‘signos das coisas que pensamos’”. O texto escrito era, para ele, “uma conversação posta no papel para que o parceiro ausente pudesse pronunciar as palavras destinadas a ele” (2012, p. 61). Manguel acrescenta:

> As palavras escritas, desde os tempos das primeiras tabuletas sumérias, destinavam-se a ser pronunciadas em voz alta, uma vez que os signos traziam implícito, como se fosse sua alma, um som particular. […] Diante de um texto escrito, o leitor tem o dever de emprestar voz às letras silenciosas, a *scripta*, e permitir que elas se tornem, na delicada distinção bíblica, *verba*, palavras faladas – espírito. As línguas primordiais da Bíblia – aramaico e hebreu – não fazem diferença entre o ato de ler e o ato de falar; dão a ambos o mesmo nome. (2012, p. 62)

Acerca dessa contenta, Manguel conclui que a leitura silenciosa podia permitir ao menos que o leitor estabelecesse com os livros e as palavras uma relação mais livre: “as palavras não precisavam mais ocupar o tempo exigido para pronunciá-las” (2012, p. 67). Ele acrescenta: “um livro que pode ser lido em particular e sobre o qual se pode refletir enquanto os olhos revelam o sentido das palavras não está mais sujeito às orientações ou esclarecimentos, à censura ou condenação imediatas de um ouvinte”.

Seja pelas “regras” que se impunham ao ato da leitura, seja pelas investigações de cunho científico que tentavam explicá-lo, parece tratar-se de um objeto que instiga a curiosidade de estudiosos há séculos, fomentando um vasto levantamento de hipóteses. Deixando-se várias lacunas nesta breve retrospectiva sobre pesquisas e representações acerca do ato de ler, chegamos aos estudos realizados nos dias de hoje.

1.2 A LEITURA NA CONTEMPORANEIDADE

Discutir os modos como a leitura vem sendo feita hoje implica considerar uma teoria que surgiu em decorrência da necessidade urgente de explicar as dificuldades apresentadas, no século XXI, por falantes da língua portuguesa ao tentar manejá-la por meio da leitura ou da escrita.

Conforme afirmamos, o conceito de *língua espraiada* foi cunhado por Riolfi para nomear o fenômeno que caracteriza o ato de um falante ao calcular mal os sentidos de um texto, por não ser capaz de incluir no cálculo os conhecimentos que dariam suporte a sua interpretação. Essa desarticulação, conforme explica a autora, perpassa a produção de pessoas que têm o intento de se expressar (por meio da fala ou da escrita) e de compreender o que leem, mas que, incapazes de realizar operações discursivas que envolvem a linguagem, terminam por produzir textos ou leituras "estilhaçadas".

A Língua Espraiada, segundo a autora, "não consiste nem em fenômeno isolado, nem restrito ao ambiente escolar". Trata-se de algo "consonante com a sociedade em que vivemos, onde alguns estudiosos costumam afirmar que se observa uma intensificação das características que marcaram a modernidade". Nela se manifesta a desarticulação das produções das vítimas: "É como se cada palavra ficasse em curto-circuito", deixando-as "em uma posição de impotência com relação à vontade de dizer".

Para Riolfi, uma das dificuldades de leitura das vítimas da epidemia da Língua Espraiada consiste no fato de as sequências verbais serem lidas de modo fragmentado: ao se depararem com um segmento, os leitores colam-se a partes isoladas, o que resulta em leituras literais e desarticuladas, nas quais lhes escapem metáforas e significados implícitos, por exemplo. Uma explicação para esse fenômeno seria que, por não conseguirem se apropriar dos recursos expressivos, os falantes ficam impossibilitados de refletir sobre eles; assim, "é como se a língua tivesse uma autonomia com relação ao falante que [...] realiza interpretações disparatadas" (2015, p. 206). Como tirar do falante a crença ilusória que o impede de perceber a inconsistência de suas palavras? Para Riolfi,

> Perceber-se inconsistente pode levar um falante a abrir mão da falsa segurança que é oferecida por suas memórias fantasmáticas. Ser capaz de suportar a angústia gerada pela percepção da incongruência das próprias lembranças é condição necessária para poder se afastar de um imaginário coletivo reassegurador e ousar abrir espaço para escrever em um registro que vá além da *Língua Espraiada*. (2015, p. 206)

No entanto, não se espera que esse movimento se dê de maneira automática ou natural; ele deve decorrer de uma ação do professor, pois este, reconhecendo um aluno incapaz de articular os eixos sintagmático (metonímico) e paradigmático (metafórico), deverá assumir a existência da Língua Espraiada e "ver-se convidado a abandonar os próprios ideais". O que se espera, portanto, daquele incumbido de ensinar a língua portuguesa no século XXI? Sobre isso, Riolfi (2015) afirma:

> Com o passar do tempo (e com a natural deterioração nas teorias), os educadores recuaram para uma posição de maternagem, tendo passado a evitar "traumatizar" seus alunos, como, por exemplo, pelos malefícios psíquicos que o uso da caneta vermelha poderia causar. O ato de educar passou a ser visto como uma violência a ser minimizada, disfarçada. Por este motivo, os educadores vacilaram ao exercer suas funções, encobrindo a própria inépcia por meio de uma fantasia de "educador camarada". Estamos colhendo até hoje os frutos deste medo de educar, sob a forma de dificuldades acentuadas de leitura e de escrita: a Língua Espraiada. (2015, p. 37-38)

Riolfi contesta o temor de que a intervenção docente possa traumatizar os alunos e afirma que "se um professor se empenha nas ações necessárias para vencer a Língua Espraiada é porque, para ele, proporcionar o encontro das novas gerações com as potencialidades criativas da Língua Portuguesa é sagrado". A autora sustenta que, para esse professor, o investimento no ensino consiste em desejo e em responsabilidade subjetiva, e não em dever. Desse modo, "suas ações na direção de obter os resultados almejados dão sentido a sua existência".

A fim de elucidar as justificativas de nossa dificuldade em ultrapassar a Língua Espraiada nas aulas de Língua Portuguesa, Riolfi recorre às ideias de Lacan (1901 – 1981), para quem "na sociedade atual, aconteceram mudanças importantes no regime da significação, gerando dificuldades de simbolização" (RIOLFI, 2015). A autora afirma que, ao ignorar esse elemento no cálculo de nossas aulas, "consideramos os alunos do passado, a respeito de quem gostávamos de pensar que obedecer às injunções da função paterna era a regra". Riofli acrescenta que, ainda que notemos a necessidade de responder aos desafios trazidos pelos novos alunos, "por medo ou incapacidade, continuamos recorrendo às mesmas velhas e já não tão boas respostas".

Em resumo, diante do alastramento das redes de elos erráticos que caracterizam essa epidemia, Riolfi destaca um traço que separa a fronteira entre o fracasso e o sucesso da tarefa do professor de Língua Portuguesa: “a eleição de um objeto específico como sendo alvo de sua responsabilidade subjetiva (garantir o ensino da Língua Portuguesa, evitando o advento da Língua Espraiada)”. Exemplos desse fenômeno serão tratados mais adiante nesta dissertação.

1.3 O ENSINO DE LEITURA NA ESCOLA

Para além das teorias que abarcam o ensino e o aprendizado da leitura, seria interessante, neste ponto, conhecer a ideia que dá base ao livro juvenil *Odisseia de Homero (segundo João Vítor)*, publicado em 2013 pelo escritor Gustavo Piqueira, que retrata, de modo ficcional, o desafio que uma criança pode enfrentar ao buscar construir sentidos a partir de uma leitura. Com base em excertos dessa obra, faremos alguns paralelos com estratégias e habilidades de leitura que serão retomadas ao longo deste trabalho.

Trata-se da história de um menino que tem apenas uma noite para elaborar um trabalho de análise sobre a *Odisseia* para entregar na escola. O protagonista é aluno da sexta série[1] e precisa entregar esse trabalho para ser aprovado na recuperação e passar de ano. O conflito reside no fato de que o garoto, por engano, não retira da biblioteca a versão adaptada à sua idade, e sim o livro original, e deixa o trabalho para o último dia. Embora o personagem seja descrito como um garoto que tem por hábito enrolar os pais e os professores, a narração nos mostra que, desta vez, ele ao menos tentou interpretar e analisar o que lia.

Deixando de lado a polêmica acerca das adaptações de obras clássicas (AMORIM, 2000, 2005; BÖHM, 2004; CARVALHO, 2006; CECCANTINI, 2004; COELHO, 1996; DULLIUS, SILVEIRA, 2014; FORMIGA, 2009; LAJOLO, ZILBERMAN, 1999; MACHADO, 2002), que consistem, em sua maioria, na simplificação de livros clássicos para adequá-los à faixa etária de jovens e crianças, é válido conhecer alguns excertos da análise feita pelo menino, que tem início assim:

[1] Atual 7º ano.

A *Odisseia* começa pelo Sumário. Sumário é a lista de capítulos (lado esquerdo do papel) alinhados ao número da página em que cada um se inicia (lado direito). Neste livro, os capítulos chamam-se "cantos", não "capítulos". Não sei bem o motivo. Talvez porque o livro deva ser cantado, não lido? O que o tornaria a mais longa música do mundo, pois é um tremendo calhamaço.

Nesse excerto, o personagem explica a composição do sumário, o que chama a atenção por se tratar de algo que, em geral, é considerado um conhecimento partilhado, que prescindiria de explicações. Logo nesse início, portanto, ele já sinaliza sua falta de familiaridade com os livros. Após descrever o que pode ser interpretado como uma estranheza em relação ao sumário e à nomenclatura dos capítulos, João Vítor passa a analisar o conteúdo do livro.

Quando o personagem começa a descrever o primeiro canto, reconta o que leu: houve uma guerra na cidade de Troia e os soldados sobreviventes retornaram para casa, com exceção de Ulisses. Como castigo por ter cegado o ciclope Polifemo, filho do deus Poseidon, ele foi condenado a permanecer na ilha de Ogígia, onde uma ninfa o queria como marido. Ulisses, porém, já era casado em sua terra natal.

Ao partir para a análise desse trecho, João Vítor afirma que a única informação correta é o fato de Ulisses não poder se casar novamente, a menos que se divorciasse da mulher, uma vez que nossa lei não permite a poligamia. Também questiona a informação de que houvesse um deus chamado Poseidon: segundo ele, "Deus só tem um, e ele se chama Deus mesmo. E seu filho não é nenhum 'ciclope Polifemo', mas Jesus. Que foi crucificado, não cegado".

Não é preciso avançar mais para notar alguns dos percalços encontrados ou criados pelo menino ao longo dessa leitura. Entre outras razões que podem ter levado o personagem a esses equívocos, podemos elencar algumas suposições: a) o desconhecimento acerca do contexto de produção da obra (o menino parecia confundir ficção com realidade); b) a falta de informações sobre se tratar de uma obra de ficção que, como tal, pode não estar sujeita a algumas leis da sociedade (o fato de a poligamia não ser oficialmente aceita entre nós, por exemplo, não significa que não possa existir em contextos fictícios ou mesmo na realidade); c) a falta de familiaridade do garoto com a estrutura de um livro[2]; d) o desconhecimento de mitos e figuras

[2] Embora a história do personagem João Vítor ajude a ilustrar um pouco do que é dito neste trabalho, ela tem a particularidade de retratar o processo de leitura de uma criança ainda em formação. Por isso, cabe aqui uma menção ao livro *Formando crianças leitoras* (JOLIBERT, 1994), no qual os autores discutem modos de inserção da criança no mundo da leitura e chamam a atenção para alguns aspectos, como o fato de que, em geral, não se ensina uma criança a ler: o que se faz é oferecer apoio quanto à elucidação das estratégias de leitura que ela usa, esclarecendo

mitológicas como os deuses (uma vez que o menino confunde essas figuras com o conceito de "Deus" que conhece, o que ele evidencia ao afirmar que "Deus só tem um, e ele se chama Deus mesmo").

Essas observações podem nos ajudar a compreender certas vicissitudes do ambiente escolar. Seria interessante reproduzir, aqui, uma questão para reflexão proposta no livro *Ensino de Língua Portuguesa* (RIOLFI et al., p. 45): "Estamos, de fato, proporcionando aos alunos um acesso exploratório do texto que lhes permita ler com rigor ou nos limitamos a garantir-lhes o acesso à decodificação do texto?".

Na leitura feita pelo personagem João Vítor, houve um esfacelamento resultante não apenas da recorrente dificuldade em recuperar pistas textuais, mas também da aparente falta de instruções que deveriam ter sido fornecidas ao menino. Não parece ter sido dito a ele, por exemplo, que fazer a análise de um texto literário não corresponde a julgar se os fatos são verdadeiros ou não, desconhecimento que gerou atrito entre o texto e o conhecimento prévio do menino – como ocorre quando ele julga o livro incorreto por mencionar "outro" deus.

Muitas hipóteses podem ajudar a explicar o caso ilustrado por meio do personagem João Vítor. É possível que ele não tenha sido ensinado a desconfiar de informações conflitantes e, assim, fazer pesquisas que as pudessem esclarecer. Pode ser também que o intento do garoto fosse dar fim, com máxima urgência, à tarefa que não lhe interessava. Por outro lado, talvez João Vítor tenha aprendido que devemos ler de forma crítica, isto é, desconfiando daquilo que lemos, mas não soubesse que essa estratégia pode não ser válida quando lidamos com alguns aspectos dos textos literários. Pode ser ainda que o menino tenha pensado: "Quando o professor analisa meu texto, ele aponta erros. Eis o que devo fazer também" e, assim, tenha se apropriado do procedimento com o qual tem familiaridade. Se não ensinarmos aos alunos que cada tipo de texto precisa ser lido de maneira diferente, como podemos esperar que eles consigam atribuir sentido ao que leem? Diante da tarefa de ler textos sem conhecer o objetivo da leitura, é pouco provável que eles compreendam sozinhos como lidar com cada um.

Assim, além de instruí-los antecipadamente, "a tarefa do profissional que se dedica a ensinar a ler os alunos que já dominam o sistema alfabético de sua língua" (Riolfi et al., 2010, p. 45) consiste, sobretudo, em "levar o aluno a recuperar as pistas textuais que compõem a direção argumentativa do texto" (Riolfi et al., 2010, p. 45). Sem esse apoio ao longo do processo de desenvolvimento da competência leitora, os alunos permanecerão em um estágio no qual

---

que cada tipo de leitura exige um método diferente e que investigar um texto antes de lê-lo (isto é, buscar saber de onde veio, por quem foi trazido etc.) contribuirá para que ela construa a compreensão desse texto.

nem mesmo se dão conta de que não compreendem um texto, tornando-se impotentes frente à tarefa de construção de sentidos. Acerca das ações necessárias para ensinar a ler, Riolfi et al. complementam:

> Pressupondo-se que o simples contato com material de leitura proporciona, em um processo supostamente natural, o desenvolvimento da capacidade da leitura em seus diversos âmbitos (compreensão, interpretação, fluência etc.), o modo de conduzir as aulas de leitura tem como salvaguarda o fato de que alguns alunos apresentam uma facilidade natural de se desenvolver na leitura. Eximindo o professor da necessidade de intervir de maneira sistematizada no ensino da leitura, esse argumento se revela tão nefasto quanto a implicação de que o professor se reduz a mero espectador do processo de aprendizagem dos alunos. (2010, p. 48)

Se esperar, portanto, que ocorra uma "aquisição espontânea" das habilidades de leitura, o professor correrá o risco de a maioria de seus alunos concluir os estudos sem apresentar avanços. A respeito da necessidade de uma autorresponsabilização do professor quanto a conduzir o aprendizado do aluno, Riolfi afirma:

> […] lembrando-nos da impossibilidade de ser feliz sozinho, aprofundemos a interrogação a respeito do papel que nossos parceiros exercem nessa empreitada. Para que não percamos de vista que, no caso específico de nossa reflexão, o "parceiro" em questão é o professor de Língua Portuguesa, ao fazê-lo, tenhamos em mente a avaliação de Cagliari (2002, p. 28) com relação ao objetivo do ensino da língua portuguesa: "[...] o professor de português deve ensinar aos alunos o que é uma língua, quais as propriedades e usos que ela realmente tem, qual é o comportamento da sociedade e dos indivíduos com relação aos usos linguísticos, nas mais variadas situações de suas vidas". Essa lembrança auxiliar-nos-á a, enquanto trazemos elementos mais amplos (e de fundo) para a discussão que ora empreendemos, não perder de vista que nossa meta final é a responsabilidade subjetiva a ser assumida pelo professor de língua portuguesa que se vê convocado a manter viva a transmissão do bem-escrever para as próximas gerações e, ao fazê-lo, evita a proliferação da Língua Espraiada. (2015, p. 218-219)

Se o objetivo de evitar o fenômeno da Língua Espraiada fizesse parte das resoluções do professor de João Vítor, ele precisaria ter mostrado aos alunos que são eles, ao ler, que mandam na relação que estabelecem com o texto. Somente desse modo os alunos poderiam ter

compreendido as singularidades do texto que tinham em mãos e por que era importante realizar essa tarefa de maneira criteriosa.

Concordamos com Solé (1998), que, ao defender que há muitas variáveis que interferem no ato de ler, afirma que aquilo que lemos não é exatamente o que está no texto, mas o que resulta das operações que realizamos sobre ele. Nesse caso, João Vítor mostrou saber ler no nível da decodificação, mas outros níveis parecem ter sido deixados de lado. Por fim, para justificarmos a já alegada necessidade de que a proposta dada ao menino deveria ter sido contextualizada de outra maneira, devemos levar em conta a ponderação de Frank Smith (2003, p. 31), para quem o conhecimento de esquemas relevantes – em especial dos esquemas de linguagem – é essencial para que se leia com compreensão, pois "quão bem uma história é compreendida e recordada depende de quão bem esta se conforma aos esquemas tradicionais para as histórias e quão bem o leitor está familiarizado com esses esquemas".

À medida que nos tornamos leitores fluentes, aprendemos que localizar informações explícitas em textos de diferentes gêneros e temáticas é apenas parte do processo de leitura. Aprendemos que também é preciso ler o que não está escrito. Entretanto, surge aí um impasse: como encontrar a justa medida entre *ler* o que não está escrito – nos casos em que a inferência se faz necessária para a compreensão – e *não ler* o que não está escrito – nos casos em que é preciso ser autocrítico o bastante para notar quais leituras o texto não autoriza que se faça?

Para Isabel Solé,

> Para ler necessitamos, simultaneamente, manejar com destreza as habilidades de decodificação e aportar ao texto nossos objetivos, ideias e experiências prévias; precisamos nos envolver em um processo de previsão e inferência contínua, que se apoia na informação proporcionada pelo texto e na nossa própria bagagem, e em um processo que permita encontrar evidência ou rejeitar as previsões e inferências antes mencionadas. (1998, p. 23)

No texto literário do escritor Gustavo Piqueira, o personagem João Vítor não poderia ter feito um bom trabalho na medida em que não dispunha de elementos para fazê-lo. Desse modo, se for possível tirarmos conclusões a partir da experiência do garoto, dois fundamentos devem se destacar: 1) não basta ler para aprender a ler; 2) não basta expor à leitura para ensinar a leitura.

De fato, as noções acerca do que significa "saber ler" se transformaram ao longo do tempo e nunca alcançaram um estado de unanimidade. Atualmente, uma das principais contendas acerca da leitura é decidir se há a possibilidade de eleger "juízes supremos" do sentido e, se houver, quem serão eles: o autor? O leitor? A materialidade discursiva?.

Vários estudiosos de diferentes vertentes apresentam noções similares quanto ao fato de a leitura constituir um processo de construção de sentidos (GREIMAS, 1979; MARCUSCHI, 1985; FREIRE, 1991; GERALDI, 1996; SOLÉ, 1998; BRANDÃO, 1998; CARDOSO, 1999; POSSENTI, 2002, 2009; SMITH, 2003; SUASSUNA, 2004; BARZOTTO, 2009; MARCUSCHI, 2009). Se fazer deduções e buscar preencher essas lacunas são tarefas do leitor, também está entre elas o cuidado de não se deixar levar por alarmes falsos, que suscitem inferências distorcidas.

Cabe mencionar aqui a afirmação de Barzotto (2009, p. 15) de que, "para compreendermos a leitura como atividade produtiva, é necessário que possamos vislumbrar a singularidade que tem um texto ao ser produzido por um sujeito determinado, e produzirmos também de modo singular a nossa leitura". De outro modo, o conhecimento tornar-se-ia "dogmático e autoritário" (BARZOTTO, 2009, p. 16). Ainda que estejamos buscando refletir sobre a leitura fora de um âmbito escolar, as proposições de Barzotto são um importante norte para nossa reflexão:

> não há leitura do texto em sala de aula se não se percebe que o texto é um modo singular de articulação da linguagem de outro sujeito, e se o professor não apresenta ele mesmo sua leitura singular, que, uma vez realizada neste registro, funcionaria como um ato de interdição, pré-condição para qualquer alteridade. (2009, p. 18)

Se aceitarmos como verdadeira a afirmação de que dois leitores diferentes, ao lerem o mesmo texto, extraem dele informações distintas, estaremos de acordo com as teorias que creem que ler significa interagir com um texto de modo a construir sentidos sobre ele. Para Solé[3], essa afirmação tem várias consequências:

> Em primeiro lugar, envolve a presença de um leitor ativo que processa e examina o texto. Também implica que sempre deve existir um objetivo para guiar a leitura; em outras palavras, sempre lemos para algo, para alcançar alguma finalidade. O leque de objetivos e finalidades que faz com que o leitor se situe perante um texto é amplo e variado: devanear, preencher um momento de lazer e desfrutar; procurar uma informação concreta; seguir uma pauta ou instruções para realizar uma determinada atividade (cozinhar, conhecer as regras de um jogo); informar-se sobre um determinado fato (ler o jornal, ler um livro de consulta sobre a Revolução Francesa); confirmar ou refutar um

[3] Professora espanhola que faz pesquisas acerca do ensino e a aprendizagem da leitura e os processos envolvidos na compreensão leitora. É professora do Departamento de Psicologia Evolutiva e da Educação na Universidade de Barcelona.

> conhecimento prévio; aplicar a informação obtida com a leitura de um texto na realização de um trabalho etc. (1998, p. 22)

Sem desconsiderar que a materialidade do texto é parte fundamental do processo de construção de sentidos, a autora chama atenção para o fato de que os objetivos e os conhecimentos prévios do leitor também são elementos que influenciarão esse processo. Por isso, em relação ao ambiente escolar, ela considera a necessidade de que meninos e meninas aprendam a ler com diferentes intenções, de modo que possam alcançar objetivos diversos: "para poder atribuir sentido à realização de uma tarefa, é preciso que se saiba o que se deve fazer" (SOLÉ, 1998, p. 42). Uma das conclusões da autora é de que "ler é sobretudo uma atividade voluntária e prazerosa, e quando ensinamos a ler devemos levar isso em conta. As crianças e os professores devem estar motivados para aprender e ensinar a ler" (SOLÉ, 1998, p. 90).

Após essas reflexões, cabe nos perguntarmos como compreender as condições de produção da leitura atuais. Uma das maneiras que nos parecem sensatas é observar uma tendência sobre os modos de se viver no mundo moderno, que pode influenciar a maneira como lidamos com o conhecimento. Como sugere Bauman,

> Hoje a cultura consiste em ofertas, e não em proibições; em proposições, não em normas. Como Bourdieu observou, a cultura agora está engajada em fixar tentações e estabelecer estímulos, em atrair e seduzir, não em produzir uma regulação normativa; nas relações públicas e não na supervisão policial; em produzir, semear e plantar novos desejos e necessidades, não no cumprimento do dever. (2013, p. 18)

Evidentemente, ainda lidamos com muitas proibições e regulações em nossa sociedade, mas algumas mudanças têm sido observadas e podem ser levadas em conta. Essas novas condições, que podem afetar o modo como se lê nos dias de hoje, serão retomadas ao longo deste trabalho. No Capítulo 2, buscaremos explorar teorias que ajudam a explicar as dificuldades de leitura da atualidade.

Embora hoje pareça consensual a ideia de que os alunos de variadas faixas etárias e a população de modo geral têm baixo desempenho quanto à competência leitora, podendo ser considerados analfabetos funcionais, é pequena a quantidade de dados resultantes de avaliações que analisam de fato essa competência. Ainda que escassos, esses testes contribuem para alimentar o debate público sobre a qualidade do ensino e para suscitar a discussão acerca das habilidades que um curso de Língua Portuguesa deve visar desenvolver nos alunos.

Uma das notícias relacionadas à leitura que permaneceram muito tempo em pauta na mídia brasileira foi o baixo desempenho obtido por alunos brasileiros no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa – *Programme for International Student Assessment*), avaliação internacional que buscou verificar sua proficiência em leitura. Nos últimos anos, essa avaliação foi aplicada, em mais de 50 países, a estudantes na faixa dos 15 anos, fase em que se pressupõe que a escolaridade básica obrigatória tenha sido concluída. No Brasil, essa prova é responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Nessa avaliação, são levados em conta quatro tipos de situação de leitura, que remetem sobretudo ao propósito com que o texto foi elaborado: *pessoal*, *público*, *educacional* ou *ocupacional*. Outro critério caro à prova é a distinção do meio, ou seja, se o texto é impresso (o que favorece uma sequência particular, já que esse tipo de texto é essencialmente estático) ou digital (com ferramentas de navegação que permitem uma leitura não sequencial). Essa distinção auxiliou na criação de duas escalas de leitura diferentes.

No Pisa, o nível de dificuldade de cada atividade e a nota obtida pelos alunos eram indicados por meio de uma escala avaliativa que abrange sete níveis de proficiência, em ordem crescente: 1b, 1a, 2, 3, 4, 5 e 6.

Em um total de 65 países, o Brasil ocupava a 55ª posição no *ranking* geral de 2009, quando a prova teve como foco a leitura. Nesse ano, quase metade dos alunos ficou no nível 2 de conhecimento relacionado à leitura, que é uma média considerada abaixo da linha de base da proficiência. Apenas 1 em cada 200 alunos conseguiu alcançar o nível 5 de leitura. Entre as conclusões que constam no documento que indicam os resultados desse exame, estão:

- Entre 2000 e 2009, a média brasileira subiu 9%, mas o país continuou ocupando uma das últimas posições do *ranking*;
- O menor desempenho nas regiões Norte e Nordeste em relação às regiões Sul e Sudeste, independentemente da área do conhecimento, reforça a existência de desigualdades sociais; e
- Acredita-se haver relação direta entre a melhoria no *status* econômico, social e cultural da população e o avanço no desempenho de leitura.

Outro exame cujos resultados chamaram atenção foi o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), que foi criado no Brasil em 2001 e é realizado por meio de entrevista e teste

cognitivo aplicados a brasileiros entre 15 e 64 anos de idade, tanto de zonas urbanas quanto de zonas rurais de todas as regiões do país. A escala de alfabetismo criada avalia, de forma integrada, habilidades de leitura e escrita e habilidades de matemática.

Esse indicador, que foi implementado com o apoio do Instituto Paulo Montenegro e da ONG Ação Educativa, ganha destaque por delinear os níveis de alfabetismo da população brasileira adulta. O estudo é feito com base em quatro níveis de alfabetismo predefinidos: *analfabetismo*, *nível rudimentar*, *nível básico* e *nível pleno*.

Os resultados de 2011 apontam que, entre as pessoas que fizeram parte da amostra, 6% foram considerados analfabetas, 21% estavam no nível rudimentar, 47% no nível básico e apenas 26% no nível pleno. O nível básico, em que foi classificada a maioria das pessoas, remete a quem pode ser considerado funcionalmente alfabetizado, uma vez que é capaz de compreender textos de média extensão e fazer pequenas inferências, mas mostra limitações quando há mais etapas ou relações envolvidas no processo. Entre as conclusões disponibilizadas no documento de resultados desse indicador, estão:

- Quanto maior a escolarização, maior a probabilidade de alcançar níveis mais altos de alfabetismo;
- Entre as pessoas com Ensino Médio, de quem se esperaria o alfabetismo pleno, apenas 35% encontram-se nesse patamar;
- Mesmo entre as pessoas com nível superior, o nível pleno abarca somente 62%;
- Assim como na escolaridade básica, nota-se no nível superior uma diminuição das habilidades adquiridas ao longo dos anos. Apesar do aumento da proporção de brasileiros que ingressa no Ensino Superior, o desempenho médio do grupo vem caindo.

Os documentos do Inaf também sugerem que o esforço dos governantes para manter a população por mais tempo na escola básica e garantir seu ingresso no Ensino Superior não tem assegurado os ganhos de aprendizagem esperados. Embora o objetivo deste trabalho não seja, ainda, oferecer propostas para amenizar essa situação, supomos que esses dados ajudem a compreender a necessidade de tomar as dificuldades de leitura como objeto de reflexão. Acreditamos que a busca pela compreensão dos mecanismos que tornam as pessoas alfabetizadas pouco proficientes quanto à leitura possa ajudar a delinear, em caráter introdutório, os principais focos de atenção relacionados a esse assunto.

1.4. AS LEITURAS NÃO CONVENCIONAIS

O que sabemos, hoje, em relação às ocorrências de leitura não convencionais? Esclarecemos que vamos variar as maneiras de nos referir a elas por causa dos autores a que recorreremos nesta seção.

Um dos primeiros trabalhos que apontam para a necessidade de considerar a existência de leituras não convencionais é o de Possenti. Levando em conta a necessidade de se incluir a dimensão pragmática da linguagem no julgamento da pertinência de uma dada leitura, o autor postula que o fato de existirem múltiplas interpretações para um dado texto não significa que toda interpretação possa ser considerada aceitável. Ele defende a necessidade de "explicar por que o leitor leu o que leu" (2001, p. 172), reunindo pistas que permitissem entender a leitura feita. Ao se discutir por que alguém leu um texto da maneira como leu, Possenti conclui: "uma das possibilidades a ser contemplada é que se conclua que o leitor pode ter manobrado mal" (2001, p. 172).

Ainda nos detendo às formulações de Possenti (2001), achamos importante ressaltar a ideia de que "o leitor lê o que é possível para ele ler – não porque ele é mais – ou menos – competente, mas porque ele tem uma certa ideologia" (2001, p. 13). Concordamos com o autor que, assim como ao escrever um texto a pessoa fala "como professor, como homem, como mulher, como católico ou como luterano e, portanto, [...] não diz o que quer" (2001, p. 13), ocorre o mesmo com o leitor: "ele lê como católico, como protestante, como professor etc." (2001, p. 13).

Para Possenti, existe um conjunto de leituras que podem ser feitas com base em um texto, o que não significaria dizer que qualquer leitura seja válida. Ele ressalta que "uma coisa é perguntar 'por que o leitor leu como leu' e outra é perguntar se 'o que ele leu se sustenta'". Nessa direção, o autor vai defender a existência de leituras erradas, aquelas que, alterando o modo como habitualmente se lê determinada sequência linguística, não faz história, não se sustenta como uma inovação. Em suas palavras:

> Quando digo que a leitura errada existe, minha tese é a seguinte: o sentido é histórico. Há essas reverberações individuais, mas um dia isso vai acabar fazendo parte da história, ou então vai ser apagado. É como mudança linguística: se alguém pronuncia um som de maneira diferente

> de todos, e isso pegar, terá sido o começo de uma mudança linguística. Se não pegar, será como se não tivesse acontecido. (2001, p. 15)

Também nos parece possível considerar a existência de interpretações decorrentes de uma leitura seguida por um estado de satisfação com o sentido "encontrado", ou seja, uma leitura em que o leitor, crendo ter compreendido o que estaria supostamente posto no texto, não coloca em xeque sua leitura nem se questiona acerca de outras possíveis conclusões. Vale, para isso, refletirmos sobre algumas das ideias de Frank Smith:

> Naturalmente, podemos pensar que compreendemos e parecer que compreendemos, mas, ainda assim, cometermos erros. A compreensão não vem com uma garantia incondicional. A maneira como entendemos algo agora pode provar ser inapropriada, mais tarde. (1989, p. 73)

> A identificação imediata do sentido é tão independente das palavras individuais quanto a identificação imediata de palavras é independente da identificação de letras individuais. (1989, p. 180)

Essas ideias apresentadas por Smith estão em consonância com a noção de que leituras erradas são possíveis e de que o sentido de um texto não é inerente a ele. Ele precisa ser construído à medida que o leitor mobiliza seus conhecimentos prévios acerca do assunto, relacionando-os aos enunciados do texto e a outras informações que disponha acerca dele (seu contexto de produção, posicionamentos recorrentes do autor etc.). Um leitor que não tem consciência da necessidade de realizar leituras retroativas até compreender que sentidos podem ou não ser inferidos a partir do texto correrá o risco de pensar que o compreendeu e, então, cometer erros.

Outra noção cara à nossa pesquisa é a de que "o gesto de pensar positivamente o erro implica aceitar o pressuposto de que todo conhecimento é provisório e parcial" (SUASSUNA, 2004, p. 110). Por isso, Suassuna (2004) acredita que olhar para os "erros" seria uma maneira de buscarmos entender como o leitor compreendeu o texto e o modo como formulou seu entendimento. A autora complementa afirmando que os erros "sinalizam que novas estruturas de pensamento estão sendo engendradas" (2004, p. 110) e que "resultam de uma postura de experimentação, das tentativas de operar com novos conceitos" (2004, p. 110).

Parece uma preocupação similar àquela encontrada em Esteban (2000, 2001), que vê a ocorrência de erros como um processo de construção de conhecimento, que dá indícios acerca das diferentes maneiras como se organiza o pensamento e que resulta da organização de saberes.

Se o conhecimento é construído com base em tentativas e reelaborações, então, o erro teria de passar a ser visto como parte desse processo.

É possível somar a isso o fato de que “um dos traços mais marcantes do discurso é sua dispersão, o que produz uma relação opaca, complexa, conflituosa, eventualmente atravessada pelo equívoco, pelo inesperado” (SUASSUNA, 2004, p. 114). Como é a elaboração de sentidos que dá concretude ao texto, falhas e equívocos que possam resultar desse processo não devem mais ser rechaçados como um tipo de “erro” que desqualifica seu produtor.

Para toda essa nossa reflexão, é crucial aceitarmos a noção de que textos apresentam sentidos indiretos e implícitos. Como afirma Possenti,

> A descoberta de que o texto pode ter mais de um sentido – de uma leitura, como passou a ser moda dizer-se – é tanto consequência de fatos empíricos triviais (leitores autorizados discrepam quanto a uma interpretação que deveria ser banalmente descoberta) quanto consequência de abordagens da língua um pouco mais sofisticadas do que a descoberta inaugural. [...] A conclusão mais óbvia que decorreu destas questões é a de que a língua não é um código. (p. 170)

Para além do fato de que os textos podem ter mais de um sentido, também nos interessa a afirmação de Frank Smith (1989) de que a leitura sempre tem uma finalidade, jamais consistindo em uma “atividade abstrata”. A noção de que o propósito daquele que lê afeta notavelmente o processo de leitura será de grande relevância para nosso estudo, uma vez que nos caberá buscar entender de que modo leitores com objetivos diferentes podem extrair informações distintas de um mesmo texto.

Em consonância com essas ideias, esclarecemos que nossa busca por interpretar as formulações desviantes e suas causas pauta-se por romper a lógica do fracasso e, em seu lugar, buscar uma problematização que resulte na criação de novos saberes.

2 A organização do *corpus* de pesquisa

O *corpus* deste trabalho começou a ser selecionado em agosto de 2013, logo no início de nossa pesquisa, e essa seleção foi concluída no início de 2015. Como nosso interesse era nos debruçar sobre as leituras realizadas nos dias atuais, optamos por buscar textos que tivessem sido publicados depois de 2010, restringindo assim tanto sua data de elaboração e divulgação quanto a data de leitura. No total, foram selecionados sete textos: dois publicados em 2012, um publicado em 2013, três publicados em 2014 e um publicado em 2015.

O material selecionado para compor o *corpus* analisado seguiu dois critérios: 1) textos publicados na internet e os comentários a respeito deles publicados pelos leitores; e 2) notícias nas quais se sugerisse ou se evidenciasse um episódio de leitura não convencional. Para os textos encontrados no primeiro grupo, os critérios de exclusão foram: textos cujos comentários fossem pouco numerosos, de modo a não poderem ser tomados como representativos; e textos em que só houvesse comentários totalmente desvinculados do conteúdo publicado, impossibilitando-nos de afirmar se houve, de fato, uma leitura do texto.

Para a composição desse *corpus*, buscamos principalmente textos que estivessem sendo divulgados por meio das redes sociais, o que aumentaria sua exposição e, por consequência, as chances de que os leitores pudessem interagir com eles e fazer registros que nos dessem indícios de como se dera sua leitura. Também optamos pela seleção de textos acerca de assuntos diversos, de modo que pudéssemos assegurar que as eventuais ocorrências de leitura não convencional não consistiam apenas em possíveis desentendimentos relacionados a temas específicos. Além disso, foram selecionados textos que apareciam como os mais lidos nos *sites* nos quais estavam hospedados, pois o fato de terem atingido um grande número de leitores parecia tornar mais significativos os impactos de possíveis leituras não convencionais.

Apenas uma das ocorrências do *corpus* foi buscada de modo mais dirigido, a saber, aquela encontrada no *site* Reclame Aqui. Queríamos com isso verificar se, de fato, esses “deslizes” de leitura poderiam resultar em problemas cotidianos concretos (isto é, que tivessem consequências mais “palpáveis” que aquelas decorrentes de um desentendimento virtual, por exemplo). Embora não tivéssemos uma quantidade de textos definida ao iniciar a pesquisa, acreditamos que os sete casos selecionados para constituir o *corpus* deram conta de abranger uma variedade que conferisse consistência à análise, por se tratar de textos de naturezas variadas, como explicaremos mais adiante. Na tabela a seguir, apresentamos informações sobre os materiais selecionados.

Tabela 2.1 Organização do *corpus*

Ano	Texto	Nº de comentários
2012	Carta da comunidade Guarani-Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay-Iguatemi-MS para o Governo e a Justiça do Brasil	–
	Site Reclame Aqui	–
2013	Gente de Humanas que faz um monte de coisa que não dá dinheiro	16
2014	A mulher perfeita... no imaginário masculino	23
	Dez razões para NÃO aprovar o Casamento Gay no Brasil	17
	Ronaldo se confunde ao tentar defender Aécio e vira piada	–
2015	Marginalzinho: a socialização de uma elite vazia e covarde	11

Toda a escolha e a organização deste *corpus* foi pautada pela busca de uma "unidade discursiva" (ORLANDI, 1984) e pela necessidade de que ele nos possibilitasse fazer uma análise que entrelaçasse a materialidade textual e as condições de produção dos textos. Por isso, os sete textos – incluindo-se na nomenclatura "textos" o conjunto de comentários – têm em comum o fato de terem sido escritos, publicados e lidos no Brasil recentemente; o mais antigo deles é de 2012, o que nos leva a crer na possibilidade de que os leitores tenham certo imaginário popular em comum, partilhem as mesmas referências ou estejam ao menos inscritos na mesma historicidade.

Entre os sete textos, três têm natureza jornalística e foram publicados em *sites* de grandes veículos brasileiros ("Carta da comunidade Guarani-Kaiowá", "Ronaldo se confunde ao tentar defender Aécio e vira piada" e "Marginalzinho: a socialização de uma elite vazia e covarde"), três foram publicados em *blogs* pessoais ("Gente de Humanas que faz um monte de coisa que não dá dinheiro", "A mulher perfeita... no imaginário masculino" e "Dez razões para NÃO aprovar o Casamento Gay no Brasil") e um foi publicado em um dos maiores *sites* brasileiros de reclamações contra empresas, o Reclame Aqui. Reiteramos, assim, nossa opção por textos heterogêneos, com naturezas e temáticas diversificadas.

Como se pode notar, houve em nosso material de análise quatro casos que consistiram

em uma coleta e uma seleção de comentários de leitores acerca dos textos. A triagem de comentários buscou levar em conta se o comentário dava a ver um movimento de leitura passível de análise, ficando excluídos, portanto, os comentários que não faziam referência a trechos específicos do texto, deixando-nos incertos acerca da real leitura dele.

Levamos em conta a afirmação de Pêcheux (1990, p. 141) de que "O laço que liga as significações de um texto às suas condições socio-históricas não é secundário, mas constitutivo das próprias significações", ou seja, que o discurso não pode ser desvinculado de suas condições de produção. Por esse motivo, levamos em consideração que os textos selecionados deveriam se inscrever no interior de determinados limites históricos (ou temporais) e que precisaríamos conhecer suas condições de produção. Também levamos em conta proposições de Courtine, segundo quem

> Uma tal concepção não considerará um *corpus* discursivo como um conjunto fechado de dados que emergem de uma certa organização; ela fará do *corpus* discursivo, ao contrário, um conjunto aberto de articulações cuja construção não é efetuada já no estado inicial do procedimento de análise: conceber-se-á, aqui, um procedimento de análise do discurso como um procedimento de interrogação regulado de dados discursivos que prevê as etapas sucessivas de um trabalho sobre *corpora* ao longo de todo o procedimento. Isso implica que a construção de um *corpus* discursivo possa perfeitamente ser concluído apenas no final do procedimento. (1981, p. 62)

É por isso que procuramos compor um *corpus* de textos com gêneros variados, sobre temas diversos e que pudessem circular em diferentes suportes. Esse *corpus*, que constituirá nosso objeto de análise, ocupa lugar central neste trabalho e passará a ser analisado a partir do Capítulo 3.

3 Comentários em textos publicados na internet

Para que seja possível compreender as implicações da leitura voluntária feita fora do âmbito escolar, faremos, a seguir, a análise de textos veiculados por meio da internet com os quais os leitores tenham estabelecido algum tipo de interação. Entre os aspectos a serem observados, destacam-se: a) os possíveis objetivos da leitura, ou seja, se o leitor adentrou o texto buscando se informar, se divertir, refletir, discutir etc.; b) a influência dos conhecimentos prévios do leitor no momento de construção de sentidos a partir do texto; c) se o leitor considerou, no cálculo de sentido, as novas informações contidas no texto; d) se as discordâncias suscitadas a partir do texto se sustentam pelos argumentos apresentados pelo leitor.

Para cada uma das ocorrências analisadas, buscaremos compreender os sentidos autorizados no projeto enunciativo do texto, aceitando a impossibilidade de que exista uma única leitura "legítima" ou unívoca, sem desconsiderar, entretanto, que a materialidade textual possa servir de justificativa para que sejam evitadas determinadas leituras. Com base nesse levantamento inicial de sentidos, as interpretações feitas pelos leitores serão discutidas não apenas quanto a sua plausibilidade, mas também quanto aos fatores que podem ter levado a sua construção.

Serão analisadas, no total, sete ocorrências. Para essa análise, apoiamo-nos na ideia de que, ainda que os leitores não se ocupem de comentar os textos inteiros, parte por parte, os comentários podem dar a ver os modos como os leitores leram esses textos. Esclarecemos que os comentários serão reproduzidos tal como foram escritos, sem indicação de seus eventuais erros de digitação e desvios ortográficos.

Dado que o *corpus* deste trabalho é constituído de textos disponíveis na internet, cabe fazermos considerações sucintas acerca dos modos como um leitor lê nesse contexto, ou seja, como ele se relaciona com textos disponíveis em suporte virtual. Conforme observou Marcuschi (2003, p. 28): "[...] O suporte não muda o conteúdo, mas nossa relação com ele, não só por permitir anotações, mas por manter um contato diferenciado com ele".

Vários autores argumentam acerca da leitura em suportes virtuais e do hipertexto (BOLTER, 1991; MARCUSCHI, 1999; RAMAL, 2002; ENCARNAÇÃO, 2005; COSCARELLI, 2005). Em uma pesquisa feita em 1997, o cientista da computação Jakob Nielsen já havia observado que "raramente as pessoas leem as páginas Web palavra a palavra. Em vez disso, elas 'varrem' a página com o olhar, selecionando palavras individuais e frases"

(NIELSEN, 1997). Em um estudo mais recente, divulgado em 2010, Hillesund[4] afirma que a norma na internet é que ocorram uma navegação e uma leitura diagonais, o que significa que elas são fragmentadas e descontínuas.

Segundo Sonderman (2012), um estudo de 2012, conduzido pelo The Pew Internet & American Life Project, teve como resultado a constatação de que 54% dos norte-americanos leem notícias usando dispositivos móveis, como *smartphones*, *tablets* ou *e-readers*.

Morkes e Nielsen (1997) afirmam que os leitores de textos digitais têm preferência por textos concisos e que trazem a informação principal no início do parágrafo. Essa afirmação se mostra relevante na medida em que sugere que os leitores não pretendem fazer uma leitura integral dos textos, uma vez que esperam que a informação que buscam seja de fácil localização.

Cabe refletirmos também acerca da afirmação de Novaes (2007, p. 25) de que a "leitura e a escrita andam juntas no ciberespaço". Segundo a autora, no ambiente da internet "a escrita pressupõe a leitura", o que "envolve o leitor o tempo todo de modo que ele acabe interagindo: respondendo *e-mails*, fazendo comentários nos *blogs* [...], alterando textos" (idem). Essa ideia parece corresponder à conceituação de hipertexto feita por Xavier (2002, p. 28): "um espaço virtual inédito e exclusivo no qual tem lugar um modo digital de enunciar e de construir sentido".

Parece consensual a ideia de que a leitura em meios virtuais tem efeitos ou impactos diferentes daquela tradicional, realizada em suporte físico, como livros, revistas e jornais. Procuraremos, portanto, ao longo da análise, retomar as noções aqui expostas.

Cada um dos itens componentes deste *corpus* será introduzido por uma breve apresentação e analisado posteriormente, como veremos a seguir.

3.1 LEITURAS NÃO CONVENCIONAIS POR PROFISSIONAIS DA IMPRENSA

Analisaremos, neste bloco, trechos de textos produzidos em três momentos: 1) uma carta escrita por índios da comunidade Guarani-Kaiowá, em 2011, na qual reagem a uma ordem judicial que os ameaça de despejo; 2) manchetes de notícias veiculadas pela imprensa brasileira com base em diferentes compreensões da carta; 3) notas de esclarecimento decorrentes do desconforto causado por notícias que faziam afirmações inexistentes na carta dos índios ou

[4] Terje Hillesund é professor na Universidade de Stavanger, na Noruega. Ele é Ph.D. em mídia e teoria da comunicação e tem pesquisas cujo principal interesse é analisar a transformação da mídia impressa para mídia digital.

baseadas em interpretações controversas. Iniciemos pela exposição da carta e de seu contexto de produção.

Em outubro de 2011, um grupo de 170 indígenas Guarani-Kaiowás do Mato Grosso do Sul publicou nas redes sociais uma carta em resposta a uma ordem judicial que determinava seu desalojamento do território em que vivem. Em reação à ameaça de despejo, os índios declararam: "Pedimos ao Governo e à Justiça Federal para não decretar a ordem de despejo/expulsão, mas decretar nossa morte coletiva e enterrar nós todos aqui".

Há registros que sugerem um extermínio velado e contínuo dessesíndios, que são um subgrupo dos povos Guarani.[5] As terras indígenas que ficam à beira de um rio no município de Iguatemi, também no Mato Grosso do Sul, são frequentemente atacadas por pistoleiros, o que mantém os índios confinados em um pequeno espaço e privados do território a que costumavam ter direito. Há entre eles alto índice de mortes, seja por suicídio, seja por assassinato. O genocídio Guarani-Kaiowá, porém, só foi colocado em pauta pelas autoridades em decorrência da pressão gerada após a publicação da carta. Foi desse modo que também a imprensa passou a repercutir informações que já ecoavam na internet.

Vejamos a seguir a carta divulgada pelos índios.

Carta da comunidade Guarani-Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay-Iguatemi-MS para o Governo e Justiça do Brasil

Nós (50 homens, 50 mulheres e 70 crianças) comunidades Guarani-Kaiowá originárias de tekoha Pyelito Kue/Mbrakay, viemos através desta carta apresentar a nossa situação histórica e decisão definitiva diante de da ordem de despacho expressado pela Justiça Federal de Naviraí-MS, conforme o processo nº 0000032-87.2012.4.03.6006, do dia 29 de setembro de 2012. Recebemos a informação de que nossa comunidade logo será atacada, violentada e expulsa da margem do rio pela própria Justiça Federal, de Naviraí-MS.

Assim, fica evidente para nós, que a própria ação da Justiça Federal gera e aumenta as violências contra as nossas vidas, ignorando os nossos direitos de sobreviver à margem do rio Hovy e próximo de nosso território tradicional Pyelito Kue/Mbarakay. Entendemos claramente que esta decisão da Justiça Federal de Naviraí-MS é parte da ação de genocídio e extermínio histórico ao povo indígena, nativo e autóctone do Mato Grosso do Sul, isto é, a própria ação da Justiça Federal está violentando e exterminado e as nossas vidas. Queremos deixar evidente ao Governo e Justiça Federal que por fim, já perdemos a esperança de sobreviver dignamente e sem violência em nosso território antigo, não acreditamos mais na Justiça brasileira. A quem vamos denunciar as violências praticadas contra nossas vidas? Para qual Justiça do Brasil? Se a própria Justiça Federal está gerando e alimentando violências contra nós. Nós já avaliamos a nossa situação atual e concluímos que vamos morrer todos mesmo em pouco tempo, não temos

[5] Notícias sugerem que, nos últimos 10 anos, muitos grupos e lideranças Guarani-Kaiowás têm sido atacadas. Disponível em: <www.fenajufe.org.br/index.php/deliberacoes/congressos/9-congrejufe/3994-lider-guarani-kaiowa-denuncia-exterminio-de-indios-e-indiferenca-da-justica-brasileira>. Acesso em: 25 jun. 2016.

e nem teremos perspectiva de vida digna e justa tanto aqui na margem do rio quanto longe daqui. Estamos aqui acampados a 50 metros do rio Hovy onde já ocorreram quatro mortes, sendo duas por meio de suicídio e duas em decorrência de espancamento e tortura de pistoleiros das fazendas.

Moramos na margem do rio Hovy há mais de um ano e estamos sem nenhuma assistência, isolados, cercados de pistoleiros e resistimos até hoje. Comemos comida uma vez por dia. Passamos tudo isso para recuperar o nosso território antigo Pyleito Kue/Mbarakay. De fato, sabemos muito bem que no centro desse nosso território antigo estão enterrados vários os nossos avôs, avós, bisavôs e bisavós, ali estão os cemitérios de todos nossos antepassados.

Cientes desse fato histórico, nós já vamos e queremos ser mortos e enterrados junto aos nossos antepassados aqui mesmo onde estamos hoje, por isso, pedimos ao Governo e Justiça Federal para não decretar a ordem de despejo/expulsão, mas solicitamos para decretar a nossa morte coletiva e para enterrar nós todos aqui.

Pedimos, de uma vez por todas, para decretar a nossa dizimação e extinção total, além de enviar vários tratores para cavar um grande buraco para jogar e enterrar os nossos corpos. Esse é nosso pedido aos juízes federais. Já aguardamos esta decisão da Justiça Federal. Decretem a nossa morte coletiva Guarani e Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay e enterrem-nos aqui. Visto que decidimos integralmente a não sairmos daqui com vida e nem mortos.

Sabemos que não temos mais chance em sobreviver dignamente aqui em nosso território antigo, já sofremos muito e estamos todos massacrados e morrendo em ritmo acelerado. Sabemos que seremos expulsos daqui da margem do rio pela Justiça, porém não vamos sair da margem do rio. Como um povo nativo e indígena histórico, decidimos meramente em sermos mortos coletivamente aqui.

Não temos outra opção esta é a nossa última decisão unânime diante do despacho da Justiça Federal de Naviraí-MS.

Atenciosamente, Guarani-Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay

Disponível em: <http://blogapib.blogspot.com.br/2012/10/carta-da-comunidade-guarani-kaiowa-de.html>. Acesso em: <10/04/2014>.
(grifos nossos)

Essa carta provocou grande mobilização na sociedade brasileira e seu conteúdo repercutiu rapidamente pela imprensa. Por meio dela, os Guaranis-Kaiowás nos informam que desistem de continuar lutando. O segundo parágrafo da carta dá a ver que os índios não estão expressando desejo de morrer, mas sim a aceitação de que não existe, para eles, “perspectiva de vida digna e justa”, visto que, para isso, dependeriam da justiça brasileira. Quando perguntam “A quem vamos denunciar as violências praticadas contra nossas vidas?” e afirmam que “a própria Justiça Federal está gerando e alimentando violências” contra eles, parecem comunicar sua indignação e resignação.

A carta, simbolicamente vista como um anúncio de resistência (o que poderia se confirmar com base no trecho “decidimos integralmente a não sairmos daqui com vida e nem mortos”), tomou novas proporções ao ser interpretada por alguns setores da mídia jornalística como um anúncio ou uma ameaça de suicídio coletivo. Algumas das manchetes de notícias veiculadas por jornais e revistas que publicaram informações sobre a carta são apresentadas a seguir.

a) “Índios Guarani-Kaiowá anunciam suicídio coletivo no MS” (*Revista Época*)

b) “Indígenas ameaçam cometer suicídio coletivo” (*Jornal O Globo*)

c) “Índios ameaçam fazer suicídio coletivo” (*Revista Info*)

d) “Carta na rede social com suposta ameaça de suicídio coletivo alerta para conflito de terra esquecido” (*Jornal Zero Hora*)

e) “‘Morreremos por nossa terra’, dizem índios guarani-kaiowá” (*Portal UOL*)

Nesses enunciados, é possível verificar o que parecem ser diferentes conclusões resultantes da leitura da carta dos indígenas: falou-se, nos itens **a**, **b**, **c** e **d**, que os índios haviam **anunciado** um suicídio coletivo, **ameaçado cometer** suicídio coletivo, **ameaçado fazer** suicídio coletivo e **supostamente ameaçado** suicídio coletivo. A escolha dos verbos parece reveladora na medida em que determina como se dará a construção de sentidos sobre esses enunciados. Levando em conta a natureza das manchetes, que são sempre textos curtos e chamativos, cabe refletirmos sobre a escolha feita pelos jornalistas, que optaram por sintetizar dessa maneira o conteúdo da carta, informando aos leitores algo que não corresponde exatamente ao que descrevem.

No primeiro enunciado, considera-se que os índios fizeram um “anúncio” de suicídio, o que sugere uma decisão clara e irrevogável; o segundo e o terceiro fazem menção a uma “ameaça”, evidenciando alguma incerteza ou vacilação quanto ao ato de suicídio coletivo, mas mantendo a ideia de que os índios teriam aludido à ideia; o enunciado do item **d**, por sua vez, salienta a dúvida quanto ao conteúdo da carta ao afirmar que ela traz uma “suposta ameaça”; e o último enunciado, por fim, mantém-se em lugar seguro ao reproduzir um trecho do depoimento sem buscar interpretá-lo ou traduzi-lo para o leitor.

Sem o propósito de eleger leituras que se sustentam ou não, cabe a nós nos perguntar a que devemos atribuir essa variedade de interpretações (que, mesmo sendo contraditórias entre

si, indicam que algumas necessariamente veiculam desvios, sejam eles acidentais, sejam intencionais) e levantar hipóteses que possam explicá-la.

Partimos da afirmação de Possenti (p. 176) de que "é a estranheza da literalidade do texto que obriga a considerar outros fatores" para tentar compreender os movimentos feitos. No caso da carta, é possível que o leitor tenha se perguntado: 'Como decretar a própria morte requerendo para isso uma ação externa, sobretudo sendo algo proibido e condenável como um homicídio?'". Fosse esse o raciocínio, o suicídio poderia ter sido vislumbrado como uma possível maneira de "viabilizar" uma morte coletiva, uma vez que seria um fato sujeito somente à ação de seu anunciante.

Também parece plausível considerar que a consciência acerca da opacidade da língua poderia ter levado o leitor a uma espécie de hipercorreção, isto é, sabendo que se espera dele a habilidade de fazer inferências e de ultrapassar a literalidade das palavras que compõem um texto, ele poderia buscar expandir involuntariamente esse movimento de leitura, aplicando-o em contextos inadequados. Levando isso em conta, seria possível aceitar que um leitor estranhasse uma ameaça ou um anúncio de morte coletiva que não envolvesse ação própria, concluindo, a partir disso – e crendo genuinamente em sua interpretação equivocada como sendo correta –, que o anúncio tratava de fato de um aviso de suicídio.

Lembrando-nos da afirmação de Frank Smith (1989) de que "a leitura nunca é uma atividade abstrata, sem finalidade", também podemos nos questionar acerca do propósito desses jornalistas ao ler a carta dos índios. Nesse caso, ao analisarmos as motivações de um leitor-jornalista, que lê não somente para obter e compreender informações, mas também para buscar fatos que possam ser apresentados como furo jornalístico, seria possível pensar em uma eventual "manobra" em direção a uma interpretação exagerada, controversa, presumivelmente mais apelativa caso o propósito fosse conseguir, com isso, ampliar seu próprio público leitor. Tendo ou não resultado de uma atitude deliberada, pode-se considerar que o viés sensacionalista constitui uma tendência frequente para leitores cujo objetivo seja replicar sua leitura por meio da criação de conteúdos de interesse de seu público.

Outro fator a ser levado em conta é que os jornalistas podem ter sido influenciados por informações a que já tiveram acesso com relação aos Guarani-Kaiowá. Costuma-se dizer que, como um dos pré-requisitos para uma leitura rigorosa, é preciso ativar conhecimentos prévios e relacioná-los ao conteúdo do texto. Sabendo que é alto o índice de suicídio entre os índios Guarani-Kaiowá, o leitor poderia, de forma mecânica ou instintiva, depreender que um anúncio de morte coletiva faz alusão a uma decisão de suicídio.

Cabe ponderarmos também sobre as reflexões de Marcuschi, que afirma que “o contexto sociocultural, os conhecimentos de mundo, as experiências e as IDEIAS INDIVIDUAIS influenciam na organização das inferências durante a leitura” e sustenta que “[...] os conhecimentos individuais afetam decisivamente a compreensão, de modo que o sentido não reside no texto. Assim, embora o texto permaneça como o ponto de partida para a sua compreensão, ele só se tornará uma unidade de sentido na interação com o leitor” (MARCUSCHI, p. 96).

No caso da carta dos Guarani-Kaiowá, a conclusão fatalista poderia estar levando em conta pressupostos sobre o que se espera de um leitor competente, como o estabelecimento de relações de intertextualidade ou de relações lógicas entre partes de diferentes textos. É possível, portanto, que o leitor tenha se preocupado – deliberada ou inconscientemente – em antecipar sentidos e ativar seus conhecimentos prévios no momento da leitura.

Ocorre-nos também a necessidade de levar em conta características e tendências do contexto brasileiro, que pode ter influenciado o fato analisado. Considerando que em nossa sociedade é comum que a legitimidade de um discurso tenha menos relação com seu conteúdo do que com a posição social ocupada pelo enunciador, caberia o seguinte questionamento: “Que lugar ocupa o jornalista para divulgar o que não foi dito?”.

Ainda que a leitura possa ser considerada uma atividade sobredeterminada e que seu percurso exato seja indecifrável, é possível pensar a respeito de alguns eventos desencadeantes da maneira como leram aqueles que “traduziram” a palavra “morte” por “suicídio”. Independentemente de qual tenha sido o objetivo da leitura, talvez se possa afirmar que esses profissionais se abstiveram de levantar hipóteses e colaboraram para a reprodução desenfreada de informações dúbias, valendo-se de sua posição, que lhes permite reproduzir ou parafrasear a seu modo a fala do outro, e também da fragilidade daquele a quem retratavam, uma vez que os indígenas têm pouca voz na mídia brasileira.

Após termos refletido sobre alguns dos possíveis caminhos que levaram jornalistas a ler “suicídio coletivo” a partir da expressão “morte coletiva”, convém nos atermos brevemente a manchetes de notícias publicadas pouco tempo depois de a carta dos indígenas ter ecoado nos meios jornalísticos.

a) “Conselho Indigenista Missionário nega “suicídio coletivo” de kaiowás e guaranis em Mato Grosso do Sul” (UOL)

b) “Índios Guarani-Kaiowá desmentem suicídio coletivo em MS” (Portal Terra)

c) “Carta sobre ‘morte coletiva’ de índios gera comoção e incerteza” (BBC Brasil)

Após a publicação das notícias que repercutiram, de formas destoantes, o conteúdo da carta dos indígenas, várias fontes designaram para si o papel de traduzir o que teria sido realmente expresso pelo documento, buscando fazer esclarecimentos ao leitor e dissipar a ideia de que os índios tinham tomado a decisão de se matar. O ato dos Guarani-Kaiowá, cuja intenção era expressar sua decisão de resistência, passara a ser anunciado como um veredito de desistência, o que gerou as notas de esclarecimento.

Embora a intencionalidade do autor não baste para endossar os sentidos de um texto, já que ele existe por si só e é fonte de construção de sentidos que independem da vontade de seu elaborador, levar em conta as elucidações posteriores ajuda a entender os sentidos pretendidos e os produzidos. Essas manchetes não estão sendo usadas aqui como validação dos sentidos “corretos”, mas como um complemento para a reflexão sobre as hipóteses levantadas.

A inferência acerca do anúncio de um suicídio coletivo pode ser considerada uma interpretação não autorizada pelo texto, uma vez que na carta não há menção ao fato de os índios matarem a si próprios, mas sim um discurso que visava desafiar as autoridades a enterrá-los caso não conseguissem autorização para permanecer em suas terras. Trechos como “vamos e queremos **ser mortos**”, com o uso da voz passiva, sugerem que se trata sobretudo de uma forma de enfrentamento ou provocação.

Se ler com rigor corresponde a acessar o texto de forma exploratória, fazendo a ele perguntas, parece razoável considerar que algumas indagações poderiam ter mudado a maneira como a carta foi interpretada, entre elas: “Se ao usarmos uma palavra deixamos de usar outra, por que os índios utilizariam a palavra ‘morte’ e não ‘suicídio’ caso desejassem indicar uma intenção de se matar?”, “Que efeito de sentido cria essa escolha lexical?”, “Levando em conta que os autores da carta poderiam ter usado qualquer outra expressão, o que é possível apreender a partir do texto que construíram?”, “É possível sustentar a tese de que a expressão ‘morte coletiva’ deixa inequívoca a ideia de suicídio?” etc.

Estabelecendo como cerne da análise o contexto de produção atroz no qual a carta foi escrita, as leituras não convencionais feitas a partir dela podem revelar fatores extralinguísticos,

como um sentimento de superioridade em relação aos índios, que supostamente precisariam de tutores ou intérpretes de suas intenções, por exemplo. Podem, ainda, denotar uma dificuldade em lidar com o diferente, com um grupo que tem outra experiência histórica, anseios, necessidades, códigos morais e toda uma gama de maneiras de viver e de pensar que são diferentes das nossas. Em resumo, a fala do outro teria sido tomada como objeto de análise e reproduzida com "efeitos de verdade", assumindo o "inassumível" risco de violar potenciais sentidos.

Não podemos esquecer, por fim, da preocupante constatação de Riolfi:

> Hoje, quando, cada vez mais, os professores recorrem aos textos midiáticos como fonte de informação em suas aulas, esperando que, lá, encontrarão material fidedigno para auxiliar seus alunos a aumentar aquilo que, vulgarmente, nós chamamos de "cultura geral". Esses veículos mostram-se pouco confiáveis e cometem erros de leitura injustificáveis. A história corre risco se os professores encararem a mídia como fonte de informação. (2015, p. 105)

Não havendo garantias incondicionais para a compreensão e diante de produtores de conteúdo que não colocam à prova aquilo que leem, ensinarmos os alunos a ler com criticidade se torna uma necessidade imperativa. Articulando nosso pensamento às afirmações de Riolfi, seria possível afirmarmos que já não basta saber ler textos e enunciados; é preciso também saber o que ler, ou seja, verificar a confiabilidade das fontes que escolhemos ler.

3.2 LEITURAS NÃO CONVENCIONAIS FEITAS POR CELEBRIDADES

O texto que será analisado a seguir consiste em uma notícia divulgada em decorrência de uma declaração feita pelo ex-jogador de futebol Ronaldo, à época das eleições presidenciais de 2014. O fato aconteceu às vésperas do segundo turno das eleições, quando concorriam os candidatos Aécio Neves e Dilma Roussef. Vejamos o que diz a notícia:

Ronaldo se confunde ao tentar defender Aécio e vira piada

Cada vez mais engajado na campanha presidencial de Aécio Neves (PSDB), Ronaldo resolveu compartilhar uma opinião sobre política em seu Twitter nesta quinta-feira. O ex-jogador, no entanto, se confundiu e acabou fazendo um comentário bastante confuso. Os internautas, como sempre, não perdoaram.

Ronaldo postou, em seu perfil, o *link* de uma reportagem que trata do desaparecimento de relatórios do Tribunal de Contas de Minas Gerais que teriam informações desfavoráveis ao tucano, mas aparentemente não entendeu o teor da notícia. "Vão sumir todas as calúnias", escreveu.

Entenda o caso

A *Folha de S.Paulo* noticiou, nesta quinta-feira, que relatórios citados pela presidente Dilma no debate eleitoral da TV Bandeirantes na última terça foram retirados do *site* do Tribunal de Contas de Minas Gerais. No primeiro embate com o adversário, a petista afirmou que o tucano não havia investido o mínimo exigido pela Constituição na saúde estadual e pediu para os telespectadores acessarem a página do TCE.

O *site* saiu do ar ainda durante o debate. Quando a página voltou, os pareceres não estavam mais disponíveis. [...]

Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/eleicoes/ronaldo-se-confunde-ao-tentar-defender-aecio-e-vira-piada,21d19d0a55a19410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>. Acesso em: <30/10/2014>.

Retomemos o contexto. A notícia lida e compartilhada pelo ex-jogador tinha a seguinte manchete:

Relatórios usados por Dilma para criticar Aécio somem do *site* do TCE

Tratava-se de uma acusação contra o candidato Aécio Neves, cujo partido supostamente teria tomado providências para esconder documentos públicos que podiam denegrir o candidato e o partido. Ao entrar em contato com a notícia, entretanto, o ex-jogador, que era declaradamente um eleitor desse candidato, divulgou o *link* que levaria a essa notícia,fazendo o seguinte comentário:

Vão sumir todas as calúnias.

Embora se tratasse de um fato desfavorável ao candidato que apoiava, o ex-jogador, ao fazer uma leitura aparentemente destoante, interpretou a notícia de maneira positiva, a ponto de

colaborar com sua propagação. Ao ser questionado acerca do fato noticiado, declarou, em uma rede social: “Vai sumir pq não existe fundamento no que a candidata Dilma está inventando! Tudo mentira dela!”.

Na comunidade discursiva na qual estamos inseridos, é de conhecimento geral que documentos públicos não podem “sumir”, como supôs Ronaldo. Nesse caso, o ex-jogador não percebeu que se tratava de indícios de um procedimento irregular e comemorou publicamente o acontecimento, tornando-se um exemplo de um tipo de leitor que, chegando ao texto com uma opinião formada sobre ele, dispensa a busca por compreendê-lo e é incapaz de perceber quando os enunciados são divergentes de sua visão preconcebida.

Não nos é possível saber se o leitor tentou deturpar os sentidos que se podia depreender do texto, apropriando-se dele e distorcendo as informações, ou se, como afirmou Possenti (2001), leu como podia ler. Trata-se de uma evidência da afirmação de que a leitura, tal como o texto, nunca é neutra: ao ler com um objetivo, o leitor pode se sobrepor à intenção ou aos sentidos potenciais do texto, realizando sobre ele operações que rompem com a coerência. Antes de prosseguirmos, cabe fazermos uma leitura integral do texto da notícia compartilhada pelo ex-jogador:

Relatórios usados por Dilma para criticar Aécio somem do *site* do TCE

Relatórios técnicos do Tribunal de Contas de Minas Gerais sobre as contas do Estado foram retirados do ar nesta quarta-feira (15) após serem usados pela presidente Dilma Rousseff (PT) para acusar o rival Aécio Neves (PSDB) de não investir o mínimo exigido pela Constituição na saúde.

No debate da TV Bandeirantes, nesta terça (14), a petista afirmou que o governo mineiro, por não ter cumprido o mínimo constitucional (12% da receita estadual) nas gestões do PSDB em Minas, teria “desviado” R$ 7,6 bilhões.

Dilma então pediu que os telespectadores conferissem a informação no *site* do TCE. Logo após a afirmação da presidente, a página saiu do ar.

Hoje pela manhã, quando o *site* voltou, os pareces técnicos citados por Dilma, que correspondem ao período que vai de 2006 a 2012, não estavam mais disponíveis, segundo o PT.

O material ficou fora do ar pelo menos quatro horas, voltando ao *site* no final da tarde desta quarta (15).

Em nota, o tribunal afirmou que o *site* caiu por causa da quantidade de acessos na noite desta terça, mas não explicou o motivo de os pareceres terem saído do ar. Procurado pela reportagem, o órgão não confirmou a exclusão de documentos das gestões tucanas.

Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1533143-relatorios-usados-por-dilma-para-criticar-aecio-somem-do-site-do-tce.shtml>. Acesso em: 30/10/2014.

Após a leitura da notícia, torna-se possível supor que o ex-jogador não teria feito a leitura do texto, propagando-o sem conhecer a fundo seu conteúdo. Isso justificaria seu erro de interpretação do título: enquanto o verbo “sumir” foi empregado para indicar que os documentos foram ilegalmente retirados do ar, ele deduziu que haviam sido desmentidos, retirados por via legal. Supõe-se que, caso tivesse lido o texto – ou ao menos lido e compreendido o trecho “Relatórios técnicos sobre as contas do Estado foram retirados do ar após serem usados pela presidente Dilma Rousseff para acusar o rival Aécio Neves de não investir o mínimo exigido pela Constituição na saúde”, que contraria seus interesses –, Ronaldo não teria motivos para propagar esse fato.

Se nossa leitura não é produto somente do que está nos textos, mas também das operações que realizamos sobre eles (SOLÉ, 1998), abdicar de ler trechos que compõem o todo é, inevitavelmente, uma manobra de risco. Mesmo diante da impossibilidade de se afirmar assertivamente o que acarretou a leitura, pode-se elencar algumas hipóteses: a) o jogador leu somente a manchete; b) ele não percebeu que “sumir” seria uma escolha lexical inadequada, caso a intenção fosse noticiar a retirada das acusações; c) ele ignorou que o jornalismo virtual, cujo índice de audiência é medido pela quantidade de cliques, se vale de títulos insuficientes para explicar os fatos, tornando não recomendável prosseguir para as conclusões somente com base neles; d) tomado por ansiedade e pressa, o jogador não percorreu os enunciados (ou, se o fez, não se valeu de diligência nessa tarefa).

Tomando esse caso como ilustrativo de uma tendência contemporânea, propomos a seguinte hipótese: muitas pessoas que, antes, não tinham o hábito de buscar e ler notícias começaram a ter contato com os títulos em decorrência de seu compartilhamento torrencial nas redes sociais. Essas pessoas parecem satisfeitas com os *flashes* de informação que veem e passam a se considerar bem informadas, aptas a discutir ideias com as quais não têm familiaridade, ideia que vai ao encontro do que propôs Smith (1989) ao afirmar que uma identificação imediata com o sentido pode nos levar a crer que entendemos algo que não entendemos de fato.

Por fim, cabe mencionar a proposição de Marcuschi (1985, p. 100) de que “um leitor, para atingir a significação de um texto, deve fazer algo mais do que simplesmente estabelecer referentes. Deve determinar as intenções do autor, achando-lhes a força ilocucional.”. Sem que o leitor ponderasse acerca do objetivo da notícia e da razão por que ela fora mencionada naquele contexto, os possíveis sentidos ficaram turvos.

3.3 LEITURAS NÃO CONVENCIONAIS DE UM CONTRATO

O texto que será analisado a seguir consiste em um depoimento registrado no *site* do Reclame Aqui. O consumidor explica que contratou uma empresa para trocar as grades e os portões de um edifício e se queixa sobre um dano elétrico causado quando um funcionário perfurava uma parede. Ele esclarece o incidente, reproduz uma mensagem de uma funcionária da empresa e, ao final, transcreve um trecho do contrato a fim de validar sua reivindicação. Vejamos o depoimento:

> Contratei a empresa Mafra Brasil para fazer toda a troca de grades e portões no edifício, onde agora na realização do serviço o funcionário ao perfurar a mureta com uma ferramenta chamada pontilete partiu o conduíte que passava energia e o cabo da central do portão de garagem. Ao entrar em contato com a empresa para lhes informar o ocorrido a resposta que a Srª Mariana Esteves responsável pelo setor de logistica foi:
>
> Boa Tarde Sr Alexsandro,
> Verifiquei o dano elétrico relatado por Vsª com a equipe técnica que está no local realizando a instalação do gradil de seu condomínio.
> Nossa equipe informou que a fiação danificada estava dentro de tubos subterrâneos de conduíte existentes no local de instalação do gradil.
> Conforme informei à Vsª nosso contrato prevê a responsabilidade do cliente em informar da existência de tubulações existentes no local de instalação do gradil antes da assinatura do projeto definitivo, o que não foi feito por Vsª.
>
> Atenciosamente
> Mariana Esteves
>
> Departamento de Logística
>
> No que diz respeito ao contrato é o seguinte :
> XIV: Fica de inteira e total responsabilidade da parte contratante, a informação ou orientação POR ESCRITO da existência de qualquer tipo de tubulação, mantas, etc localizada na área de instalação da estrutura do gradil até a elaboração do projeto definitivo, sendo necessário o aceite do mesmo por escrito pela Contratada, caso contrário a parte contratada será eximida de qualquer responsabilidade por eventuais danos causados as tubulações, mantas, etc eventualmente existentes no local.
>
> Até o presente momento a empresa ainda não me trouxe nenhuma solução com a divergência de informação ou a má interpretação do contrato feito pela funcionária, e continuo com o problema.

Disponível em: <www.reclameaqui.com.br/6787306/marfra-brasil/ma-interpretacao-na-clausula-do-contrato>. Acesso em: <15/11/2013>.

Ao questionar sobre o dano causado, o consumidor recebe como resposta a informação de que, conforme consta no contrato, a existência de tubos de conduíte precisa ser notificada com antecedência pelo cliente, o que não foi feito. Ao final da reclamação registrada, ele afirma haver "divergência de informação ou má interpretação do contrato feito pela funcionária". Leiamos novamente o trecho do contrato a que se refere:

> XIV: Fica de inteira e total responsabilidade da parte contratante, a informação ou orientação POR ESCRITO da existência de qualquer tipo de tubulação, mantas, etc localizada na área de instalação da estrutura do gradil até a elaboração do projeto definitivo, sendo necessário o aceite do mesmo por escrito pela Contratada, caso contrário a parte contratada será eximida de qualquer responsabilidade por eventuais danos causados as tubulações, mantas, etc eventualmente existentes no local.

O texto do contrato confirma o esclarecimento feito pela funcionária: cabe ao cliente informar a existência da tubulação; ao não fazê-lo, ele exime a empresa da responsabilidade pelo dano. Entretanto, ao não perceber que a mensagem da funcionária e o texto do contrato são condizentes, o cliente reúne esses conteúdos no registro de sua queixa. Vejamos. A funcionária fez a seguinte afirmação: "nosso contrato prevê a responsabilidade do cliente em informar da existência de tubulações existentes no local de instalação do gradil antes da assinatura do projeto definitivo, o que não foi feito". O cliente nos mostra o trecho do contrato onde consta que, sem orientação por escrito de que existe tubulação no local, "a parte contratada será eximida de qualquer responsabilidade por eventuais danos". O que podemos compreender é que a informação passada foi correta, pois corresponde ao que está descrito no contrato. No entanto, o cliente afirma: "Até o presente momento a empresa ainda não me trouxe nenhuma solução com a divergência de informação ou a má interpretação do contrato feito pela funcionária". Como não há divergências, ao disponibilizar o texto do e-mail recebido e do contrato, o cliente argumenta contra si mesmo involuntariamente.

De que modo se pode explicar uma ação em que, acidentalmente, uma pessoa fornece provas contra seu próprio argumento, acreditando proceder com coerência? Uma hipótese seria a de que o cliente tem tamanha convicção de suas alegações que, ao encarar o texto do contrato, fica cego para as evidências e crê enxergar nele as informações de que precisa para ter sua queixa validada. Esse seria um exemplo da ideia de Smith (1989, p. 26) de que "geralmente, a pessoa somente vê aquilo que está procurando, permanecendo bastante desatenta a outras possibilidades".

Essa tendência poderia ser chamada, nos termos da psicologia, de “viés de confirmação”. Trata-se de uma tentativa comum das pessoas de se apegar a informações que confirmem suas próprias impressões, hipóteses ou crenças, mesmo em situações em que elas são desmentidas. Essas informações são selecionadas de maneira tendenciosa e podem ser usadas para sustentar uma crença equivocada, uma vez que o falante prefere – consciente ou inconscientemente – ignorar as evidências a que tem acesso. Na psicanálise, diz-se que esse processo é fruto da identificação do sujeito que lê com um traço do desejo inconsciente que ele pode vislumbrar naquele que escreveu.

A comparação do excerto do contrato com o *e-mail* em que a funcionária afirmava “nosso contrato prevê a responsabilidade do cliente em informar da existência de tubulações existentes no local de instalação do gradil antes da assinatura do projeto definitivo, o que não foi feito por Vsª” é uma evidência acerca do papel crucial do leitor na construção de sentidos. Nesse caso, dois textos quase idênticos – nos quais não foi possível identificar possibilidades de interpretações destoantes – foram entendidos pelo leitor como contraditórios.

Cabe recuperarmos aqui uma ideia de Solé acerca da leitura:

> Poder ler, isto é, compreender e interpretar textos escritos de diversos tipos com diferentes intenções e objetivos contribui de forma decisiva para a autonomia das pessoas, na medida em que a leitura é um instrumento necessário para que nos manejemos com certas garantias em uma sociedade letrada. (1998, p. 18)

Se grande parte das habilidades ensinadas considerando as avaliações escolares é vista com descaso na medida em que se convertem em obrigações com prazo de validade limitado, as habilidades de leitura mostram-se como elementos que perpassarão a vida da maioria dos indivíduos. Como professores, não podemos delegar a tarefa de desenvolvê-las nos alunos; nos incumbirmos dela parece o único modo de contribuir para que cada vez menos ocorrências da Língua Espraiada se verifiquem.

Ao que parece, os textos com que tiveram contato os leitores analisados neste trabalho serviram de rápido estímulo que conduziu a reações instantâneas encadeadas: primeiro, a sensação de compreensão do texto; depois, a necessidade de expressar algo em relação a ele. Trazendo isso para o âmbito da leitura, esse engajamento da cultura “em atrair e seduzir” parece corresponder à tendência de ler apenas para reagir, e não para refletir, para conhecer, para questionar, para aprender ou para usufruir.

Nos itens a seguir, nós nos voltaremos para leituras não convencionais de textos publicados na internet que podem ser observadas nos comentários deixados por leitores nas páginas em que eles foram publicados.

3.4 A IRONIA E SUAS LEITURAS NÃO CONVENCIONAIS

Uma das fontes de leituras não convencionais que se tornaram visíveis com o aprofundamento da análise de nosso *corpus* foi a ironia e a dificuldade de partilhá-la. Para explicar a ironia, alguns trabalhos voltam-se para a noção de "comunidade discursiva", compreendida como "um grupo para o qual certas regras fazem sentido e no qual certos sujeitos se reconhecem como iguais porque compartilham sensações, desejos, pensamentos e valores" (BENETTI, 2008, p. 40).

Refletindo a respeito desse conceito, podemos compreender que, para Benetti, a leitura de uma ironia está fortemente ligada à inscrição de um falante na mesma comunidade discursiva de quem produziu a ironia, pois sua leitura "exige que o interlocutor se posicione de um determinado modo, sob pena de o efeito simplesmente não se concretizar". É por isso que ele esclarece o seguinte: "para que a ironia se faça legível, é necessário que os dois sujeitos dominem o mesmo escopo de informações ou mapas culturais" (BENETTI, 2008, p. 40).

Conhecida como uma figura de linguagem "pela qual se diz o contrário do que se pensa" (CHERUBIM, 1989, p. 41), a ironia demanda do leitor ou do analista uma análise criteriosa dos sentidos de um texto. Para Benetti,

> Se a ironia quer significar o contrário do que diz literal ou explicitamente, então precisa indicar ao leitor que ali existe uma espécie de farsa ou simulação – precisa indicar o que se costuma denominar contexto de incongruência (entre um sentido positivo e um negativo, por assim dizer) ou, dito de outro modo, precisa construir as marcas de uma literalidade que deve ser recusada pelo interlocutor. (2008, p. 41)

Como esse contexto de incongruência precisa ser construído no interior do texto, seu autor deverá pressupor estar se referindo a conhecimentos que também sejam de domínio do interlocutor. Por isso, Benetti (2008, p. 41) afirma que "se os indícios não estão claros para o interlocutor, a ironia não se concretiza" e que "a força da ironia está sempre na construção de um campo de cumplicidade entre os sujeitos" (BENETTI, 2008, p. 41).

Aspectos dessa discussão podem ser observados quando se analisa a circulação de dois textos: "A mulher perfeita... no imaginário masculino" e "Dez razões para NÃO aprovar o

Casamento Gay no Brasil". No primeiro, que será analisado a seguir, o autor compõe uma lista de dez itens que resultariam na mulher perfeita segundo o imaginário masculino. O texto foi publicado no *site* Pragmatismo Político em 14 de agosto de 2014. Vejamos:

A mulher perfeita... no imaginário masculino
No ideal masculino de perfeição feminina, confira 10 coisas que a 'Perfeita' faz

Fabio Hernandez, DCM

Veja se você, mulher, se enquadra no ideal masculino de perfeição feminina. A Perfeita – abreviemos – faz as seguintes coisas.

1) Prefere ouvir a falar. Entende que, se a natureza lhe deu uma boca e dois ouvidos, não foi à toa.
2) Gosta mais de ação do que de discussões sobre o relacionamento. Até porque, se o relacionamento está ruim, é provavelmente por falta de ação.
3) Não recusa sexo mesmo que esteja de verdade com dor de cabeça. Recusas femininas matam qualquer relacionamento.
4) Está sempre bonita e cheirosa para o amado.
5) Não fuça o gmail, o Facebook e o Twitter dele. Jamais. É invasão de privacidade.
6) Faz coro quando seu amado canta, mesmo que seja desafinada. Linda McCartney fazia isso para o marido, e o manteve a seu lado até a morte.
7) Não disputa a razão com seu homem. Não tenta parecer melhor ou mais inteligente que ele, mesmo que seja. Nestes casos, delicadamente finge ser mais tola do que na verdade é.
8) Respeita o cansaço do guerreiro quando ele prefere simplesmente dormir a praticar sexo. Caso esteja muito excitada, pode sempre usar as próprias mãos, pelas quais não paga nada.
9) Entende que as preliminares devem ser satisfatórias para ambas as partes, e não só para ela.
10) Não olha para homem nenhum lascivamente, mas compreende que em certas situações o amado não cometerá pecado se – discretamente – admirar uma mulher atraente que entre no bar ou no restaurante. Porque na verdade toda a raça feminina estará sendo homenageada naquele olhar clínico e fugaz, incluída a própria mulher amada.

Existem outros pontos. Mas eles tornariam a mulher mais que perfeita, o que é desnecessário. Basta se aplicar no decálogo acima.

Disponível em: <www.pragmatismopolitico.com.br/2014/08/mulher-perfeita-para-homens.html>. Acesso em: <20/01/2015>.

Em um dos comentários deixados pelo moderador do texto, ele comunica a intenção de ironia aos leitores que podem não ter notado esse traço na leitura. Vejamos alguns trechos do texto em busca de mecanismos que possam explicar de que modo teria se dado a construção da suposta ironia.

1) Prefere ouvir a falar. Entende que, se a natureza lhe deu uma boca e dois ouvidos, não foi à toa.

A afirmação de que mulheres têm uma boca e dois ouvidos exprime, sem dúvida, um dado verdadeiro de nossa realidade. Interpretá-la como uma sugestão de que as pessoas (e não apenas mulheres) deveriam ouvir mais e falar menos é algo comum na sociedade brasileira e está presente em uma série de provérbios muito populares no Brasil.[6] É possível considerar, portanto, que se trata de uma afirmação que faz parte do imaginário de grande parte da população brasileira.

Se levarmos em conta a afirmação de Benetti (2008, p. 41) de que "a boa ironia aciona no interlocutor a presença de um sentido-primeiro que é então rapidamente, por contraponto a algum outro indicador do discurso, descartado como absurdo ou 'sem sentido'", não seria possível afirmar, ainda, que alguma ironia tenha sido construída no trecho em questão. Em busca de outras marcas da existência de algum "sentido-primeiro" que pudesse ser recusado, prossigamos com a leitura dos três itens seguintes.

2) Gosta mais de ação do que de discussões sobre o relacionamento. Até porque, se o relacionamento está ruim, é provavelmente por falta de ação.
3) Não recusa sexo mesmo que esteja de verdade com dor de cabeça. Recusas femininas matam qualquer relacionamento.
4) Está sempre bonita e cheirosa para o amado.

Foi possível observar que esses três itens têm em comum o fato de remeterem a ideias corriqueiras e recorrentes acerca dos relacionamentos, tais como: o fato de discussões entre o casal não constituírem algo desejável (item 2); a ideia de que mulheres devem estar sempre disponíveis para o sexo (item 3); e a necessidade de que mulheres se embelezem para seus companheiros (item 4). Ainda que haja grande discordância em relação a essas afirmações, elas são populares entre muitos no Brasil e aparecem com formulações muito semelhantes em outros textos que instruem mulheres acerca de como ter relacionamentos bem-sucedidos. Assim como no item 1 parece não haver, portanto, qualquer noção que possa ser considerada absurda ou sem sentido e que sinalize ao leitor a existência de ironia. Analisemos, agora, os três próximos itens desse mesmo texto:

5) Não fuça o gmail, o Facebook e o Twitter dele. Jamais. É invasão de privacidade.

[6] Algumas versões desse provérbio são "Você tem uma boca e dois ouvidos. Use-os nesta proporção" e "Deus deu ao homem dois ouvidos, mas apenas uma boca, para que ele ouça duas vezes mais do que fala", por exemplo.

6) Faz coro quando seu amado canta, mesmo que seja desafinada. Linda McCartney fazia isso para o marido, e o manteve a seu lado até a morte.
7) Não disputa a razão com seu homem. Não tenta parecer melhor ou mais inteligente que ele, mesmo que seja. Nestes casos, delicadamente finge ser mais tola do que na verdade é.

No item 5, afirma-se que acessar sem autorização as contas de outra pessoa – seja de *e-mail*, seja nas redes sociais – configura invasão de privacidade. Como sabemos, nas redes sociais cada usuário cria uma conta e a protege por meio de uma senha, uma vez que, essencialmente, não se espera que essa conta seja compartilhada. Por esse motivo, a menos que o parceiro tenha tomado deliberadamente a decisão de compartilhar o uso de sua conta nessas redes, "fuçar" algum desses *sites* pode ser considerado, de fato, invasão de privacidade.

O item 6 destoa dos demais ao apresentar uma afirmação acerca de personalidades famosas, trazendo contexto à recomendação dada. A afirmação de que Linda McCartney cantava de modo desafinado para o marido – o ex-Beatle Paul McCarney –, seguida da frase "e o manteve a seu lado até a morte", cria um efeito de causa e consequência, ou seja, sugere que foi por meio do canto desafinado que Linda preservou o casamento até seus últimos dias de vida. Como nos parece pouco aceitável que alguém se mantenha em um relacionamento em função do canto desafinado de seu parceiro, parece-nos que, de fato, a construção da ironia aconteceu neste item, embora sua percepção esteja atrelada à condição de que o leitor tome por inaceitável o que está sendo dito e atribua ao texto um efeito de humor.

A respeito do item 7, embora não se trate de um dado universal, parece-nos plausível aceitar que, provavelmente em decorrência de resquícios do patriarcado na sociedade brasileira, muitos ainda acreditem que as mulheres devem se calar diante de seus companheiros e contribuir para que eles sejam vistos como os únicos detentores de conhecimento. Como essa ideia, que ainda é amplamente aceita por alguns membros de nossa sociedade, não foi apresentada junto de qualquer contexto ou contraponto que possibilite a criação de um efeito de humor, não nos parece que tenha havido ironia no trecho. Vejamos, por fim, os três itens restantes:

8) Respeita o cansaço do guerreiro quando ele prefere simplesmente dormir a praticar sexo. Caso esteja muito excitada, pode sempre usar as próprias mãos, pelas quais não paga nada.
9) Entende que as preliminares devem ser satisfatórias para ambas as partes, e não só para ela.
10) Não olha para homem nenhum lascivamente, mas compreende que em certas situações o amado não cometerá pecado se – discretamente – admirar uma mulher atraente que entre no bar ou no restaurante. Porque na verdade toda a raça feminina estará sendo homenageada naquele olhar clínico e fugaz, incluída a própria mulher amada.

No item 8, chama a atenção uma aparente contradição em relação ao item 3, quando havia sido dito que uma mulher "não recusa sexo mesmo que esteja de verdade com dor de cabeça", porque "recusas femininas matam qualquer relacionamento". Agora, o autor passa a se referir ao homem como "guerreiro" e afirma que, caso ele não queira praticar sexo, seu cansaço deve ser respeitado, restando à mulher que busque prazer com as próprias mãos, "pelas quais não paga nada", segundo o texto.

Deixando de lado a potencial polêmica acerca do machismo contido nessas afirmações, vamos nos deter novamente nos aspectos textuais e de contexto de produção em busca da ironia anunciada pelo autor. Como o discurso apresentado no texto corresponde ao que é costumeiramente recomendado às mulheres em textos que têm por objetivo instruí-las a respeito do comportamento adequado em relação a seus parceiros, não nos parece, novamente, que o trecho veicule qualquer ideia irônica, mas sim ideias correntes, comumente vistas e apresentadas com seriedade. Ainda que tenha havido a intenção declarada de zombar dessas ideias, os elementos textuais não parecem suficientes, até o momento, para construir a esperada ironia.

No item 9, sugere-se um suposto privilégio feminino – segundo o texto, o de que as preliminares tenderiam a favorecer as mulheres –, ao que se poderia responder com um esclarecimento de que deveria haver igualdade entre homens e mulheres. Por se tratar de uma espécie de reivindicação favorável aos homens, carecemos novamente do elemento destoante que possa sinalizar ao leitor a necessidade de interpretar o texto de maneira irônica ou humorística.

Por fim, no item 10, afirma-se que a mulher não deve olhar "lascivamente" para outros homens, mas deve ser compreensiva e sentir-se homenageada quando seu parceiro tiver o mesmo tipo de olhar em relação a outras mulheres. Assim como nos outros itens, com exceção do item 6, apoiamo-nos nas teorias acerca de ironia e em nosso conhecimento de mundo para concluir que não se trata de um texto essencialmente irônico.

Após nosso exame de trechos do texto, seria interessante lermos os três primeiros comentários deixados na página em resposta a ele – observe-se que se trata de um diálogo, e não de comentários desvinculados.

poliana
kkkkkkkkkkkkkkk!!!!!!!!! n conseegui fazer outra coisa senão dar boas gargalhadas sobre esses "itens"...ai ai, precisamos fazer uma lista de 10 coisas q o homem perfeito deve ter hein mulheres?! queria ver o q vcs machões iriam achar...faz-me rir!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!

Esse primeiro comentário foi iniciado com uma expressão de riso seguida de uma série de sinais de exclamação ("kkkkkkkkkkkkkkk!!!!!!!!!"). Em seguida, a leitora afirma que deu boas gargalhadas acerca dos "itens" do texto, que ela menciona usando aspas. Ao escrever "ai ai", indica um suspiro, que pode denotar impaciência ou o murmúrio que eventualmente sucede uma risada. No trecho "precisamos fazer uma lista de 10 coisas q o homem perfeito deve ter hein mulheres?!", dirige-se às outras leitoras do texto, sugerindo uma identificação com elas e seu posicionamento contrário ao do autor do texto, já que demonstra interesse por mostrar outro ponto de vista ou por fazer o que poderia ser considerado uma "revanche". O termo "machões", na frase seguinte, chama a atenção por ser comumente usado em referência a indivíduos que se vangloriam de sua masculinidade, que gostam de exibir características consideradas tipicamente masculinas ou que são machistas – um indício de que a leitora está ironizando a posição apresentada no texto. Por fim, "faz-me rir", uma expressão de ironia que pode denotar descrença em relação a uma afirmação absurda ou que o dito foi constrangedor e sem graça, sugere que a leitora interpretou o texto como uma lista real e que discordou dele. Essa leitura foi rebatida pela moderação do *site*, na tentativa de registrar "a ironia da publicação", como vemos a seguir:

Administrador Moderação
Quem não captou a ironia da publicação, que fique registrado.

Ana Paula
Ok... Captamos que é ironia. Mas este *blog* não tem tantas postagens de comédia/piada assim, para que de cara, tenhamos que imaginar, que vcs não estão falando sério.

O terceiro comentário, de uma leitora que se identificou como Ana Paula, é iniciado por "ok", o que sugere uma tentativa de comunicar ao moderador que o esclarecimento feito por ele foi lido e levado em conta. Quando ela afirma, no plural, "captamos que é ironia", não é possível sabermos se está levando em conta o comentário anterior, deixado pela leitora Poliana, ou tomando como pressuposto que os leitores, de modo geral, identificarão a ironia no texto e incluindo todos eles no "nós" implícito na conjugação de "captamos". Em seguida, ela recorre à conjunção adversativa "mas", mostrando que não está de acordo com o comentário deixado por ele, uma vez que o considera incoerente em relação ao contexto.

A explicação dada por Ana Paula faz referência ao contexto de produção do texto: por se tratar de um *site* que veicula notícias "sérias", sem conteúdo humorístico, uma publicação supostamente irônica causa estranheza. Chama a atenção esse último comentário na medida em que a leitora, que se mostra habituada aos conteúdos comumente publicados no *site*, admira-se por notar que não há harmonia entre essa publicação e as demais, evidenciando que ela não se restringiu ao texto unicamente e que em sua leitura levou em conta seu contexto de produção.

Vejamos, agora, os comentários dos leitores que parecem não ter percebido o texto como irônico.

Tatiane
Ele pode ficar cansado e ela não pode ficar com dor de cabeça. Ah ta senta lá.

No comentário acima, a leitora assinala o que parece ser uma incongruência entre as afirmações elencadas no texto: o pedido de compreensão em relação aos homens quando eles estão cansados e a alegação de que as mulheres não podem recusar relações sexuais mesmo estando verdadeiramente com dor de cabeça. A expressão "Ah ta senta lá" demonstra desconforto e discórdia em relação ao conteúdo apresentado.

O que pode ter gerado essa leitura é o fato de o texto-fonte apresentar informações que correspondem a um discurso corrente na sociedade brasileira que é considerado machista. Esse interdiscurso é o que ajuda a atribuir sentidos ao que foi dito, isto é, algo sobre o qual já se ouviu ou já se leu causa efeitos naquilo que se lê ou se ouve posteriormente, ainda que isso aconteça de maneira inconsciente no leitor. Antes de partirmos para o comentário seguinte, vejamos a noção de "memória discursiva" definida por Pêcheux:

> A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (1999, p. 52)

Joker

Eeerr... perfeita para que tipo de homem? Tirando o item 4 (que sirva para ambos os lados, obviamente, ainda que utópico devido à nossa natureza biológica), o resto é balela de primeiro grau, que, além de obviamente machista, é uma pretensa cartilha estereotipada dos gostos masculinos. Cada um tem sua "fantasia da mulher perfeita" (ou homem perfeito, que seja), e ela é intransferível (e infantil, para falar a verdade). Prefiro manter os pés no chão e me envolver com mulheres inteligentes, bem humoradas e com gostos semelhantes aos meus. Deixo as exigências tolas para os medíocres.

Esse comentário, iniciado pela interjeição "eeerr", apresenta também uma discordância em relação ao conteúdo do texto, gerada novamente pelo reconhecimento do discurso machista no texto, proveniente da memória discursiva, e pelo não reconhecimento da ironia requerida pelo autor/moderador. Por isso, o texto é caracterizado como "balela de primeiro grau", "obviamente machista" e "pretensa cartilha estereotipada dos gostos masculinos". Por fim, o leitor parece chamar de "medíocre" o autor do texto, por este ter feito o que considera "exigências tolas" em relação às mulheres.

Anderson

Verdade, são "qualidades" realmente que nos homens apreciamos, principalmente a primeira, Mas da para melhorar e entrar em um consenso para ambas as partes, algumas coisa não concordo 100% mas concordo 40%

Começado por "Verdade", o comentário de Anderson, ao contrário dos anteriores, parece aprovar o conteúdo do texto, que também foi lido por ele sem traços de ironia. Usando aspas, ele nomeia como "qualidades" as descrições feitas acerca da mulher ideal, embora afirme que é possível melhorar alguns aspectos e conclua dizendo que "concorda 40%". A escolha lexical do início do comentário – sobretudo os termos "verdade" e "realmente" – sugere identificação com o texto.

Débora

ficar bisbilhotando o face,telefone e etc do companheiro realmente é horrível, não fazer isso deveria ser regra não p se tornar mulher perfeita, mas p ser uma pessoa madura e equilibrada e além disso, educada!

O comentário deixado pela leitora identificada como Débora se refere a somente um dos itens do texto ("Não fuça o gmail, o Facebook e o Twitter dele. Jamais. É invasão de privacidade."), com o qual a leitora afirma concordar. Conforme analisamos anteriormente, levando em consideração que as contas nas redes sociais são individuais, o fato de sua violação consistir em uma invasão de privacidade é uma ideia bastante consensual, portanto, a afirmação da leitora está vinculada a um já-dito.

Delziane

Este imaginário masculino esta arcaico demais, risos...

A leitora identificada como Delziane caracteriza como "arcaico" o imaginário masculino veiculado no texto. O termo "risos" com que ela conclui o comentário parece pôr em xeque a seriedade e respeitabilidade do conteúdo exposto, com carga semelhante àquela apresentada na expressão "faz-me rir", usada por outra leitora/comentarista.

Rafael Frigo

Concordo com o 4. Afinal, se ela é a minha mulher perfeita ela vai estar, pra mim, sempre bonita e cheirosa!

Esse comentário também traz um item específico que induziu o leitor a "levar o texto a sério" e a concordar com ele. De outro lado, uma série de leitores criticou a necessidade de o autor explicar que se tratava de um texto irônico, como veremos nos comentários selecionados a seguir.

Laurinda Rosa Maciel

Ótimo!!!! Foi preciso dizer que tudo não passou de ironia. A que ponto chegamos!

rafael

É uma pena que foi necessário avisar que é um artigo irônico, pois acaba com o lance inteligente de captar a ironia e poder as vezes rir dos absurdos. Abraço.

Rafael

A ideia do artigo foi trazer para pessoas pensadoras, concepções que ainda existem na sociedade. Acredito que isso seja de muito mais utilidade do que fingir que o pensamento da massa seja diferente. O Alvo do artigo não é a mulher e sim o imaginário masculino, que embora esteja generalizado no artigo, sabemos que pertence apenas a grande massa da sociedade. Homens de verdade não pensam assim.

Os três comentários acima foram deixados por leitores que não têm dúvidas acerca da ironia do texto. Nos dois primeiros, os autores dos comentários parecem atônitos com o fato de os outros não terem "captado a ironia" do texto, lamentando a necessidade de o autor precisar mencionar isso. O terceiro comentário entre esses é de um leitor que explica o que considerou ser a ideia do artigo, afirmando que o alvo do texto é o imaginário masculino e que "homens de verdade" não concordam com as ideias expostas. No próximo bloco de comentários, veremos o que escreveram outros leitores que também consideraram o texto irônico.

Gisele

A ironia é tão clara que fica difícil explicar.

poliana

claro q captamos a ironia né moderação! menos, bem menos!!!

Renata

Eita gente com dificuldade de entender uma ironia...

Flora Agni

Gente, não tá óbvio que é um texto irônico?????

Retomando as ideias que apresentamos acerca do funcionamento da ironia, lembramos que essa figura de linguagem é aquela “pela qual se diz o contrário do que se pensa” (CHERUBIM, 1989, p. 41). Entretanto, é preciso que haja ao longo do texto marcas que sinalizem ao leitor que se trata de conteúdo irônico, o que só verificamos no item 6 do texto. Nos outros itens, não identificamos a presença de um sentido primeiro que fosse destacado como “sem sentido” ou “absurdo” e que pudesse ser descartado ou prontamente visto de forma humorística. Entre os comentários que selecionamos, houve também aqueles deixados por leitores que criticaram a alegação de que o texto seria irônico e apontaram o que parecem ser falhas em sua construção.

luis

Como o texto é irônico, devo entender que está falando o contrário da mulher realmente perfeita e emancipada? Ou seja: uma mulher que fala demais, que prefere discutir do que ação, que fuce o gmail, que não satisfaz o homem nas preliminares, que força o homem a fazer sexo quando ele está cansado?

O leitor Luis demonstra conhecer a ideia de que a ironia consiste em afirmar o contrário daquilo que se pretende dizer, o que pode ser depreendido a partir de seu questionamento acerca de trechos específicos do texto, pois os sentidos que surgiriam na busca de afirmações contrárias ao que foi registrado resultariam em ideias consideradas absurdas, já que não são partilhadas por membros de nossa sociedade (como a de que se espera que mulheres falem bastante e ajam pouco, por exemplo). Vejamos um comentário semelhante:

Ana Luíza Matos de Olivei

Prezados, realmente quero crer que o texto é irônico e só posso crer nisso por conhecer a linha de vocês: revejam a publicação, não há nada que indique que vocês sejam contra as tais regras da perfeição. Realmente acho que postar algo dessa maneira é degradante às mulheres (e homens) e não contribui em nada, só reforça papéis de gênero que todos (creio que o site tb) quer desconstruir. Aposto que o texto está sendo compartilhado por quem concorda com as tais regras (vide comentários).

O comentário deixado pela leitora Ana Luísa menciona o contexto de produção do texto: por se tratar de um *site* que – com base no conhecimento dela – tem entre seus objetivos a desconstrução de papéis de gênero, a publicação, degradante para as mulheres e supostamente irônica, causa estranheza. A leitora mostra não ter se restringido ao texto ao buscar interpretá-lo, mas também a seus contextos de produção e veiculação.

Ainda que seja possível levar em conta fatores externos à materialidade textual, como o conhecimento de que o *site* no qual o texto se encontra em geral não publica conteúdos preconceituosos, o fato de ele misturar afirmações disparatadas e outras consideradas sensatas gera um efeito de estranheza.

O segundo texto que gerou leituras não convencionais em decorrência da dificuldade de partilhar a ironia é uma peça de autoria desconhecida: "Dez razões para NÃO aprovar o Casamento Gay no Brasil", publicado na internet em setembro de 2014. Trata-se de um texto organizado em tópicos que, de modo irônico, elenca justificativas que buscam persuadir o leitor a concordar com o casamento homossexual no Brasil.

O texto ganhou um adendo depois de alguns meses de veiculação. Nele, informava-se que o conteúdo "critica, de forma sutil, o preconceito", esclarecimento que o dono da página, responsável pela tradução do texto original para o português, concluiu afirmando: "Damos a isso o nome de 'Ironia'.".

O aviso acerca da ironia que passou a fazer parte do texto poderia sugerir que seu autor não foi bem-sucedido quanto à intenção de produzir conteúdo irônico. Como afirma Marcuschi, "em muitos casos, certas compreensões de texto devem-se a problemas de organização do próprio texto, tais como a ambiguidade, excesso de pronominalização, que dificultam a recuperação de referentes e produzem desarticulações no próprio texto" (p. 99). No entanto, essa possível falha não se verifica: desde o início do texto, os argumentos parecem bastar para atestar que o recurso da ironia foi usado de maneira eficiente. Analisaremos esses aspectos de modo mais detalhado a seguir. Antes, leiamos o texto.

Dez razões para NÃO aprovar o Casamento Gay no Brasil

1. Ser gay não é natural. Brasileiros de verdade sempre rejeitam as coisas artificiais, como lentes de contato, poliéster e ar condicionado.
2. O casamento gay vai encorajar pessoas a serem gays, da mesma forma que sair com pessoas altas vai fazer você ficar mais alto.
3. Legalizar o casamento gay vai abrir um precedente pra todo o tipo de comportamento maluco. As pessoas podem até querer casar com seus bichos de estimação.
4. O casamento hetero esteve aí este tempo todo e nunca mudou: mulheres continuam sendo propriedade dos homens, negros não podem casar com brancos e o divórcio continua ilegal.
5. O casamento hetero perderia o sentido se o casamento gay fosse permitido. O sacramento do casamento só de zoação de 55 horas da Britney Spears seria destruído.
6. Casamentos heteros são validos porque produzem crianças. Casais gays, pessoas inférteis e pessoas velhas não devem ter o casamento permitido, porque nossos orfanatos não estão cheios o suficiente, e o mundo precisa de mais crianças.
7. Obviamente pais gays só criam filhos gays, assim como casais heteros só criam filhos heteros.
8. O casamento gay não tem o apoio dos religiosos. Numa teocracia que nós vivemos, os valores de uma única religião têm que ser impostos sobre todas as pessoas do país inteiro. É por isso que temos apenas uma religião no Brasil.
9. Crianças nunca podem ter sucesso sem o papel de um modelo de homem e mulher em casa. É por isso que na nossa sociedade é estritamente proibido pais ou mães solteiros criarem crianças sozinhas.
10. O casamento gay vai mudar os fundamentos da sociedade; nós nunca poderemos nos adaptar a novas normas sociais. Assim como nós não nos adaptamos aos carros, ao terceiro setor, vidas mais longas e a internet.

“Este texto foi publicado várias vezes, em diversos fóruns sobre respeito a diversidade sexual, em inglês, e sem autoria. Achei que ele merecia ser lido em português, afinal, essa pouca vergonha de casamento gay realmente não faz sentido.”

William De Lucca

Disponível em: <http://pitadasdosal.com/dez-razoes-para-nao-aprovar-o-casamento-gay-no-brasil>. Acesso em: <03/09/2014>.

Retomemos algumas formulações acerca da ironia antes de nos voltarmos à análise do texto. Cherubim (1989) menciona a existência de quatro modos de expressar a ironia: a parêmia, o eufemismo, a antífrase e o sarcasmo, sendo os dois últimos os mais comuns. A antífrase ocorre por meio de palavras de sentido contrário, enquanto o sarcasmo consiste em uma ironia que desqualifica ou ofende. O sarcasmo, portanto, é construído de maneira mais explícita, por se tratar de uma crítica em que o deboche é notável. Já a antítese pode ser usada até mesmo na construção de sentidos elogiosos, como quando se diz que alguém é "horroroso" na tentativa de tornar evidente a beleza da pessoa.

A análise dos comentários publicados por leitores em textos da internet também apontou para a pertinência do conceito de língua espraiada (RIOLFI, 2015), uma vez que encontramos "leituras em cacos" que parecem ter resultado da "precariedade da metaforização", ou seja, da interpretação realizada por leitores que incapazes de fazer o cálculo metafórico, deixaram que os sentidos possíveis lhes escapassem (RIOLFI, 2015).

Entretanto, se, por um lado, o fato de não terem mobilizado conhecimentos e hipóteses que pudessem tê-los ajudado a aferir os sentidos possíveis sugere que as incompreensões resultaram desse fenômeno explicado por Riolfi, por outro, o texto "Dez razões para NÃO aprovar o Casamento Gay no Brasil" não tem uma leitura evidente.

Parece-nos pertinente, aqui, atentarmo-nos à ressalva feita por Benetti (2007, p. 40) acerca da ideia de literalidade:

> Sabemos, na filiação aos conceitos basilares da Análise do Discurso francesa, que não existe sentido literal. O sentido não reside "na palavra", e sim é construído na ação dos sujeitos que participam da práxis discursiva.
> A formação dos sentidos depende, portanto, do que constitui esses sujeitos em termos de imaginário, ideologia, posicionamento e inscrição histórica, cultural e social. O sentido de uma palavra ou expressão que acabamos por tomar como literal é apenas aquele que, em uma construção histórica, foi conquistando um lugar hegemônico na cultura e no grupo em que vivemos, apagando – de forma mais contundente ou menos contundente – os outros sentidos possíveis. Estamos imersos em uma ilusão de literalidade, e o jornalismo é um dos campos em que a linguagem mais exerce essa ilusão.

Como um primeiro desafio a ser transposto pelo leitor, podemos citar a necessidade de interpretar o título para além de um pretenso significado literal. De fato, o leitor precisa revisitá-lo para perceber que o "não" que o constitui é irônico, posto que o autor apresenta, na verdade, argumentos que evidenciam seu posicionamento *favorável* ao casamento entre homossexuais.

Analogamente, é necessário perceber que algumas de suas afirmações são deliberadamente incoerentes, como se lê nos trechos “sair com pessoas altas vai fazer você ficar mais alto” e “nossos orfanatos não estão cheios o suficiente, e o mundo precisa de mais crianças”. De fato, esses argumentos disparatados colocam em xeque elementos de uma ideologia conservadora a fim de delineá-los como preconceitos. Em outras palavras, o leitor precisa perceber que eles ressaltam a crítica feita pelo autor com relação aos preconceitos de quem é contrário ao casamento gay. Em busca de um exemplo, vejamos o primeiro item elencado pelo autor.

1. Ser gay não é natural. Brasileiros de verdade sempre rejeitam as coisas artificiais, como lentes de contato, poliéster e ar condicionado.

Notemos que o item é formado por duas frases. A primeira delas reproduz a voz das pessoas a quem o texto critica, aquelas para quem ser ou não ser gay é uma questão de estar de acordo com as leis da natureza. Trata-se de uma tese que, ao invés de ser sustentada, é combatida pelo argumento presente na segunda frase, caso o leitor perceba se tratar de um argumento absurdo.

Ao mencionar recursos artificiais de uso massificado no Brasil, como lentes de contato, poliéster e ar condicionado, o autor parece descreditar a crença de que gays não deveriam ser aceitos por não serem “naturais”, explicitando nossa ampla adesão por coisas que também não o são. Ao demonstrar que não é comum as pessoas se oporem ao que é considerado artificial, o autor parece perguntar: “ainda que ser gay não seja natural, como vocês alegam, qual seria o problema?”.

Dentre os comentários deixados na página em que o texto foi publicado, selecionamos 17 nos quais se dava a ver algum indício de leitura não convencional e que serão analisados nesta seção. Comecemos com um recorte que compreende sete comentários nos quais se nota uma leitura que não levou em conta o aspecto irônico do texto.

jefferson Faria disse:
Ser gay eh tão natural quanto ser hetero. Nao pedimos pra ser desta forma.
Muito preconeituoso esse seu artigo. De pessima qualidade. Palavras preconceituosas em pleno seculo xxI.
Poderia teprocessar por acedio moral por isso!!!

O comentário desse leitor, iniciado pela afirmação de que “Ser gay eh tão natural quanto ser hetero”, parece dialogar com o item 1 do texto, no qual se lê que “Ser gay não é natural”. Podemos afirmar que o leitor não notou o efeito causado pela outra frase que compunha o item 1, a respeito de brasileiros não gostarem de coisas artificiais, o que, como já mencionamos, desconstrói o sentido da primeira frase. No restante do comentário, o leitor dirige-se ao autor do texto para criticá-lo: “Muito preconeituoso esse seu artigo” e “Poderia teprocessar por acedio moral por isso”. O direcionamento do discurso ao autor do texto também foi visto em outros comentários, como este:

sara costa disse:
Achei esse post ofensivo,de extremo preconceito.
Não só com homessexuais,mas com idosos,cristões,negros,brancos,com todos os seres de todas aa etnías,crenças,cor,ou sexualidade.O seu pensamento e de um preconceito medíocre,que mostra um ser humano passado,preconceituoso e sem um pingo de concenso.Você não é obrigado a aceitar,mas usa diversas etnías,cores,sexos ou lingua,pra expressar a sua negação…Descontar sua raiva assim,chega a ser nojento e medríocre….O pensamento mais ultrapassado o seu,por pessoas que nem ti que se existe tanto caos no mundo,tanta investação de preconceito… Tenho repussas de seus pensamentos cara.

A leitora se refere ao texto como “post” e o caracteriza como ofensivo e preconceituoso com “todos os seres”. Em seguida, dirige-se ao autor: “O seu pensamento e de um preconceito medíocre”, “Você não é obrigado a aceitar,mas usa diversas etnías,cores,sexos ou lingua,pra expressar a sua negação”, “Descontar sua raiva assim,chega a ser nojento e medríocre”, “pensamento mais ultrapassado o seu”, “Tenho repussas de seus pensamentos cara”. Notamos que ela optou por fazer uma análise do autor em potencial: a) ela supôs tratar-se de um homem, como podemos depreender com base no vocativo “cara”, embora o texto não tenha sido assinado; b) supôs tratar-se de um ser humano preconceituoso e raivoso. Novamente, notamos que as conclusões a que a leitora chegou resultaram do fato de não ter notado, no texto, indícios de que o sentido construído deveria ser o contrário daquele declarado nas frases iniciais de cada tópico. Vejamos o próximo comentário.

Marina disse:
RIDICULO!cada um deve ser feliz do seu jeito,as pessoas ja sofrem muito preconceito, ja imaginou se tu fosse homossexual e todos te batessem , tirassem sarro da tua cara ,tu ia se sentir um lixo nao..Nao concordo com nada que tu escreveu.Te poe no lugar antes.

Essa leitora inicia seu comentário com a palavra “RIDICULO”, destacada por letra em caixa alta. Há duas conclusões possíveis para esse trecho: ou ela define como “ridículo” o

conteúdo que leu, ou chama de “ridículo” seu autor. Em seguida, dirige-se ao autor buscando convencê-lo de que “cada um deve ser feliz do seu jeito” e propondo uma reflexão: “ja imaginou se tu fosse homossexual e todos te batessem , tirassem sarro da tua cara ,tu ia se sentir um lixo nao”. Conclui seu comentário esclarecendo que não concorda com as ideias do texto e propondo ao autor que se coloque em seu lugar. A não convencionalidade desta leitura encontra-se no fato de que o contexto de ironia construído ao longo dos tópicos foi ignorado. Passemos, agora, para o próximo comentário.

Andressa disse:
por que não vão cuidar das suas vidas e deixem as pessoas viverem da forma como bem entenderem? Ninguém estará prejudicando ninguém, poxa a vida! Até que ponto chegaremos??! De onde pode ter vindo pessoas tão insensatas e ignorantes??? Pessoas com a mente pequena, que não sabem diferenciar a felicidade de um status. Se eu quiser casar com o meu cachorro, eu casarei, pois sou livre (tanto de escolhas quanto de vontades). Se a vida do outro te prejudica, não olha e nem opine, e vá se trancar no quarto, meu amigo!
Se é inteligente o suficiente pra postar uma bosta dessa, será inteligente o suficiente pra saber e entender o quão mesquinho e nojento foi esta ideia!

Nesse comentário, a leitora usa, inicialmente, a segunda pessoa do plural para se referir a quem escreveu o texto: “por que não vão cuidar das suas vidas e deixem as pessoas viverem da forma como bem entenderem?”. Seus questionamentos são marcados, em alguns pontos, pela repetição de sinais de pontuação, como em “Até que ponto chegaremos??!”. No meio do comentário, a leitora passa a usar a segunda pessoa do singular para se referir ao suposto responsável pelo texto, que ela, assim como a leitora responsável pelo comentário anterior, também deduz ser um homem: “Se a vida do outro te prejudica, não olha e nem opine, e vá se trancar no quarto, meu amigo!”. Por fim, refere-se ao texto como “uma bosta dessa” e caracteriza a ideia como “mesquinha” e “nojenta”. Não nos é possível afirmar se o texto foi lido de modo integral ou se foram fragmentos que levaram à interpretação feita, mas, de todo modo, o comentário deixado dá a ver a não compreensão dos traços de ironia no texto.

Os três comentários a seguir, que ainda fazem parte do nosso primeiro grupo de análise, com sete comentários de leitores que não notaram a ironia do texto, criticam o texto em si. Vejamos.

Rafael Silva disse:
Texto tedencioso e muitas vezes sem sentido… A pior frase com certeza é o que compara os casamento gay com o de pessoas altas…
E tem gente que acha maravilhoso. Por isso os gays sao dscriminados, existe muito exagero no modo de como trata-los.

Esse leitor, que considerou o texto tendencioso e sem sentido, critica o item 2 do texto ("O casamento gay vai encorajar pessoas a serem gays, da mesma forma que sair com pessoas altas vai fazer você ficar mais alto") ao dizer que se trata da "pior frase". Embora tenha notado o disparate na afirmação de que o relacionamento com pessoas altas pode tornar alguém mais alto, esse traço não foi vinculado aos outros aspectos da construção da ironia pelo leitor. Ao fim do comentário, ele comenta que "por isso" há discriminação contra os gays e conclui dizendo que há exagero no modo como são tratados, sugerindo que esse exagero pôde ser notado no texto. Trata-se de mais um exemplo de leitura em cacos: embora tenha notado incoerências em partes do texto, o leitor não soube manejar suas observações de modo a construir conclusões baseadas nelas, o que poderia tê-lo ajudado a recuperar o mecanismo de construção das ideias e argumentos do texto. Passemos para o próximo comentário.

eu disse:
Pior e mais homofobico que isso, só 2 disso! Quem escreveu esse artigo, é a prssoa mais desimformada possivel.

Nesse comentário, o leitor (ou a leitora) refere-se ao texto como "artigo" e diz considerar seu autor a pessoa mais desinformada possível. Mesmo sem explicitar trechos que tenham ajudado a construir a conclusão, afirma que só dois desse texto poderiam ser mais homofóbicos que ele próprio, uma expressão usada para indicar que há, no texto, o máximo de homofobia possível. Como já afirmamos anteriormente, a constatação de homofobia só ocorre nos casos em que o leitor não tenha se dado conta da ironia presente no texto, uma vez que a negação dos argumentos expostos resultaria em ideias não homofóbicas. Vejamos o próximo comentário.

Beatriz disse:
Essa foi a coisa mais escrota e homofóbica que eu já li em toda a minha vida!

Nesse comentário, a leitora refere-se ao texto e suas ideias como "coisa" e o categoriza como "escroto" e "homofóbico". Antes de nos determos na exploração das leituras não

convencionais propriamente ditas, é digna de nota a multiplicidade de modos de designar o texto pelos diversos leitores ("a **coisa** mais escrota", "seu **artigo**", "esse **post**", "uma **bosta** dessa", "**isso**", "esse **artigo**") e o locutor ("cara", "pessoas tão insensatas e ignorantes", "pessoas com a mente pequena", "meu amigo" [irônico], "pessoa mais desinformada possível"). Essas denominações dão a ver o modo como os leitores se relacionaram com a leitura: seja depreciando o texto ou seu autor, a maioria deles se posicionou de modo a explicitar seu desapreço em relação àquele conteúdo.

Como foi possível observar por meio dessa amostragem, muitos leitores, em vez de considerar o texto uma defesa da liberdade de que os homossexuais se relacionem, tomaram-no como uma manifestação de homofobia.

Retomando ideia exposta previamente, o contexto é o lugar da desambiguação. Em um texto em que os tópicos se complementam, ajudando na construção de sentidos uns dos outros, a compreensão desse valor singular requereria olhar analítico, questionador, atento aos detalhes. Parece-nos que essas ocorrências poderiam também ser justificadas com base na memória discursiva: como cada sujeito, ao entrar em contato com novos discursos, estabelece relações entre o que ouve/lê com aquilo que já leu/ouviu, enunciados pré-construídos como "ser gay não é natural" podem tê-los levado a sustentar as leituras feitas. Ao mesmo tempo que notamos a não identificação da ironia, podemos notar uma reação dos leitores em relação ao já-dito e a ideologias que estão comumente em embate em nossa sociedade. A esse respeito, nos parece pertinente citar Pêcheux, quando ele afirma que

> É a ideologia que fornece as evidências pelas quais "todo mundo sabe" o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado "queiram dizer o que realmente dizem" e que mascaram assim sob a transparência da linguagem" aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados (2009, p.160, grifos do autor).

Para nos aprofundarmos em outros sentidos que poderiam ser construídos com base no texto "Dez razões para NÃO aprovar o Casamento Gay no Brasil", observemos outro trecho do texto que ocasionou interpretações não convencionais:

4. O casamento hetero esteve aí este tempo todo e nunca mudou: mulheres continuam sendo propriedade dos homens, negros não podem casar com brancos e o divórcio continua ilegal.

Na sentença número 4, afirma-se que o casamento hétero "nunca mudou", e, em seguida, afirma-se que "mulheres <u>continuam</u> sendo propriedade dos homens, negros não podem casar

com brancos e o divórcio continua ilegal". O uso do verbo "continuar" introduz uma ideia inquestionável: um dia, no passado, mulheres já foram, sim, consideradas propriedade dos homens, o casamento entre negros e brancos não era aceito de fato e o divórcio não era legalizado. No entanto, embora a ideia de "continuar" indique que os fatos mencionados persistem no tempo presente, sabemos que nenhuma dessas afirmações corresponde à realidade dos dias atuais. Ao notarmos essa incongruência, torna-se possível afirmar que a sentença "O casamento hetero esteve aí este tempo todo e nunca mudou" precisa ser questionada, já que, como sabemos, veicula uma mentira. Para atestarmos a ironia nesse trecho, notamos que os sentidos contrários àqueles que estão sendo explicitados seriam coerentes: o casamento heterossexual *mudou*, mulheres *não* são propriedade dos homens, negros *podem* casar-se com brancos e o divórcio é *legal*. Vejamos mais um trecho.

7. Obviamente pais gays só criam filhos gays, assim como casais heteros só criam filhos heteros.

A sentença número 7 é iniciada por "Obviamente", termo usado para indicar que algo é de conhecimento de todos e incontestável. Esse item introduz a ideia de que "pais gays só criam filhos gays" e "casais heteros só criam filhos heteros". Dado que todos sabemos que filhos só podem ser gerados por um casal heterossexual, e que, muitas vezes, esses filhos têm orientação sexual homossexual, essas frases só podem ser tomadas fora do sentido primeiro que indicam, ou seja: o fato de os pais serem homossexuais ou heterossexuais não determina a orientação sexual dos filhos.

Outro aspecto relevante nesse trecho é a locução adverbial "assim como". Sem a compreensão de que se trata de um elemento comparativo, é pouco provável que o estranhamento dessa comparação seja notado pelo leitor. A primeira frase, "pais gays só criam filhos gays", é uma ideia razoavelmente comum entre quem se opõe ao casamento entre homossexuais. Com o elemento comparativo, no entanto, essa frase passa a funcionar como premissa para uma lógica que é quebrada logo em seguida, pois é falsa a afirmação de que "casais heteros só criam filhos heteros". A comparação, nesse caso, ajuda a construir a ironia.

Para compreendermos melhor a dificuldade de partilhar a ironia, retomemos seu mecanismo de construção. Como afirmou Benetti (2008), para que a ironia signifique o contrário do que foi dito explicitamente, é necessário que seja indicada ao leitor alguma incongruência que torne possível, para ele, detectar a "farsa" construída. As descrições feitas

nos últimos parágrafos anteriormente a este se referem a exemplos do texto nos quais a ironia se concretizou.

Pode-se concluir, a partir disso, que o autor do texto, ao recorrer a situações que, outrora consideradas impróprias, são vistas hoje com naturalidade, sugere que a mesma mudança de paradigma poderia acontecer em relação ao casamento homossexual. Trata-se de uma tentativa de contribuir para um pensamento mais tolerante em relação aos casais homossexuais, uma causa que tem muitos apoiadores e que tem adquirido destaque crescente há alguns anos.

No entanto, os comentários selecionados dão a ver que as asserções disparatadas feitas pelo autor não bastaram para que os leitores percebessem sua finalidade irônica, o que motivou reações de indignação. É o que se nota nos cinco comentários que serão analisados a seguir, uma amostragem correspondente a 29% do total de 17 comentários selecionados acerca desse texto. Vejamos o primeiro deles.

Laura disse:
Eu não te conheço mas já tenho nojo do lixo de pessoa que você deve ser! “Negros não podem casar com brancos” “Mulher continua sendo prioridade de homem” no mínimo, você é uma mal amada e mulher de malandro que gosta de levar porrada de homem! Desculpe pra quem está lendo isso, mas com essas palavras desta pessoa desnaturada isso era o mínimo do que eu tenho vontade de te falar! Ninguém é obrigado a viver infeliz por causa de pessoas como você que é infeliz e não gosta de ver a felicidade dos outros e não tem o que fazer e vem pra internet escrever absurdos como esse! [...] você no mínimo esqueceu de morrer, pois está vivendo na idade média ainda!

Nesse comentário, a leitora se refere ao autor do texto como “lixo de pessoa” e diz supor tratar-se de uma mulher: “no mínimo, você é uma mal amada e mulher de malandro que gosta de levar porrada de homem”. Nota-se, com base no que escreveu, que ela percebe a justaposição de dois tempos, o que se delineia com o uso de verbos com marca temporal, como em “você <u>é</u> uma mal amada”, “pessoas como você que <u>é</u> infeliz” e “você no mínimo <u>esqueceu</u> de morrer”, e pela menção à Idade Média na frase “está vivendo na idade média ainda!”. Há, portanto, a contraposição desses tempos: o primeiro deles chamado por ela de “Idade Média”, e o segundo marcado pelo momento presente.

Por não ter notado que o autor do texto defende o mesmo que ela (a saber, que os homossexuais tenham o direito de se casar), caracteriza como “absurdos” os argumentos apresentados no texto. Chama nossa atenção que grande parte do comentário não tenha sido a respeito do texto, mas das características que atribui a quem o escreveu, como no trecho

“Ninguém é obrigado a viver infeliz por causa de pessoas como você que é infeliz e não gosta de ver a felicidade dos outros”.

A leitora afirma também que o autor do texto “não tem o que fazer e vem pra internet escrever absurdos”. Embora tenha notado que os argumentos são baseados em absurdos, parece não ter notado que eles foram usados de modo deliberado. Novamente, é possível supor que a posição ideológica da leitora é tal que a impediu de ver as sugestões sutis que se encontram no texto. Por ter feito uma leitura fragmentada, deixou escapar a estratégia do autor, que era justamente a de mostrar que os argumentos que embasam as ideias contrárias à união homoafetiva são insensatos, incoerentes e sem sustentação que os fundamente, assim como aqueles que optou por reproduzir. Passemos para o próximo comentário.

melissa assunção disse:
Eu nunca vi tanta ignorância e ironia em um artigo publicado… Que tipo de pessoa pensa que obviamente pais gays só criam filhos gays, assim como casais heteros só criam filhos heteros.” isso e completamente ridículo. E sem senso de vida e de vivência, quantos homossexuais por ai. Inclusive grandes estilistas. E escritores. Diretores . autores, maquiadores, profissionais na área da saúde e enfim.. Não tiveram pais hereros . isso e completamente relativo . nao existe uma regra… Pessoas nascem com vontades próprias e tem suas próprias vontades independente de criações. Quantos assassinos existem e quer fizer que são assassinos por que os pais tbm eram. Enfim este artigo nao deveria nem existir . e completamente incoerente. Nao existe concordância. Essa pessoa por acaso tem alguma formação acadêmica. Tem ao menos o endino médio… Não parece é leiga tanto quanto.

O comentário da leitora se inicia pela afirmação de que ela nunca vira “tanta ignorância e **ironia** em um artigo”. Embora tenha usado o termo “ironia”, parece não partilhar da mesma definição que apresentamos previamente, já que prossegue se questionando sobre quem poderia pensar que “pais gays só criam filhos gays” e conclui que isso é “completamente ridículo”. Em seguida, a leitora chama a atenção para a existência de pessoas homossexuais em diversas áreas profissionais (“quantos homossexuais por ai. Inclusive grandes estilistas. E escritores. Diretores . autores, maquiadores, profissionais na área da saúde e enfim..”), no que parece uma tentativa de convencer o autor do texto acerca da importância dos homossexuais, ou de sua “normalidade” em relação a todas as outras pessoas. A respeito do trecho do texto acerca de casais homossexuais terem filhos homossexuais, questiona se todos os assassinos que existem são filhos de assassinos, construindo uma comparação semelhante àquela que o próprio autor fez no texto (ao mencionar, por meio da ironia, que nem todo casal heterossexual tem filhos heterossexuais). Ao final do comentário, busca deslegitimar o autor do texto por meio de

conjeturas acerca de sua formação acadêmica, sugerindo que, para ela, a legitimidade do texto pouco tem a ver com o que é dito nele, e sim com a posição social do enunciador. Vejamos, agora, o próximo comentário.

vinilifestylecius disse:
Texto horrível e com fundamentação pior ainda
"O casamento gay vai encorajar pessoas a serem gays, da mesma forma que sair com pessoas altas vai fazer você ficar mais alto."
Nada a ver esse comentário. NADA A VER.
"Obviamente pais gays só criam filhos gays, assim como casais heteros só criam filhos heteros."
Nada a ver também. A probabilidade de um casal gay ter um filho gay é quase 100%, ou to errado???

Chama-nos atenção uma contradição interna que esse comentário apresenta. Em um primeiro momento, o leitor critica o texto, que diz ter achado "horrível" e com fundamentação ruim. Transcreve o trecho "O casamento gay vai encorajar pessoas a serem gays, da mesma forma que sair com pessoas altas vai fazer você ficar mais alto" e o invalida afirmando que o comentário é "nada a ver", ou seja, é ilógico. Em seguida, reproduz a afirmação sobre casais gays criarem somente filhos gays e casais héteros somente filhos héteros. Embora afirme que o argumento também é "nada a ver", questiona em seguida: "A probabilidade de um casal gay ter um filho gay é quase 100%, ou to errado?". Neste momento, não é possível compreender se a discórdia do leitor se deve ao fato de ter lido o texto como se seus significados fossem evidentes e tê-lo considerado incoerente ou se ao fato de ter notado a ironia e discordar dela. De qualquer modo, essa desarticulação revela que alguma etapa do processo de construção de sentido foi deficiente e resultou em uma leitura arrevesada. Passemos para o comentário seguinte.

Anônimo disse:
Acho isso tudo ridículo. Inclusive o quesito 7, então quer dizer que héteros não fazem filhos gays?? Então me responda: De onde saiu o primeiro gay?? Hipócritas distorcem as palavras… Só Deus para te livrar do inferno: Gay também é gente, já falava o eterno Dinho de mamonas assassinas naquele tempo, imagine agora!

O comentário anônimo foi deixado por um leitor que avalia o texto como "ridículo" e questiona a afirmação de que casais héteros não podem fazer filhos gays. Mesmo sendo amplamente conhecido o fato de que a maior parte das pessoas homossexuais é filha de casais heterossexuais, nenhum dos leitores responsáveis por esses comentários parece ter se questionado acerca dos possíveis objetivos do texto ou suposto que pudesse ser uma reprodução sarcástica de enunciados do senso comum.

Cabe comentarmos aqui o trecho “Só Deus para te livrar do inferno: Gay também é gente, já falava o eterno Dinho de mamonas assassinas”. Logo após mencionar que “só Deus” poderia livrar a pessoa (o autor) do inferno, o leitor usa dois pontos e reproduz a frase “Gay também é gente”. Apesar de sugerir que traria uma visão ou uma palavra atribuída a Deus, atribui a citação ao cantor Dinho, uma banda brasileira de rock cômico (1995-1996), o que nos leva a questionar se o leitor estava escrevendo seriamente ou se notou a ironia do texto e quis “brincar” com o autor, participando dela. Vejamos o último comentário selecionado acerca desse texto.

Felícia Ribeiro disse:
Quanta besteira eu li num lugar só. É muita IGNORÂNCIA, não estou defendendo os gays, mas você SUPÔS que estamos precisando de mais crianças no mundo! Mas pelo contrário, precisamos diminuir a população no mundo, que só aumenta disparadamente. Já ouviu falar em densidade populacional, potencial biótico??? Com certeza não, então procure se informar das coisas antes de ficar postando qualquer merda por ai. E outra, gays ajudariam a adotar crianças de orfanatos. Coloque-se num lugar de um órfão! Hipócrita! Tenho nojo de vocês.

Esse comentário, por sua vez, foi deixado por uma leitora que afirma “você SUPÔS que estamos precisando de mais crianças no mundo!”. Essa afirmação do texto, em razão de seu teor absurdo, poderia ter ajudado a sinalizar a ironia presente nele, o que não aconteceu. Mais uma vez, o texto foi lido como se seus sentidos fossem evidentes.

Ao conceber que o texto traz explícitos os seus sentidos, alguns desses leitores não notaram que seus próprios argumentos, que julgam contrários àqueles apresentados no texto, estão, na verdade, em consonância com eles. Revoltaram-se com o suposto preconceito do texto, sem perceber que, se o autor o reproduzia, era somente para criticá-lo.

Esses comentários mostram que, nesse caso, a opacidade dos sentidos funcionou como barreira para a compreensão, o que transformou o texto em um objeto causador de atritos. Retomamos aqui o conceito de Língua Espraiada, que ajuda a explicar essas ocorrências. Parece-nos que esses leitores não souberam fazer as operações necessárias para calcular sentidos socialmente partilhados, o que levou à construção de leituras desarticuladas e de sentidos “estilhaçados” (RIOLFI, 2015).

Vimos, até agora, 12 dos 17 comentários selecionados acerca do texto “Dez razões para NÃO aprovar o Casamento Gay no Brasil”. Veremos agora as cinco ocorrências restantes. Comecemos por duas delas em que leitores que admitiram ter percebido a ironia somente depois do alerta deixado pelo autor.

Anônimo disse:
Engraçado que quando comecei a ler, logo pensei: esse cara é estúpido e não sabe nada que está falando, rs. Apenas vi a publicação irônica no final. O casamento gay, assim como a adoção por essa nova forma de casal são formas de mostrar que a sociedade já não é a mesma. Pessoas ignorantes criticam essa nova forma, porém, todos tem o direito de ser FELIZ!!!!!! [...]

Kika Hoffmann disse:
Desculpa, tive que ler duas vezes, primeiro não gostei pq achei q era contra, mandaram eu ler de novo com calma e assim percebi que é engraçado…. Legal, gostei!

No primeiro comentário, o leitor anônimo afirma ter pensado, inicialmente, que o autor do texto “não sabe nada que está falando”, mas mostra ter feito uma leitura diferente depois de ter visto “a publicação irônica no final”. No segundo comentário, a leitora pede desculpas por não ter gostado da primeira vez e contrapõe dois momentos do passado: 1) “primeiro não gostei pq achei q era contra [o casamento gay]”, 2) “mandaram eu ler de novo com calma e assim percebi que é engraçado…. Legal, gostei!”.

Sob um ponto de vista lacaniano, é possível afirmar que esses leitores assumiram sua divisão subjetiva e a agenciaram de tal forma que foram capazes de considerar não só a sua própria fragmentação, como também a fragmentação da linguagem e dos sentidos. Andrade (2015, p. 78) destaca que, sem agenciar a divisão subjetiva, um leitor não consegue retroagir sobre o texto, e explica que "O ciclo da constituição do sujeito se completa em dois tempos. O primeiro consiste em sua adesão ao sentido oferecido pelo Outro. Por sua vez, o segundo é o esvaziamento desse sentido".

Essa divisão subjetiva precisa ser incluída no percurso do leitor visto que "a elaboração e a sustentação de algo novo [...] só é possível quando o pesquisador consegue abrir mão das palavras cristalizadas do discurso comum e é capaz de fazer uma passagem para o discurso enquanto laço social (LACAN, 1972-1973), aquele que, por definição, é capaz de alterar a relação do sujeito com o saber" (ANDRADE, 2015, p. 75).

Embora tenha como foco a escrita, consideramos que as formulações da autora se aplicam também ao leitor:

> "Caminhar na inclusão de um além de um sujeito da cognição, aquele que adquire conhecimento por meio da compreensão, do raciocínio lógico, implica considerar que quem escreve: a) pode assumir diferentes posições frente ao saber; b) pode sofrer transformações subjetivas decorrentes do tipo de laço social em que se insere, as quais podem ser localizadas no texto". (ANDRADE, 2015, p. 75)

Para esses dois leitores, a intervenção da voz do outro parece tê-los levado a se engajarem em uma atividade que envolvia retorno e releitura, o que permitiu a reconstrução dos sentidos. Pode-se afirmar, portanto, que agiram como leitores ideais, uma vez que se implicaram na tarefa a ponto de retroagir criticamente, colocando em xeque suas próprias impressões e tornando-se aptos, assim, a reconsiderá-las.

A possibilidade de fazer uma releitura é uma das características tanto da escrita, quando o autor se relê, quanto da leitura de textos desconhecidos. Como explica Riolfi (2015), o leitor que encontra algo exótico – seja em seu próprio texto ou ao se deparar com o texto de alguém – pode refletir acerca desse "elemento estranho" e passar por um exercício em que, favorecido tanto pela privacidade quanto pelo silêncio de que pode gozar nessa atividade, ele pode variar os modos de envolvimento com a palavra antes que interaja ou se comprometa com o outro. Por isso, como destaca a autora, essa é uma tarefa que requer não só paciência, mas também coragem, uma vez que, mesmo quando são fruto de algum planejamento, as palavras com que nos deparamos no papel podem nos surpreender. A autora conclui, portanto, que os melhores resultados sucederão dos investimentos mais prolongados.

Passemos agora para os três últimos comentários selecionados acerca desse texto, que revelam crenças ou conhecimentos prévios dos leitores que se sobrepuseram ao conteúdo do texto, dando a ver uma leitura em que houve pouca ou nenhuma aproximação com o que estava sendo dito. Apesar de demonstrarem não ter adentrado ao texto, os leitores destes três excertos não abdicaram de se inscrever como parte do diálogo e registraram suas apreciações. Entendemos que se trata, novamente, de exemplos de leituras em cacos, ou seja, exemplos da Língua Espraiada.

Anônimo disse:
Falam de homofobia, mas e com relação ao preconceito para com os cristãos, seria Cristofobia? Aos pais de família que não aceitam, seria Paternofobia?
Que vivam como queiram, só respeitem as opiniões contrárias. Se isso acontecer, não haverá preconceito.

O leitor responsável pelo primeiro comentário questiona "o preconceito para com os cristãos", mas não deixa claro se está reagindo somente à leitura do texto ou se está respondendo a comentários de outros leitores que tenha, porventura, lido. Quando pede respeito às "opiniões contrárias", não é possível sabermos se está se referindo a quem concorda com o casamento homoafetivo ou a quem discorda dele. De todo modo, chama atenção que o leitor tenha deixado de lado o assunto do texto e buscado trazer à tona outras discussões, como as que chamou de

“Cristofobia” e “Paternofobia”, uma vez que sua introdução “Falam de homofobia” sugere que ele não ache a discussão tão relevante. Vejamos o comentário seguinte.

Anônimo disse:
Deus ama a todos inclusive vc que e gay ,mais lembre-se que ele e amor e justiça

O segundo comentário desta seleção traz a mensagem de que Deus ama a todos, “inclusive você que é gay”, desviando-se dos elementos abordados pelo texto, ainda que traga um assunto comumente relacionado a ele (a interferência das crenças religiosas na orientação sexual alheia). Dois elementos nos parecem dignos de nota nesse trecho: 1) o uso do termo “inclusive”, que expressa surpresa acerca da informação de que “até mesmo” os gays estão incluídos no “todos” que são amados por Deus, sugerindo não se tratar de algo esperado; 2) o uso da conjunção adversativa “mas”, antes de introduzir a ideia “lembre-se que ele e amor e justiça”, que sugere uma oposição de ideias entre Deus amar a todos e Deus ser amor e justiça. Leiamos, agora, o último comentário referente a esse texto.

Anônimo disse:
Nossa que ridículo! Não sou a favor do casamento gay mas não sou preconceituosa uma coisa não tem nada a ver com a outra, sou evangélica e tenho a bíblia, que é a palavra de Deus, como minha única regra de fé e de prática logo sou contra, pois não concordo com seus atos, mas respeito sim como dois seres humanos que eles/as são!

Esse comentário foi deixado por uma leitora que menciona ser evangélica e tomar a bíblia como sua “única regra de fé e de prática”, justificando sua posição contrária ao casamento entre homossexuais e mencionando, apesar disso, ter respeito por eles. O encadeamento de conjunções que marcam o posicionamento da leitora é digno de nota: “sou evangélica e tenho a bíblia [...] como minha única regra de fé e de prática **logo** sou contra, **pois** não concordo com seus atos, **mas** respeito sim”. Embora mostre sua oposição ao casamento gay como uma consequência do fato de ser evangélica (“logo sou contra”), busca fazer uma ressalva que explicite não considerar sua opinião falta de respeito (“mas respeito sim”).

O desvio geral do assunto do texto dá a ver uma leitura superficial combinada a uma postura em que se sugere um posicionamento prévio à leitura. A ação desses leitores pode ser interpretada como uma crença de que uma aproximação rápida do assunto do texto é suficiente para compreender do que ele trata. Além disso, sugere a necessidade de se posicionar em relação aos textos lidos, de avaliar publicamente as ideias, criticá-las, emitir opiniões e fazer de si

mesmo parte do texto, ainda que de forma a contestá-lo. Não parece haver, ao menos por parte desses leitores, nenhuma disposição quanto a distanciar-se do texto e refletir sobre ele, analisando-o e compreendendo seus caminhos e intentos.

Acerca dos posicionamentos prévios à leitura, recorremos aqui à noção de "obstáculo epistemológico" (BACHELARD, 1996). Ao discorrer sobre conhecimentos científicos, o autor faz uma afirmação que nos parece apropriada à nossa reflexão: a de que "a ciência [...] opõe-se absolutamente à opinião" (p. 18). Para o autor, a opinião é um obstáculo a ser superado, pois nos impede de conhecer bem os objetos que analisamos. Por isso, defende que, para se conhecer algo bem, não se deve ter opinião a respeito daquilo, nem de "questões que não sabemos formular com clareza". Bachelard acrescenta que "um obstáculo epistemológico se incrusta no conhecimento não questionado" e que "hábitos intelectuais que foram úteis e sadios podem, com o tempo, entravar a pesquisa" (BACHELARD, 1996, p. 19).

Essas formulações nos ajudam a compreender o fato de alguns leitores terem se sobreposto sobre o texto lido e tirado conclusões indevidas. Apoiando-nos na ideia de que um indivíduo terá preferência por aquilo que confirma seu saber e não por aquilo que o contradiz (BACHELARD, 1996, p. 19), podemos compreender os movimentos de leitura daqueles que atribuíram valor excessivo às suas ideias e opiniões prévias em detrimento dos conhecimentos com que estavam entrando em contato.

Vemos, na maneira como esses leitores concretizaram suas leituras, bem como nas infrutíferas divagações que delas resultaram, o desconhecimento acerca do fato de que "ler um texto é considerar seus elementos extratextuais e perceber os elementos da construção de sua linha argumentativa" (RIOLFI et al., 2010, p. 52). Desatentos às escolhas argumentativas e lexicais, por exemplo, e indispostos a refletir sobre as condições de produção e as minúcias que deram origem ao texto, os leitores não foram capazes de se valer das pistas deixadas nele para construir sentidos.

De modo geral, observando todos os comentários selecionados, é possível considerar que os leitores estabeleceram com o texto uma relação de autoridade, impondo-se sobre os enunciados, desconsiderando possíveis intentos e desautorizando a multiplicidade de sentidos possíveis. Esse movimento de leitura inconsistente, em que se lê sem se ler de fato, parece ser um dos traços que marcam nossa contemporaneidade. Como lidar com essa tendência em contexto de ensino? Para Riolfi et al. (2010, p. 51),

> Devemos ensinar aos alunos que o sentido de um texto transcende a soma de suas partes. Ler de modo rigoroso exige sucessivas operações

> de retroação. Faz-se necessário, dessa forma, planejar sequências didáticas que levem o aluno a retornar às questões suscitadas pelo texto, sem se limitar somente a seguir palavras da esquerda para a direita e de cima para baixo. O professor deve convidar os alunos a deixar de ler o texto de modo automático, estabelecendo cortes deliberados na leitura.

Se tivessem aprendido a ler de modo rigoroso, retroagindo sobre o texto, as chances de que os leitores apresentassem uma compreensão parcial do texto seriam minimizadas. Nos exemplos analisados, os leitores desconsideraram que suas crenças religiosas, embora os afetem ideologicamente e influenciem seu modo de julgar os fatos, não deveria ter impacto direto sobre os direitos de outras pessoas – tolheram qualquer possibilidade de se atentar aos preconceitos disfarçados em nosso dia a dia aos quais o texto se opunha. Do mesmo modo como um leitor não deve se limitar à aceitação incauta dos argumentos apresentados no texto, em uma leitura bem feita ele não sairia indiferente a eles: "Uma leitura atenta às materialidades discursivas pode ser um ato criador, cuja potência é alterar o estado daquele que a realiza" (RIOLFI et al., 2010, p. 64).

A partir de todos os comentários selecionados acerca desse texto, é possível depreendermos que houve uma disparidade na seleção de critérios durante o processo de leitura. Os leitores, em grande parte, parecem ter tirado suas conclusões após a leitura do título, apenas. À primeira vista, essa ação encontraria respaldo na tese de Smith (1989) de que

> "[...] O significado é trazido para a linguagem através da previsão, a qual significa a eliminação prévia de alternativas improváveis. A previsão não significa considerar-se tudo com base em adivinhações desvairadas (o que poderia, na verdade, ocasionar o risco de constantes erros), nem significa que o significado preciso é conhecido com antecedência. Previsão significa, simplesmente, que a incerteza do ouvinte ou leitor está limitada a umas poucas alternativas prováveis e desde que a informação possa ser encontrada na estrutura aparente do que foi ouvido ou lido para a eliminação da incerteza remanescente – para indicar qual alternativa prevista é apropriada –, então a compreensão se realiza" (p. 48)

Embora a habilidade de fazer previsões seja um dos elementos a ser mobilizado ao se ler um texto, é preciso que o leitor, ao confrontá-lo, seja capaz de considerar suas especificidades, ponderar sobre o emprego deliberado de vocábulos, enfim, reconstruir um percurso que possa dar a ele alguma segurança quanto aos sentidos que depreendeu a partir do texto. Com um nível de cautela baixo, entretanto, cada leitor se arriscou a acreditar que já havia

compreendido o texto mesmo tendo acesso somente a enunciados avulsos, sem os relacionar entre si e sem levar em conta fatores extratextuais.

3.5 ENTRE A CRÍTICA E A HOMENAGEM

O texto "Gente de humanas que faz um monte de coisa que não dá dinheiro" foi publicado em julho de 2013 no blog *Recordar, Repetir e Elaborar*, da psicóloga Camila Pavanelli. Nele, a autora reconta uma conversa que teve com um amigo acerca de profissionais da "área de humanas" – grupo do qual faz parte – e comenta sobre peculiaridades comuns a esse grupo, como o fato de realizarem muitos trabalhos sem vínculo empregatício, os "frilas", ou de poderem trabalhar em casa, por exemplo.

Dentre os mais de 500 comentários que havia na página, até o momento em que tivemos acesso a ela, selecionamos 16 entre aqueles que davam a ver algum tipo de leitura não convencional. Comecemos a análise pela leitura do texto.

Gente de humanas que faz um monte de coisa que não dá dinheiro

Conversando sobre um amigo – digamos apenas que ele é da ˜área de humanas˜ – que se encontra em apuros financeiros, meu marido perguntou:
– Mas afinal, o que ele faz?
Minha resposta foi imediata, sem censura e sem rodeios:
– Ah, você sabe como é, faz um monte de coisa que não dá dinheiro.
E foi aí que me ocorreu.
Quase todos os meus amigos podem ser definidos exatamente assim: gente de humanas que faz um monte de coisa que não dá dinheiro.
Tenho pouquíssimos amigos que construíram uma sólida e tediosa carreira de sucesso em alguma respeitável multinacional.

Meus amigos, quase todos, fazem, fizeram ou farão trampos de:
design gráfico, tradução, revisão, revisão ABNT, programação, decoração, consultoria de moda, webdesign, transcrição, preparação de originais, editoração, legendagem, publicidade, jornalismo, aula de inglês, de francês, aula em faculdade, em cursinho, mestrado, doutorado, com bolsa, sem bolsa, consultoria/assessoria/gerenciamento de redes sociais, assessoria de imprensa, produção de eventos, crítica de arte, de música, de cinema, cenografia, curadoria, agitação cultural, mapa astral.

Escritores, roteiristas, resenhistas, romancistas, colunistas, cronistas e poetas. Professores, palestrantes, repórteres, artistas e fotógrafos. Produtores, atores e diagramadores. Bailarinos, músicos e psicanalistas. Pós-graduandos em ciências sociais, antropologia e história. Estudantes de graduação em filosofia. Ou, para resumir com termos que nossos tiozões reaças entendem bem: "tudo puta, bicha e maconheiro" <3

Um monte de coisas. Que não dão dinheiro. Nenhuma delas. Nem se juntar tudo.
E eu, que sempre me senti tão sem turma, tão sempre trabalhando quietinha e sozinha em casa, tão avessa ao mundo real repleto de gente com uma CLT na mão e o firme propósito de ganhar dinheiro na cabeça. Eu, que sempre me senti oprimida por aquela propaganda no metrô que mostra um jovem sorridente "decolando na carreira" depois de concluir seu MBA em administração. Eu, finalmente, sorri e me dei conta:
Gente de humanas que faz um monte de coisa que não dá dinheiro – esse é o meu clube, essa é a minha vida.

Somos bichinhos estranhos, nós que somos gente de humanas e fazemos um monte de coisa que não dá dinheiro. Pulamos de frila em frila sempre achando que o de agora vai durar e que o contratante vai pagar em dia. Ignoramos solenemente o fato de que o frila de 2009 pagava exatamente o mesmo que o frila de 2013. Acima de tudo, baseamos toda a nossa vida na convicção de que o próximo frila será melhor, mais interessante e mais bem pago que o atual.
Escrevemos, traduzimos, cantamos e sapateamos. Nosso talentos são múltiplos. Nossa versatilidade é incomparável. Nossa paciência é infinita. Nosso único defeito: não somos uma categoria unida. Se unidos fôssemos, estaríamos nos anúncios do metrô agora mesmo: "venha ser gente de humanas e fazer um monte de coisa que não dá dinheiro você também!" Mas não. Em vez disso, estamos aqui, cada qual surtando com seu próprio prazo e seu próprio cliente inadimplente – ou, no meu caso, tentando escrever mais um texto acadêmico e, em vez disso, escrevendo besteira no blog.

Tenho uma teoria de que nós, gente de humanas que fazemos um monte de coisa que não dá dinheiro, só teremos nosso valor devidamente reconhecido pela sociedade o dia em que o governo quiser subsidiar a vinda de tradutores, fotógrafos, poetas e psicanalistas cubanos. Aí sim seremos importantes – aí sim seremos potência.

Até lá, continuaremos fazendo um monte de coisa – e fingindo para a nossa família e nossos amigos com carteira assinada que ganhamos algum dinheiro.

Disponível em: <https://recordarrepetirelaborar.wordpress.com/2013/07/14/gente-de-humanas>. Acesso em: <12/12/2013>.

Inicialmente, para buscarmos alguns sentidos possíveis do texto, seria interessante compreender alguns dos objetivos com que pode ter sido escrito. Quando a autora afirma que "Quase todos os meus amigos podem ser definidos exatamente assim: gente de humanas que faz um monte de coisa que não dá dinheiro", não é possível sabermos, ainda, se o texto constituirá uma crítica a esse grupo ou, talvez, uma espécie de homenagem. No momento seguinte, quando afirma "Tenho pouquíssimos amigos que construíram uma sólida e tediosa carreira de sucesso em alguma respeitável multinacional", a autora deixa claro que a maior parte de seus amigos pertence ao grupo "de humanas", que, segundo sugere, não inclui membros que tenham construído "carreira de sucesso em alguma respeitável multinacional". O uso da palavra "tediosa" sugere uma contraposição entre a situação dos amigos "de humanas" e os outros, ou seja, a autora sugere uma preferência por carreiras que, embora não sejam consideradas sólidas, são isentas desse tédio que menciona.

Em alguns trechos, a autora parece se queixar de uma suposta desvantagem dessas profissões, como quando diz: “Um monte de coisas. Que não dão dinheiro. Nenhuma delas. Nem se juntar tudo.”. Pouco depois, entretanto, apresenta uma linha de raciocínio que culmina no seguinte pensamento: “Gente de humanas que faz um monte de coisa que não dá dinheiro – esse é o meu clube, essa é a minha vida”. Se fosse tomado com seriedade, esse trecho geraria estranheza no leitor, visto que é socialmente incomum que as pessoas sintam tamanha identificação por atividades que “não dão dinheiro”, “nem se juntar tudo”.

Outro trecho passível de análise é aquele em que a autora menciona a desunião dos profissionais “de humanas” e afirma: “Se unidos fôssemos, estaríamos nos anúncios do metrô agora mesmo: ‘venha ser gente de humanas e fazer um monte de coisa que não dá dinheiro você também!’”. Para buscar compreender o modo como a autora lidou com informações estereotipadas acerca de sua área profissional, recorremos às formulações de Possenti (2000) a respeito do discurso humorístico.

Possenti (2000) afirma que textos humorísticos operam com estereótipos e frequentemente trazem temas socialmente controversos, uma vez que, como é menos frequente que se faça juízo de valor acerca do discurso de quem lida com humor (via textos humorísticos ou piadas), esse discurso se torna uma maneira de veicular o que não pode ou não deve ser dito. Considerando que um anúncio convidando pessoas para atividades que não trazem remuneração atraente é algo que causa estranheza em nossa sociedade, podemos considerar que esse texto pode ser lido como uma manifestação humorística de vantagens e de percalços típicos da área profissional que descreve.

Ao partirmos para a leitura dos comentários, percebemos que uma parcela dos leitores interpretou o texto como uma queixa, um relato lamentoso, como se a autora estivesse expressando seu desejo de sair da situação em que se encontra. Um indício acerca dessa leitura são os cinco comentários a seguir, representativos de 31% dos comentários selecionados, que buscam aconselhá-la a respeito de como repensar sua escolha de trabalhar “na área de Humanas” e conseguir um emprego que pudesse ser fonte de um salário maior. Observemos.

shemendes
Haaaaa…. Deixem de pessimismo e procurem uma forma de ganhar dinheiro com a profissão de vocês. Cadê a criatividade pessoal? Montem uma empresa, unam-se com outros, tenham uma ideia legal em conjunto. Eu por exemplo, sou designer de superfícies, depois de 7 anos de ralação, estou lançando meu Studio junto com outros artistas, um inclusive tem fama internacional, inclusive estou tendo essa oportunidade, porque eu sei o que eles não sabem (computação gráfica).

Esse leitor considera o texto uma manifestação do pessimismo de quem o escreveu. Por usar sempre vocativos no plural (como em "cadê a criatividade pessoal?"), sugere estar se referindo não somente à autora do texto, mas também a outras pessoas que comentaram aprovando seu conteúdo ou mesmo aos “amigos de humanas” citados no texto. O leitor dialoga com o texto, com seu autor e com os outros leitores que comentaram, oferecendo sugestões e citando a si próprio como exemplo para mostrar a efetividade delas.

John
O lance é ganhar dinheiro, todos batalham por isso, então ganhe dinheiro com uma carteira assinada ou um concurso público. Do contrário, sofrimento na certa…

O comentário deixado pelo leitor identificado como John dá a ver algo sobre sua interpretação do texto, na medida em que ele se empenhou em aconselhar a autora (“ganhe dinheiro com uma carteira assinada ou um concurso público”). Por ter ignorado traços de humor no texto, concluiu sua reflexão com uma previsão pessimista: o resultado de a autora não levar em conta sua advertência de que “todos batalham” por dinheiro é “sofrimento na certa”. Vejamos o próximo comentário.

Zeh
Alguém os obrigou a escolher tal carreira?

Como outro leitor que usou a segunda pessoa do plural para direcionar seu comentário, este, identificado como Zeh, questiona se as pessoas foram obrigadas a optar pelas carreiras que têm. Cabe refletirmos sobre as implicações da ideia de obrigação, pois ela introduz dois pressupostos: 1) a suposição de que alguém foi obrigado a escolher alguma carreira pode ser baseada na interpretação de que a pessoa está se queixando de seu ofício; ou 2) na condição de que a pessoa não tenha sido obrigada a escolher seu ofício, o questionamento implícito seria algo como “então por que está se queixando?”. Vejamos o próximo comentário.

Johnny
Cara, é muito uma coisa de saber se vender. Tem que ter pelo menos a vontade de aprender a empreender, e isso não é dom, é ciência e pode ser aprendida. A galera que busca sempre um emprego vai ter também em 2013, 2015, 2017, o mesmo salário que tinha em 2009 se não se atualizar.
Nós devemos fazer o mesmo.
Como diz um conhecido meu, construa os seus sonhos, ou alguém vai te contratar pra construir os de outrem.

O comentário deixado pelo leitor identificado como Johnny, como outros já vistos aqui, também traz conselhos para a autora do texto, como a necessidade de “saber se vender”, “se atualizar” e “construir seus sonhos”. Mais uma vez, trata-se de um leitor que leu o texto como uma queixa. Passemos para o comentário seguinte.

thaisclima
Se a sua felicidade se resume em ter dinheiro e almoço, procure um psicólogo urgentemente. (pq é assim que as coisas são, vocês fissurados em dinheiro precisam da ajuda de nós, pessoalzinho de humanas, pra ter paz, pra se encontrarem na personalidade perdida que possuem.)

A responsável do último comentário se inclui no grupo mencionado no texto, o que é indicado no trecho “nós, pessoalzinho de humanas”. O pronome possessivo usado por ela produz uma ambiguidade: ao afirmar “Se a sua felicidade se resume em ter dinheiro e almoço, procure um psicólogo urgentemente”, a leitora não deixa claro o referente do pronome “sua”. Caso sua intenção tenha sido referir-se à autora do texto, ela terá desconsiderado as pistas que indicam não se tratar de uma reclamação mal-humorada, como quando a autora diz: “Eu, finalmente, sorri e me dei conta: Gente de humanas que faz um monte de coisa que não dá dinheiro – esse é o meu clube, essa é a minha vida” (grifo nosso). Por outro lado, é possível que a leitora, por se identificar com a autora, tenha se unido a ela e deixado um comentário destinado aos outros leitores, buscando explicar a eles sua desaprovação à ideia de que a felicidade profissional está relacionada a dinheiro.

Embora a maioria desses comentários remeta à ideia, muito popular, de que o objetivo das profissões é ganhar dinheiro, ou de que o sucesso profissional só pode ser medido por meio de altos salários, o texto traz indícios de humor, que ajudam a evidenciar que não se tratava de um relato lamentoso. Mesmo tendo enumerado supostos inconvenientes ou desvantagens provenientes da área em que optou por se formar e trabalhar, a autora parece deixar claro não se arrepender e brinca com os percalços. O que pode, então, ter levado os leitores às conclusões a que chegaram?

Sem articular todas as partes do texto, alguns leitores podem ter se prendido a trechos como “Ah, você sabe como é, faz um monte de coisa que não dá dinheiro”, e ter tirado conclusões equivocadas. Mesmo no excerto “Tenho pouquíssimos amigos que construíram uma sólida e tediosa carreira de sucesso em alguma respeitável multinacional”, o leitor que ignorar o termo “tediosa” e se colar à ideia de “carreira de sucesso” e “respeitável multinacional” se

deixará levar por um caminho interpretativo equivocado. Sem dar atenção a partes imprescindíveis dos segmentos do texto, agarrar-se-á a informações imprecisas, desmentidas poucas linhas antes ou depois.

Vejamos agora outra seleção com mais três comentários agrupados por remeterem a um mesmo trecho, que retomaremos logo em seguida.

Luana
tá escroto, tá feio, tá ridículo seu texto, não concordo com vc, sei que o povo de humanas ganha pouco, mas cada um escolhe o que quer pra vida, agora vc tachar todo mundo de puta, bicha e maconheiro não dá né queridinho(a). E caia na real, pessoas de humanas nunca serão felizes por ganhar pouco, e não nos importaria de ser chato e entediante trabalhar numa multinacional ganhando 10 vezes o seu salário.

Chamamos atenção para o trecho "vc tachar **todo mundo** de puta, bicha e maconheiro" (grifo nosso), uma generalização feita pela leitora com base no trecho "termos que **nossos tiozões reaças** entendem bem" (grifo nosso), que analisaremos minuciosamente mais adiante. Quando a leitora afirma "caia na real, pessoas de humanas nunca serão felizes por ganhar pouco", duas interpretações nos parecem possíveis: 1) ela leu o texto como uma homenagem às pessoas "de humanas" e discorda que seja possível ser feliz ganhando pouco, como o texto sugere; ou 2) ela leu o texto como uma queixa e quis ratificar a impossibilidade de alguém ser feliz com baixa remuneração. Passemos para o comentário seguinte.

jocemir vieira dantas
O EX PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE É DE HUMANAS. ELE É DEFENSOR DA DICRIMINILIZAÇÃO DA MACONHA. ISSO NÃO QUER DIZER QUE ELE É MACONHEIRO. E OUTRAS PESSOAS QUE EU CONHEÇO QUE SÃO DE HUMANAS NÃO SÃO PUTAS NEM VIADOS .É UMA PENA QUE PROFISSIONAIS SE AUTO-DESVALORIZEM E SE DIZ QUE NÃO GANHAM DINHEIRO.

O leitor se vale de um exemplo concreto – o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso – na tentativa de refutar o argumento de que pessoas "de humanas" seriam "tudo puta, bicha e maconheiro". Ele se ateve sobretudo a esse trecho, mas comentou também sua impressão geral acerca do texto: a de que profissionais estão se desvalorizando ao se definir e ao expor o fato de receberem remuneração baixa.

Jegue do Pantano
Dizer "Tenho pouquíssimos amigos que construíram uma sólida e tediosa carreira de sucesso em alguma respeitável multinacional." é tão preconceituoso e descabido quanto "tudo puta, bicha e maconheiro". Há pessoas e pessoas e reduzir tudo a tão simples estereótipos simplesmente acabou com o texto. Tenho poucos amigos com a tal carreira tediosa, tenho alguns com uma excelente carreira, tenho amigos de humanas que são putas, bichas maconheiros, e também outros que ganham bastante dinheiro, mesmo sem se importar com isso.

Como os outros leitores, este, identificado como Jegue do Pantano, também se revoltou por entender que a autora estava expressando sua própria opinião ao chamar os estudantes ou profissionais da área de humanas de "tudo puta, bicha e maconheiro". Também é possível considerar que buscaram dialogar com uma ideia recorrente para negá-la, esclarecendo que nem todos podem ser incluídos no grupo descrito. Retomemos o trecho do texto:

Pós-graduandos em ciências sociais, antropologia e história. Estudantes de graduação em filosofia. Ou, para resumir com termos que nossos tiozões reaças entendem bem: "tudo puta, bicha e maconheiro" <3

Ao atribuir uma definição pejorativa ("tiozões reaças") a quem resume as "pessoas de humanas" em "tudo puta, bicha e maconheiro", subentende-se que a autora está se posicionando de modo divergente em relação a eles. Além disso, o uso das aspas[7] ajuda a esclarecer que não se trata da opinião dela, e sim da reprodução de um discurso corrente do qual ela mostra

[7] Para Jacqueline Authier-Revuz (2004), as aspas são um tipo de "heterogeneidade enunciativa mostrada", pois colocam em destaque, explicitamente, a presença do discurso outro.

divergir, o que é reforçado pelo símbolo de coração (<3) incluído ironicamente ao final do período. O conflito entre uma informação aparentemente ofensiva (a menção a alguém que se refere a um grupo de pessoas como “tudo puta, bicha e maconheiro”) e a inserção de um apoio visual afetivo (o símbolo de coração) ajuda a sinalizar ao leitor que a compreensão do trecho requer alguma inferência, já que sua interpretação acarretaria um sentido ilógico, incoerente.

Sem compreender a ironia, entretanto, os leitores responsáveis pelos comentários que acabamos de analisar concluíram que se tratava de um discurso depreciativo construído e defendido pela autora. A primeira leitora, ao afirmar “sei que o povo de humanas ganha pouco, mas cada um escolhe o que quer pra vida, agora vc tachar todo mundo de puta, bicha e maconheiro não dá né queridinho(a)”, revela ter entendido o trecho como uma afirmação real da autora. O segundo leitor alude ao ex-presidente Fernando Henrique na tentativa de desbancar a ideia supostamente apresentada pela autora: menciona que, embora o ex-presidente seja “de humanas” e favorável à descriminalização da maconha, não pode ser considerado “maconheiro”. O terceiro comentário foi escrito por um leitor incomodado pela impressão de generalização que teve do texto: ele defende que não se reduza os grupos a ideias estereotipadas, já que tem amigos “de humanas” que ganham bastante dinheiro, por exemplo, e que não se encaixam no grupo de “puta, bicha e maconheiro”. Como os outros, deixou escapar as aspas que indicavam que a autora estava reproduzindo um discurso que não era dela.

Passemos a outro trecho do texto no qual a autora parece brincar com o fato de não fazer parte de uma categoria unida ao dizer: “Se unidos fôssemos, estaríamos nos anúncios do metrô agora mesmo: ‘venha ser gente de humanas e fazer um monte de coisa que não dá dinheiro você também!’.”. O teor do comentário consiste em uma brincadeira: a autora alude aos anúncios publicitários que vendem uma experiência, a oportunidade de ocupar determinado papel de destaque mediante a obtenção de um produto ou serviço, mas o faz de modo a produzir efeito cômico. Não se trata da manifestação de um desejo real pela “união da categoria”, visto que evidentemente um anúncio convidando pessoas a se ocupar de algo que não “dá dinheiro” teria poucas chances de ser bem-sucedido. Antes de nos aprofundarmos na análise do texto, leiamos três dos comentários referentes a essa passagem:

Tulio
Então devemos unir-mos! Por que somos proletário escravizado ! Somos amantes de nossa liberdade e ainda amantes da humanidade que acabamos manipulados por um sistema injusto! Somos Artistas e Pensadores submetidos a uma ditadura, a ditadura do Capital! Exceto que resistimos em várias pequenas lutas, submetidos a essa forma fragmentada de produção, que acaba por afastar-nos politicamente.

O leitor Tulio parece entender o texto como um convite e conclui, a partir dele, que faz parte de um grupo de "proletários escravizados" que deveriam se unir. Por isso, menciona a injustiça do sistema de que fazem parte e afirma que, apesar da "ditadura do Capital", o grupo tem resistido em várias "pequenas lutas".

Vinicius
Como você já disse, somos muito desunidos. É só um ganhar mais que os outros que já enxerga esse post, por exemplo, como se fosse um ataque. Rapaz, onde fica o humor?
Um dinheirinho é sempre bem vindo, mas não sei se sermos subsidiados pelo governo ajudaria muito a nos tornar potência. Acho que só ia fraturar mais a nossa categoria.

O leitor identificado como Vinicius, embora tenha reconhecido o humor do texto, também o toma como um convite à união, o que fica claro quando confirma "somos muito desunidos" e quando pondera "não sei se sermos subsidiados pelo governo ajudaria muito".

Guilherme
Apóio, uma crônica excelente, que deixa de verdade uma perspectiva: nos unirmos, constituir uma rede solidária real. Utopia? Claro, conquistar o mundo com sonhos, ou ao menos o espaço palpável do que chamamos de mundo. Da parte que nos toca. Abraço solidário e força.

O autor desse comentário, embora considere ser utopia aquilo que interpretou como o objetivo do texto, diz apoiar a verdade (supostamente) deixada por ele: "nos unirmos, constituir uma rede solidária real". Antes de averiguar essas impressões, é válido reler o trecho do texto a que se referem.

Escrevemos, traduzimos, cantamos e sapateamos. Nosso talentos são múltiplos. Nossa versatilidade é incomparável. Nossa paciência é infinita. Nosso único defeito: não somos uma categoria unida . Se unidos fôssemos, estaríamos nos anúncios do metrô agora mesmo: "venha ser gente de humanas e fazer um monte de coisa que não dá dinheiro você também!" Mas não.

Conforme mencionamos anteriormente, esse trecho recorre ao humor como recurso de construção de sentido, o que pode ser visto também no fragmento “cantamos e sapateamos” – entre os trabalhos mencionados previamente, a maioria se refere a funções que envolvem etapas criativas e intelectuais, indício de que cantar e sapatear estão sendo usados de maneira figurativa para indicar que essas pessoas realizam funções variadas. Outro trecho que não pode ser lido como se os sentidos estivessem evidentes é “nossa paciência é infinita”, pois é sabido que não se trata da realidade. Como nenhuma dessas afirmações é real, elas funcionam como pista para que o leitor desconfie que pode haver algum tipo de deslocamento de sentidos – como humor e ironia. A autora, ao dizer que o “único defeito” é que as pessoas “de humanas” não são uma categoria unida, a menos que pretendesse expor sua arrogância em crer ter um único defeito, mostra, na verdade, a tentativa de produzir um trecho chistoso, divertido.

Aos leitores que deixaram escapar alguns dos efeitos de sentido do texto, foi frequente a reação de se enxergar nele de modo ofensivo, por meio do que seria uma representação pejorativa. Pode ser esse o motivo por que certos leitores escreveram comentários em que se ofereciam como exemplos de profissionais bem-sucedidos, ou em que faziam recomendações de como superar a situação descrita. Vejamos.

> Mas o que é esse “não dá dinheiro”? Eu sou de Humanas, autônoma e atuando em várias frentes. Moro sozinha e pago minhas contas em dia. Não fumo um baseado, mas sobra uma grana para a cerveja, para alguns shows e algumas viagens. Tenho uma vida bem confortável dentro daquilo que busco. Sou rica? Não. Serei rica algum dia? Só se eu ganhar na loteria. Só que eu não acho que o sucesso se mede pelas cifras da minha conta bancária e sim pela qualidade de vida que tenho. Estou super satisfeita com o que conquistei fazendo “um monte de coisa que não dá dinheiro”. Para aqueles que acham que somos todos “putas, bichas e maconheiros”, “vagabundos e preguiçosos”, talvez apenas tenhamos uma visão diferente do “ser bem sucedido”.

Esse comentário foi deixado por uma leitora que, inicialmente, parece discordar do texto, uma vez que questiona o significado da expressão “não dá dinheiro” e dá exemplos de como consegue custear suas próprias despesas mesmo “sendo de humanas”.

Carla
A sua frustração e incapacidade de ganhar dinheiro não refletem uma realidade. To ganhando muito dinheiro sim, desde os 20 anos, sendo assessora de imprensa. Acho q vc é bem ruim no q faz mesmo. Muda de profissão, vai fazer o MBA que vc tanto critica, cria vergonha nessa cara….

Já a leitora Carla sugere sua interpretação do texto ao afirmar que a autora expôs sua "frustração" e "incapacidade de ganhar dinheiro". A fim de invalidar os argumentos que identificou no texto, toma a si própria como exemplo: "To ganhando muito dinheiro sim", um indício de que se sentiu atingida pelas alusões feitas.

Patrick Wiens
Isso não é um problema apenas de humanas, na verdade é de todo profissional que decide seguir carreira liberal. Sou engenheiro e passo o mesmo perrengue. O capitalismo do Brasil é uma comédia, nesse país só ganha dinheiro quem trabalha em multi ou é funcionário público.

Esse comentário foi deixado por mais um leitor que interpretou o texto de maneira fragmentada, ignorando os vestígios de humor e passando a comentar, exclusivamente por um viés de crítica política ("o capitalismo no Brasil é uma comédia"), aspectos que a autora havia abordado sob outro ponto de vista.

Por fim, vejamos os últimos dois comentários selecionados.

BADARÓ
Pessoas de humanas é que são o legado do mundo , pois ninguém se lembra do engenheiro, do médico, do químico … Mas as canções, as pinturas, fotografias, filmes … São feitos por pessoas de humanas q vivem sem dinheiro e essas coisas sim são lembradas e são guardadas pois são o legado da humanidade.

O autor desse comentário não se refere a nenhum trecho específico do texto, mas retoma a expressão "pessoas de humanas" para fazer um elogio, ao dizer que, embora vivam sem dinheiro, essas pessoas "são lembradas e são guardadas pois são o legado da humanidade". Novamente, a ideia de obstáculo epistemológico (BACHELARD, 1996) parece se aplicar aqui, uma vez que a opinião prévia do leitor parece ter limitado sua reflexão acerca do conteúdo do texto. Vejamos o próximo exemplo.

Felipe
Vamos ser honestos: a verdade é que a nossa qualificação técnica deixa a desejar. Não menosprezando um trabalho "de humanas" bem feito, mas é duro você comparar o conhecimento técnico de quem faz o "trabalho de verdade" com o nosso. A impressão que dá é que um engenheiro/técnico de TI/arquiteto minimamente interessado conseguiria suprir o trabalho de humanas com uma especialização curta.
Quem tem proximidade com um curso de exatas/biológicas começa a achar menos injusto o abismo de remuneração que separa esse pessoal para o da nossa área. É muito subjetivismo e muita cientificação de obviedade.

Nesse caso, não se pode afirmar ao certo se houve ou não uma leitura crítica e exploratória do texto, mas é possível observar que as associações feitas pelos leitores os levou a comentar aspectos não abordados nele, sugerindo que a relevância de seu próprio ponto de vista seja tamanha a ponto de apresentar primazia sobre qualquer elemento textual.

Como se observa, a maioria das inferências feitas parece sobrepor as ideias do leitor àquilo que foi escrito pelo autor. Aparentemente, os leitores fundaram-se na própria visão e não na decomposição do significado dos elementos lexicais, do contexto e de possíveis intenções do autor. Então, ofendidos ao se deparar com uma visão que não contempla seu próprio ponto de vista ou que parece representá-los de modo que não os agrada, parecem ler superficialmente e se apressar em se demarcar como não pertencentes ao grupo supostamente denegrido.

Observamos, portanto, que se o leitor não separar sua própria imagem do texto, dificilmente conseguirá manter a distância necessária para evitar uma leitura enviesada.

3.6 LEITURAS NÃO CONVENCIONAIS DE TEXTOS ARGUMENTATIVOS

No texto que será analisado a seguir, a professora universitária Rosana Pinheiro-Machado parte de uma cena que viveu ao observar alunos de duas escolas, uma privada e uma pública, situadas uma ao lado da outra, para conduzir uma reflexão acerca da segregação social que caracteriza nossa sociedade. Ao todo, foram selecionados 11 comentários deixados por leitores, os quais servirão como base para compreendermos as leituras feitas a partir do texto. Vejamos.

Marginalzinho: a socialização de uma elite vazia e covarde

Parada em um sinal de trânsito, uma cena capturou minha atenção e me fez pensar como, ao longo da vida, a segregação da sociedade brasileira nos bestializa

por Rosana Pinheiro-Machado — publicado 27/01/2015

Era a largada de duas escolas que estavam situadas uma do lado da outra, separadas por um muro altíssimo de uma delas. Da escola pública saíam crianças correndo, brincando e falando alto. A maioria estava desacompanhada e dirigia-se ao ponto de ônibus da grande avenida, que terminaria nas periferias. Era uma massa escura, especialmente quando contrastada com a massa mais clara que saía da escola particular do lado: crianças brancas, de mãos dadas com os pais, babás ou seguranças, caminhando duramente em direção à fila de caminhonetes. Lado a lado, os dois grupos não se misturavam. Cada um sabia exatamente seu lugar. Desde muito pequenas, aquelas crianças tinham literalmente incorporado a segregação à brasileira, que se caracteriza pela mistura única entre o sistema de apartheid racial e o de castas de classes. Os corpos domesticados revelavam o triste processo de socialização ao desprezo, que tende a só piorar na vida adulta.

Mas eis que, de repente, um menino negro, magro e sorridente, ousou subverter as regras tácitas. Brincando de correr em ziguezague, ele "invadiu" a área branca e se esbarrou num menino que, imediatamente, se agarrou desesperadamente no braço da mulher que lhe buscara. Foi um reflexo automático do medo. O menino "invasor" fez um gesto de desculpas – algo como "foi mal" -, e voltou a correr entre os seus, enquanto que a outra criança seguia petrificada.

No olhar do menino "invadido", havia um misto de medo, de raiva, mas principalmente, de nojo – como que se a outra criança tivesse uma doença altamente contagiosa. Não é difícil imaginar o impacto de esse olhar no inconsciente do menino negro e pobre. Este aprendia, desde muito cedo, que era um intocável, que vivia em uma sociedade na qual seu corpo, na esfera pública, valia menos que o de um menino da mesma idade, que ainda não tinha nenhum mérito conquistado, apenas privilégios herdados. As consequências desse gesto minúsculo serão trágicas para o menino "invadido", pois é vítima da ignorância social. Mas será muito mais trágica para quem é negro e desprovido de capital econômico, social e cultural. Para que essa que criança não se corrompa no futuro, ela precisa ser salva do olhar de nojo.

É possível que, por meio de leitura e mistura, o menino amedrontado se engrandeça politicamente no futuro, se liberte do muro que lhe protege e dispense o braço da babá. Mas, infelizmente, há uma tendência grande de que ele, cercado por medo e preconceito, passe o resto de sua existência se protegendo do "marginalzinho". Pivetes, favelados, fedorentos: isso é tudo que o ele ouve sobre seus vizinhos. Trata-se de uma verdade histórica a priori, para além da qual não se consegue pensar. Essas categorias compõem o discurso forjado sobre a pobreza, que, em última instância, visa à intervenção e à manutenção do poder. Reproduzindo este discurso, então, o menino tornar-se-á um adulto. Ele blindará seu carro, colocará alarme em sua casa, pedirá a morte de traficantes. Dirá que rolezinho é arrastão, pedirá mais polícia e curtirá a vida em camarotes. Pode ser até que ele peça a volta da ditadura. Achando que é um cidadão de bem que age contra a marginalidade do mal, forma-se um perfeito idiota.

Ah, mas os pobres da África a gente gosta

Em 2012, enquanto eu estava em Harvard, recebi a visita de uma orientanda do Brasil. Ela tirava fotos e se exibia no Facebook: "#Orgulho", "Minha orientadora é pós-doutora por

Harvard, e a sua?”. Em uma pausa, ela me perguntou em que escola eu havia estudado para ter chegado a uma universidade da elite internacional. Ela buscava identificação. Eu era um exemplo de uma mulher jovem, branca e “bem sucedida”, exatamente como ela se projetava nos próximos dez anos. Eu, sabendo que ela havia estudado do lado de dentro do muro, respondi que passei a parte mais rica da minha vida, dos 2 aos 17 anos de idade, do outro lado do muro. Ela não postou, mas bem que pensou: #MinhaOrientadoraÉMarginalzinha...".

A reação dela era de decepção, vergonha e certa pena de mim. Ela ficou vermelha, desconcertada, sem chão. Engasgou-se e começou a tossir para disfarçar a cor de suas bochechas. Isso tudo porque ela sabia muito bem que tinha passado aproximadamente quinze anos de sua vida chamando pessoas como eu de “tigrada”. Ela se socializou negando a alteridade e, portanto, nunca imaginou que a relação de poder entre os atores dos diferentes lados do mundo se inverteria. Tudo que ela havia aprendido sobre aquele Outro era simplesmente de que se tratava de uma não-persona. O motivo pelo qual o seus vizinhos tinham menos do que ela não cabiam em sua imaginação. Fazendo parte da meritocracia sem mérito, ela simplesmente merecia ter o que tinha.

Ela, então, tinha que desvendar um enigma: como uma pessoa que tinha vindo de um lugar tão ruim podia estar em uma Universidade tão boa? A única maneira de ela se reconciliar com seus próprios preconceitos era me classificar como um daqueles casos excepcionais de superação que aparecem Globo Repórter. Eu respondi que não, que o destino de quem sai de lá tem sido muito variado. Há quem entra para o crime e morre antes dos 18 anos, mas a maioria tem histórias de lutas, perdas, mas, sobretudo, conquistas. Uma pena que ela nunca quis saber dessas histórias e deixou de crescer por meio da alteridade.

Ironicamente, essa aluna estava voltando de um programa voluntário para ajudar uma comunidade miserável de Ruanda. Havia poesia – e alívio cristão – em (arrogantemente) querer salvar a África. Por algum motivo, os pobres e negros do lado de lá do oceano (que não assaltariam a sua caminhonete já adquirida aos 21 anos) eram mais dignos de sua profunda bondade do que os pobres e negros que ela havia ignorado por toda a sua existência.

Eu sempre me pergunto as razões pelas quais esse perfil de elite se comove com a pobreza romantizada, mas nega a solidariedade ao pobre da mesma cidade. Nessas horas, me vem à cabeça o dia em que meus colegas de escola estavam participando de um campeonato de futsal, mas não tinham quadra para treinar. Marcamos uma reunião com a diretora da escola do lado no intuito de solicitar, em nome de nossa vizinhança, o uso da quadra durante a noite, que ficava inativa. Em um ato de profunda humilhação, fomos “escoltados” até o escritório e recepcionados com as piadas das outras crianças (que não teriam tido coragem de debochar fora da fortificação). Depois de muita resistência, a diretora liberou o uso do ginásio, o que foi vetado uma semana depois em função de uma bola que tinha desaparecido. Apesar de eu ter convicção de que não houve roubo, eu nunca vou poder afirmar isso com 100% de certeza. O que eu posso afirmar para o resto da minha vida é que, desde então, eu sou contra a pena de morte – e de toda a concepção de que bandido bom é bandido morto – justamente porque muitos inocentes terão suas vidas abortadas por causa do preconceito. Quinze jovens tiveram seu sonho de competir interrompido por causa de uma falsa verdade: a de que nós só poderíamos ser ladrões. Consequentemente, “não adianta mesmo querer ser generoso e dar oportunidade para marginal”.

Entender que o pobre do lado tem o mesmo valor do pobre da África é uma tarefa para uma vida toda, pois envolve uma postura política de grandeza reflexiva intelectual e o reconhecimento de nossa responsabilidade sobre o Outro. Reclama-se da ineficiência do Estado brasileiro, mas toda a violência estrutural gerada por este Estado é reproduzida por sujeitos covardes e apáticos que negam, estigmatizam e inviabilizam o Outro.

Faz vinte anos que eu deixei a escola. Em minha última visita, em 2014, as instalações estavam muito mais deterioradas. As goteiras continuam lá. Sem professores em sala de aula,

os alunos não podem ir para área de esportes porque o lugar está interditado há seis anos por risco de o teto desabar. Mas o muro da escola do lado continua a crescer.

Desde pequena eu aprendi que a violência é holista. As elites não são vítimas da violência urbana. A agressão sofrida é a mesma que se pratica. O olhar de nojo é também assassino. E os muros ferem mais do que protegem. Será que as pessoas imaginam o quanto podem crescer derrubando muros?

A autora do texto conduz suas reflexões baseando-se em duas cenas distintas: a primeira, ocorrida com o choque de duas crianças da mesma idade, uma negra, estudante de uma escola pública, e uma branca, aluno de uma escola privada. Na cena descrita, menciona que os alunos da escola pública compunham "uma massa escura, especialmente quando contrastada com a massa mais clara que saía da escola particular do lado"; nessa escola privada, afirma que se via um grupo de "crianças brancas, de mãos dadas com os pais, babás ou seguranças, caminhando duramente em direção à fila de caminhonetes". O segundo fato narrado por ela consiste em um episódio vivido com uma orientanda: ao comentar o aparente desprezo da menina pela população que não faz parte da elite brasileira e o fato de ela ter voltado recentemente de um trabalho voluntário feito em uma comunidade carente de Ruanda, propõe uma reflexão acerca dos motivos por que determinados membros da elite se comovem com uma pobreza "romantizada", mas se negam a ser solidários com a população pobre com quem dividem a mesma cidade.

Os primeiros comentários selecionados, representativos de 18% do total de comentários, são de dois leitores que acusam o texto de veicular ideias preconceituosas. Vejamos.

A verdade
Desculpe mas ao meu ver seu texto é bem racista, assim como o MUNDO é racista, hoje não existe mais o morador da favela preto, hoje em dia é loiro, branco, indio preto, todos tentando sobreviver na vila, se desviando de balas, acordando cedo para ganhar seus 700 reais mês. O mundo sempre foi racista, pq então usam essas expressões: cambio NEGRO, a coisa ta PRETA, mercado NEGRO, o lado ruim é sempre o lado NEGRO, se acostumamos desde pequeno com isso, o mundo perfeito seria se não existisse cotas, se os bilionários, trilionário , repartissem um pouco com os mais necessitados, mas infelizmente isso é uma utopia!!!!!

O autor desse comentário afirma "ao meu ver seu texto é bem racista", mas não explica os motivos para ter chegado a essa conclusão. Em vez disso, em um movimento de extrapolação do que foi abordado no texto, menciona que os moradores de favela não são somente negros, em uma aparente tentativa de sugerir que a pobreza "se popularizou" e que, portanto, fazer uma afirmação que contemple somente negros (como a autora destacou ao descrever as crianças da

escola pública) seria um equívoco (ou um preconceito, como afirmou). Em um momento seguinte, a extrapolação se expande quando ele passa a questionar o suposto racismo presente em expressões como “câmbio negro”, “a coisa tá preta” e “mercado negro”, por exemplo, fugindo à discussão proposta pela autora. Sigamos para o próximo comentário.

Joaquim Castro
Poucas vezes li um texto tão preconceituoso. wow! to pasmo! ainda mais preconceituoso do que os 0,01% dos Brasileirinhos que são buscados por seguranças nos colégios de muros altos. Nem o gesto de humanidade praticado na Africa foi reconhecido...rsrs

O comentário do leitor Joaquim, iniciado pela constatação “Poucas vezes li um texto tão preconceituoso”, também não traz elementos que justifiquem a alegação. Aparentemente, o fato de a autora ter contraposto “crianças negras” e “crianças brancas” foi, automaticamente, tomado como racismo. Não se percebeu que se tratava de uma descrição da realidade, dado que é sabido que nas escolas particulares a quantidade de alunos negros é, de fato, inferior à de alunos brancos.

Como pudemos ver, alguns dos comentários têm como característica dirigir-se ao autor do texto, em um notável movimento interlocutivo, uma vez que, em vez de “escrever sobre algo”, os autores-leitores escrevem “para alguém”. Embora a leitura seja um processo de interlocução entre leitor e autor, mediado pelo texto, como formula Geraldi (2000, p. 88), é digno de nota que os leitores não estejam buscando construir significados para se posicionar propriamente acerca do texto, e sim buscando estabelecer diálogos com seu autor ainda que não tenham adentrado aquilo que leram. Nesses casos, a escrita aparece como elemento de uma interlocução à distância. Retomemos excertos do texto para compreender o que pode ter induzido as leituras feitas.

Lado a lado, os dois grupos não se **misturavam**. Cada um **sabia** exatamente seu lugar. Desde muito pequenas, aquelas crianças **tinham** literalmente **incorporado** a segregação à brasileira, que se caracteriza pela mistura única entre o sistema de apartheid racial e o de castas de classes. Os corpos domesticados **revelavam** o triste processo de socialização ao desprezo, que **tende** a só piorar na vida adulta. Mas **eis que, de repente**, um menino negro, magro e sorridente, **ousou subverter** as regras tácitas.

(grifos nossos)

Quando a autora afirma que cada grupo de crianças sabia exatamente seu lugar, o que reforça ao mencionar a existência de "regras tácitas", não o faz como exposição de seu ponto de vista, mas como descrição do que julga ser a realidade. Não defende que as crianças se separem com base em fatores financeiros e raciais; pelo contrário, lamenta-se por esse quadro que descreve como "o triste processo de socialização ao desprezo".

Nesse trecho, o aspecto temporal precisa ser levado em conta: uma descrição feita com verbos no passado sugere que a autora narra uma cena que aconteceu em um momento anterior ao texto. No trecho "mas eis que, de repente", a temporalidade se quebra, um aspecto linguístico que costuma ser mal compreendido e pode se colocar como obstáculo no processo de leitura. Observemos outro trecho.

No olhar do menino "invadido", **havia** um misto de medo, de raiva, mas principalmente, de nojo – **como se** a outra criança tivesse uma doença altamente contagiosa. Não é difícil **imaginar** o impacto de esse olhar no inconsciente do menino negro e pobre. **Este** aprendia, desde muito cedo, que era um intocável, que vivia em uma sociedade na qual seu corpo, na esfera pública, valia menos que o de um menino da mesma idade, **que** ainda não tinha nenhum mérito conquistado, apenas privilégios herdados.

(grifos nossos)

Nesse trecho, a autora prossegue com a descrição da cena a que assistiu e faz suposições acerca da história e dos sentimentos dos meninos observados. Destacamos alguns termos e expressões que podem ter dado margem às não convencionalidades da leitura. O "havia", conjugado no pretérito imperfeito, auxilia a descrição do fato presenciado, mas pode ter gerado dúvidas, pelo desconhecimento dos efeitos de sentido dos tempos verbais. A locução "como se", que indica uma possibilidade, hipótese ou condição, se entendida de outro modo, pode sugerir que a autora estivesse fazendo uma afirmação absoluta, em vez de conjeturas. Quando diz que "não é difícil **imaginar**" o impacto do olhar do menino, esclarece estar ciente da

impossibilidade de afirmar categoricamente como aquelas pessoas se sentiam, embora esteja buscando suposições acerca da cena. Por fim, tanto o "**este** aprendia" quanto o "**que** ainda não tinha nenhum mérito" requerem do leitor que seja capaz de recuperar o elemento a que se referem essas duas palavras em destaque, ou a compreensão das afirmações pode ser comprometida.

Outras fontes de mal-entendido podem ter sido os trechos em que a autora faz suposições a respeito das crianças envolvidas no ocorrido, como "Este aprendia, desde muito cedo, que era um intocável" e "vivia em uma sociedade na qual seu corpo, na esfera pública, valia menos que o de um menino da mesma idade". Novamente, as afirmações feitas pela autora demandavam certo nível de inferência para se notar que tratam da reprodução de uma visão cruel pela qual o menino também é acometido; não se trata, seguramente, de uma opinião que a autora estivesse defendendo. Visto que a autora não parece estar denegrindo nenhum dos dois grupos de meninos, mas apenas retratando a situação em que se encontram, o conjunto de asserções reunidas no texto nos parece coerente. Vejamos, então, outro grupo de comentários deixados pelos leitores.

Fabricio Gayer
Texto ridículo, quer criar um sentimento de culpa em quem tem condições de pagar por uma escola melhor. Ninguém quer pagar pela educação, isto já está embutido nos impostos, mas o governo não reverte em escolas decentes para a população. A maioria andaria de metrô, se isto existisse de maneira satisfatória. Quer acabar com a "segregação" no grito? Não vai conseguir. Quando for criado um ambiente decente e igual para todos, como escolas de qualidade, naturalmente a divisão acaba, ou ao menos diminui consideravelmente. Mas isso os esquerdopatas não querem. Afinal, sem cultivar a pobreza como praticar o populismo que os elege?

O leitor Fabricio atribui uma intenção a quem escreveu o texto: "criar um sentimento de culpa em quem tem condições de pagar por uma escola melhor". Referindo-se a quem concorda com o que ele supõe ser o conteúdo do texto como "esquerdopatas", sugere que essas pessoas têm interesse em se eleger (uma vez que coloca, em segunda pessoa, uma pergunta que pressupõe que a autora do texto e seus apoiadores estão cultivando a pobreza para serem eleitos). Notemos que a menção ao posicionamento político da autora parece dialogar com uma informação prévia do leitor, uma vez que não é algo encontrado no texto. Ele identifica no texto o desejo de "acabar com a 'segregação'" e sugere que a autora o faz "no grito". Passemos para o próximo comentário.

Stuntplick Sq
Mais um texto de ódio com o objetivo de segregar a sociedade, a esquerda é boa nisso.

Como no comentário que acabamos de analisar, este também faz menção a uma informação que parece externa ao texto, uma vez que a autora não discute explicitamente seu posicionamento político nele. Além disso, o leitor caracterizou o que leu como “texto de ódio” e, apesar de a análise feita no texto ter se baseado na narração de um fato ocorrido, deduz que o intuito do escrito é “segregar a sociedade”. Vejamos o comentário seguinte.

Clara Neves
Qual discussão?Um texto prolixo e piegas carregado de estímulo para uma guerra de classes.A tua escola com goteiras porque ainda ainda não foi consertada?Dinheiro nunca faltou,os impostos são altíssimos.O que aconteceria se essa escola fosse igual a dos "brancos"?Brancos e negros estariam juntos disputando uma vaga na vida.Racismo?Claro que existe.Começa pelo governo, racista por conveniência eleitoreira.
Poupe-me.

A leitora Clara acusa o texto de estimular “uma guerra de classes” e o caracteriza como “prolixo e piegas”. Ao buscar rebater os argumentos da autora, recorre a conhecimentos prévios (como “os impostos são altíssimos”) e propõe uma situação hipotética (“O que aconteceria se essa escola fosse igual a dos ‘brancos’?”), à qual responde afirmando que “Brancos e negros estariam juntos disputando uma vaga na vida”. Conclui seu comentário com “Poupe-me”, evidenciando discordar das ideias que identificou no texto.

Admir Nogueira
A esquerda como sempre em seu exercício de monopolizar as virtudes. A autora acha que todos que pensam diferente a ela são preconceituosos, elitistas e odeiam os pobres. Esta visão que revela preconceito, associando uma classe social a determinado rótulo, em uma tentativa desesperada de simplificar o mundo para que ele caiba em sua apertada visão ideológica.

O comentário deixado pelo leitor Admir também faz referência a um suposto posicionamento político da autora do texto. Esses quatro comentários que acabamos de analisar, representativos de 36% dos comentários desta amostragem, fazem referência ao posicionamento político da autora. Embora não seja possível sabermos se se trata de um conhecimento prévio acerca da autora do texto ou de uma dedução feita com base na leitura, as afirmações de que o suposto racismo presente no texto é relacionado a esse fator, como se pode ver nestes trechos: “isso [um ambiente igual para todos] os esquerdopatas não querem”, “a

esquerda é boa nisso [segregar a sociedade]" e "A esquerda como sempre em seu exercício de monopolizar as virtudes".

Esses comentários parecem incidir sobre o que o autor pensa ser a posição de quem escreveu. É possível considerar que, nesse caso, ideias preconcebidas afetaram a leitura de modo que os leitores foram induzidos a atribuir sentidos que não poderiam ser inferidos a partir do texto.

Também é interessante observar o modo como os leitores se referiram ao artigo: "Texto ridículo", "Mais um texto de ódio" e "Um texto prolixo e piegas". Essas construções parecem sugerir que o objetivo da leitura não era propriamente conhecer o conteúdo do texto, e sim depreciá-lo. A esse respeito, nos parece proveitoso recorrer às formulações de Geraldi (1997, p. 171-174), que define quatro tipos diferentes de objetivos de leitura. O primeiro consistiria na "leitura-busca-de-informações", feita por quem se dirige ao texto em busca de respostas para perguntas que já tem. Para o autor, fazemos esse tipo de leitura "quando queremos aumentar nossa adesão e a de outros a teses que defendemos ou quando suspeitamos de teses que outros defendem ou que nós mesmos defendemos" (p. 171). O segundo tipo seria a "leitura-estudo-do-texto", que consiste na tentativa de escutar um texto sem fazer buscas direcionadas, ou seja, ler disposto a retirar do texto aquilo que seja possível. "Esforço maior, esta leitura confronta palavras: a do autor com a do leitor. Como a palavra do autor, sozinha, não produz sentido, minha escuta exige-me uma atitude produtiva. [...] Aqui, o *querer saber mais* é imprescindível" (p. 172). O terceiro tipo consiste na "leitura-pretexto", que pode ser feita na tentativa de usar o texto para outras obras ou outros textos. Neste ponto, o autor esclarece que a leitura-pretexto não é negativa (e pergunta: "haverá alguma leitura sem pretexto?"), a não ser aquelas que se ilegitimam, como uma leitura voltada à discussão da sintaxe do texto, geralmente apresentada como "verdades a que só cabe aderir" (p. 174). Por fim, ele elenca a "leitura-fruição", quando o leitor "despojado, mas carregado de história" lê. Embora esses tipos de relações não esgotem as possibilidades, como afirma o autor, exemplificam alguns movimentos de "entrada" num texto.

Vejamos um novo agrupamento de comentários relacionados ao artigo argumentativo. O comentário a seguir chamou nossa atenção por reproduzir o movimento de enxergar no texto uma ideologia que não foi mencionada explicitamente e conduzir a leitura com base nela. Vejamos.

Marcus Rock
Não há qualquer diferença entre o apartheid descrito no texto e o apartheid proposto pelo feminismo, exceto é claro pelos agentes opressores (aqui, ricos da elite/branca; no feminismo, mulheres) e o agente oprimido (aqui, pobres; no feminismo, homens). No feminismo, o corpo da mulher vale e o Estado só gasta com ele (saúde da mulher, delegacia da mulher, educação da mulher, privilégios ilimitados pra mulher). Tudo igual. Feminismo é apartheid livremente pregado e laureado nessa revista.

Embora não haja, no texto, nenhuma menção ao feminismo ou a ideias feministas, o leitor enxergou um paralelo entre as afirmações sobre racismo e aquilo que concebe como feminismo, tornando esse assunto o cerne de seu comentário. É digno de nota o fato de que a leitura parece ter funcionado somente como pretexto para remetê-lo a outro assunto e que, apesar de não se mostrar incitado a discutir o tema do texto, tenha se envolvido na tarefa de elaborar uma nota com seu ponto de vista. Passemos para o próximo comentário.

Júnior Ferreira
Deixa ver se eu entendi: a articulista, ao observar uma simples cena cotidiana, conseguiu radiografar o caráter, os pensamentos, os sentimentos e as consequências futuras tanto para o menino branco como para o menino negro? É sério isso?
E se os pais do menino negro tivessem condições financeiras, será que o menino negro estaria do outro lado do muro, no colégio particular? Afinal de contas, todos querem educação de qualidade para os filhos. E se os pais do menino branco tivessem certeza da excelência do ensino oferecido pelo governo, será que o menino branco estaria do outro lado do muro, no colégio público? Afinal de contas, as mensalidades são caras e uma economia desse gasto é benéfica para qualquer um.

Nesse comentário, o leitor Júnior usa um tom irônico para sugerir que a autora tirou conclusões precipitadas, o que faz ao contrapor aquilo que chama de “uma simples cena cotidiana” e afirmar que a articulista pensa que “conseguiu radiografar o caráter, os pensamentos, os sentimentos e as consequências futuras tanto para o menino branco como para o menino negro”. Com base nessa afirmação, podemos dizer que o leitor desconsiderou o excerto “Não é difícil <u>imaginar</u> o impacto de esse olhar no inconsciente do menino negro e pobre”, no qual a autora deixa claro estar fazendo suposições.

Pateta
O mesmo muro que dividem ricos e pobres é o mesmo que separa a visão da autora, ao colocar em um balaio ideológico que ricos são pessoas que menosprezam pobres, que os tratam como marginais e que são errados, que os mesmos estereótipos que rotulamos a pobreza são errados, o mesmo vale para aqueles que rotulamos sobre a nossa dita elite.
Ao invés de pensar em como romper com esta situação, se preocupa em debater os "rótulos" que existem em nossa sociedade.
"Meus parabéns"

O leitor identificado como Pateta critica a visão da autora e afirma que ela se vale de estereótipos errados. Ao final, afirma que debater “rótulos” – o que supostamente a autora fez – é algo oposto a romper com a situação criticada no texto – que, segundo o leitor, é o que a autora deveria ter feito. Por fim, usa as aspas como um tipo de “heterogeneidade enunciativa mostrada” (AUTHIER-REVUZ, 2004) para explicitar a ironia presente em “Meus parabéns”.

Stay Puft
estudei num colegio particular que era perto de um publico.
sim, eramos totalmente diferentes, eles era mais barulhentos, folgados, impulsivos, mal educados...
iriamos nos misturar pra que?? é muita demagogia...

O leitor identificado como Stay Puft vale-se de um exemplo para contrapor a argumentação do artigo, mencionando sua própria experiência como forma de buscar invalidar a análise feita pela autora da situação que presenciou. Para concluir o raciocínio exposto, o leitor afirma que não haveria motivo para [alunos das escolas pública e particular] se misturarem e nomeia essa ideia de “demagogia”. Passemos para o próximo comentário.

Gustavo
Privatiza essa escola logo. Ela ficará bem melhor e prestando serviços melhores aos necessitados. No mais, sobrou aquela visão estigmatizada de pessoas más e arrogantes de um lado, e pessoas puras, naturalistas e inocentes do outro.

Nesse bloco de comentários, os leitores parecem colocar em xeque os argumentos desenvolvidos pela autora: o primeiro sugere, com ironia, que a articulista “conseguiu radiografar o caráter, os pensamentos, os sentimentos e as consequências futuras tanto para o menino branco como para o menino negro”; o segundo afirma que ela “se preocupa em debater

os ‘rótulos’ que existem em nossa sociedade”, o que, segundo ele, se contrapõe a “pensar em como romper com essa situação”; o terceiro afirma que o texto “é muita demagogia”, na medida em que considera que a separação entre os alunos de colégios públicos e particulares é desejável; e, por fim, o último sustenta que a autora expôs uma “visão estigmatizada”.

Observando-se a totalidade desses comentários, é possível notar que o desconforto causado pelas diferentes visões a respeito dos fatos descritos e analisados pela autora do texto parece ter gerado uma barreira para a compreensão de seu conteúdo. Aparentemente, os leitores não puseram em discussão as afirmações que são feitas no texto, mas sim sua legitimidade e a legitimidade da autora. A maior parte desses comentários evidencia leituras não convencionais na medida em que o reconhecimento de uma posição ideológica distinta serviu como bloqueio para que se adentrasse o texto de fato.

Retomando o que propôs Geraldi (1997), parece-nos que nenhum desses leitores teve como objetivo a “leitura-busca-de-informações”, pois esta seria feita por quem se dirige ao texto em busca de respostas para perguntas que já tem, quando, o que vimos, são leitores que parecem se dirigir ao texto com respostas prontas, que somente serão articuladas a trechos do texto na busca por negá-lo. Concluímos, portanto, que, nesse caso, foram os aspectos extratextuais os principais responsáveis por levar os leitores a lerem o texto de modo a estabelecer relações interlocutivas com seu autor, sem se implicarem propriamente na tarefa de construir sentidos sobre o escrito. Se esta é uma tendência das leituras em mídias eletrônicas, como estamos supondo, caberá a todos nós, profissionais da educação, refletirmos cada vez mais a respeito de maneiras de não permitir que o ímpeto pelo estabelecimento de interlocução seja um obstáculo à leitura efetiva dos textos.

4 Considerações Finais

Começamos nossa conclusão refletindo a respeito das “leituras não convencionais” que tomamos como nosso objeto de pesquisa. Ao longo da análise de nossos dados, observamos que não são raros os leitores que constroem leituras não autorizadas com base nos textos lidos. O *corpus* nos deu a ver que, para muitos leitores, o objetivo de ler passa por impor uma opinião prévia ou dialogar com o autor somente para explicitar uma discordância. A nós pareceu que raramente o objetivo era ler para refletir, ler para ser crítico, ler para conhecer alguma ideia nova, ler para compreender ou ler para ponderar, por exemplo. Se o objetivo que cada pessoa faz de sua leitura é, entre outros componentes, determinante para os sentidos que conseguirá construir, a falta de comprometimento com o ato de ler impactará, inevitavelmente, sobre seu resultado.

Retomemos, aqui, o percurso de trabalho empreendido nesta dissertação. Buscamos reunir exemplos de leituras não convencionais e reconstruir o caminho que pode ter levado os leitores a ler como leram. Para sustentar nossas análises, procuramos reconhecer tanto elementos linguísticos e textuais quanto elementos extratextuais que pudessem ter interferido nas não convencionalidades encontradas.

Nosso principal objetivo era discutir as ocorrências de leitura não convencional verificadas em leituras realizadas em ambiente extraescolar, pois nos parecia relevante observar como leem as pessoas que o fazem de maneira espontânea, com liberdade para escolher *o que* e *quando* ler. Embora crêssemos, inicialmente, que a leitura espontânea pudesse gerar maior engajamento do leitor com o texto, nossa análise deu a ver uma realidade bastante distinta. Surpreendentemente, grande parte dessas leituras pareceram ser feitas de modo que o texto fosse quase ignorado nas conclusões construídas pelos leitores. Em outros casos, os leitores mobilizaram somente pequenos excertos, deixando escapar pistas textuais fundamentais para o processo de construção dos sentidos.

Por meio da análise dos textos, encontramos uma série de elementos linguísticos e outros extratextuais que pareceram responsáveis por algumas ocorrências de leituras não convencionais. Os principais tipos de deslizes baseados em *fatores linguísticos e textuais* encontrados foram:

1) Nomear algo com item lexical que tem uma carga argumentativa diferente daquela presente no texto retomado. É o caso da substituição de “morte” por “suicídio” pelos jornalistas que comentam a carta dos índios Guarani-Kaiowá.

2) Descrever uma ação mencionada em determinado texto por meio da escolha de um verbo que a caracteriza de modo diverso do encontrado no contexto original. É o caso do uso de “ameaçar” pelos jornalistas que comentam a carta dos índios Guarani-Kaiowá.
3) Equivocar-se com relação ao objeto de uma dada afirmação, trocando-o por outro que não aparece no texto original. É o caso da retomada de “criticar” (no trecho “Relatórios usados por Dilma para criticar Aécio somem do site do TCE”) por “calúnias” (no trecho “Vão sumir todas as calúnias”) pelo ex-jogador de futebol Ronaldo.
4) Confundir-se com relação ao tempo verbal da ação mencionada no texto lido. É o caso da retomada de “somem” (usado para descrever ação ocorrida no passado) por “vão sumir” pelo jogador de futebol Ronaldo.
5) Ignorar a carga perlocucionária de um dado texto, tomando a conotação como se fosse denotação, não levando em conta sua vertente irônica. É o caso dos leitores que retomam fragmentos dos textos “A mulher perfeita...” e “Dez razões para NÃO aprovar o Casamento Gay no Brasil”.
6) Desconsiderar um fragmento de um texto que poderia funcionar como uma chave de leitura do projeto enunciativo de seu escritor. É o caso dos leitores do texto “Gente de humanas que faz um monte de coisa que não dá dinheiro” que não consideraram as implicações de “esse é o meu clube, essa é a minha vida” e interpretaram o texto como se fosse um lamento.
7) Confundir a voz de um dos personagens de um dado texto com as posições de seu autor. É o caso dos leitores de “Marginalzinho: a socialização de uma elite vazia e covarde” que, aparentemente, pensam que as posições da orientanda da autora são as dela.
9) Desconsiderar as marcas de temporalidade intrínsecas a alguns verbos. É o caso do enunciado “mulheres **continuam** sendo propriedade dos homens, negros não podem casar com brancos e o divórcio **continua** ilegal”.
10) Desconhecer os mecanismos de construção da ironia. É o caso dos leitores que não construíram hipóteses sobre formulações como “O casamento gay vai encorajar pessoas a serem gays, da mesma forma que **sair com pessoas altas vai fazer você ficar mais alto**”.
11) Ignorar os efeitos de sentido gerados por conjunções e locuções conjuntivas. É o caso dos leitores que não identificaram o comparativo de igualdade presente em “Obviamente pais gays só criam filhos gays, **assim como** casais heteros só criam filhos

heteros” e daqueles que desconsideraram a exemplificação em “brasileiros de verdade sempre rejeitam as coisas artificiais, **como** lentes de contato, poliéster e ar condicionado”.

Esses deslizes nos remetem ao início deste trabalho, quando nos questionamos acerca de como ensinar aos estudantes a fazer inferências com base na leitura de um texto e, ao mesmo tempo, instruí-los acerca dos limites necessários quando se tenta ler o que não está escrito. Parece-nos que, para além de ensinar a evidente necessidade de que se dediquem com paciência e diligência aos textos, é necessário criar propostas constantes de estudo de aspectos textuais – como o mecanismo de funcionamento da ironia, os efeitos de sentido das conjunções, a reflexão sobre a carga argumentativa de diferentes itens lexicais, as implicações dos tempos verbais etc. Acreditamos que, com um estudo sistemático dos fatores linguísticos mencionados anteriormente, o modo de ler dos alunos poderia ser afetado de maneira positiva.

Como ler também implica considerar elementos extratextuais, é certo que os aspectos linguísticos não são a única fonte de mal-entendidos. Embora o texto seja ponto de partida para a construção de sentidos, vimos que muitas das leituras feitas, sobretudo quando se chegava ao texto com opiniões formadas sobre ele, tendiam a extrapolá-lo de tal maneira que podiam chegar a negar o que estava escrito.

Retomando uma de nossas perguntas de pesquisa com base na qual buscávamos descobrir que tipo de relação os leitores têm estabelecido com os textos que leem em suportes virtuais, poderíamos afirmar que **desconsideração** – nos casos em que a materialidade escrita é ignorada –, **desatenção** – nos casos em que leituras rápidas ou superficiais levam à construção de sentidos não autorizados no texto – e **autoridade** – nos casos em que o leitor se sobrepõe ao que leu, fazendo valer somente suas ideias prévias – parecem palavras adequadas para descrever como tem se dado essa interação.

Outros exemplos de fatores que podem ser considerados *extratextuais* e que geraram ocorrências de leituras não convencionais foram:

1) Permitir que as experiências, ideias individuais, conhecimento de mundo e crenças interferissem no processo de leitura a ponto de se sobreporem às possibilidades de construção de sentido presentes no texto. É o caso dos leitores de “Marginalzinho: a socialização de uma elite vazia e covarde” que, aparentemente, deixaram prevalecer informações acerca de posicionamento político pessoal e desconsideraram a materialidade textual, e também dos leitores de “Dez razões para NÃO aprovar o

Casamento Gay no Brasil", ao discorrem sobre suas religiões e a bíblia de modo desvinculado do que foi lido.

2) Alhear-se ao conteúdo do texto, como ocorreu quando os leitores pareceram ter tirado conclusões com base em manchetes. Pode ter sido o caso do ex-jogador Ronaldo ao ler que "Relatórios usados por Dilma para criticar Aécio somem do site do TCE", e também de alguns leitores do texto "Dez razões para NÃO aprovar o Casamento Gay no Brasil", que saíram em defesa do direito dos gays sem notarem que o texto fazia o mesmo.

3) Tentar se apegar a informações que confirmassem os próprios interesses, hipóteses, crenças e impressões, tendência nomeada "viés de confirmação". É o caso de quando a pessoa lê somente para confirmar o que já estava procurando, de modo que fica desatenta para as outras possibilidades, como ocorreu nos textos "Dez razões para NÃO aprovar o Casamento Gay no Brasil" e "A mulher perfeita... no imaginário masculino".

4) Trazer para a leitura informações prévias acerca do *autor* do texto, o que pode gerar dificuldade para dissociar *pessoa* (o autor) e *dito* (o texto). Foi o caso de muitos leitores do texto "Gente de humanas que faz um monte de coisa que não dá dinheiro", por exemplo, e também dos jornalistas que leram a carta Guarani-Kaiowá.

Ao depreender algumas das causas das leituras não convencionais, pensamos ter alcançado nosso objetivo geral. Esperamos que o esforço aqui empreendido sirva para assinalar que é preciso intensificar o trabalho com leitura nas escolas e mostrar aos alunos os diferentes aspectos e circunstâncias que podem alterar o modo como leem.

Um de nossos objetivos específicos ao selecionar nosso *corpus* e conduzir a análise era identificar que tipo de relação os leitores têm estabelecido com os textos que leem em suportes virtuais, e também em que medida as particularidades dessa relação podem ser consideradas responsáveis pelos problemas de leitura verificados nos textos selecionados. Como já tínhamos comentado, algumas pesquisas na área concluíram que raramente as pessoas leem as páginas palavra a palavra. Nesse contexto, foi observada uma preferência por 'varrer' os textos com o olhar.

Se a norma na internet é que a navegação e a leitura sejam feitas de forma diagonal e descontínua, isso pode ajudar a explicar a fragmentação observada no modo como muitos leitores interagiram com os textos. Outra tendência preocupante consiste no fato de muitos leitores tomarem a manchete por informação principal do texto, o que imaginamos que possa ser consequência da quantidade de textos disponíveis na internet – isto é, diante da

impossibilidade de fazer uma leitura integral de todo o conteúdo com que têm contato, os leitores tendem a se satisfazer com os títulos, o que costuma bastar para que se julguem informados acerca de determinados assuntos.

Outro aspecto importante para nossas considerações finais foi a observação de que, na internet, escrita e leitura parecem andar juntas. Muitos leitores estabelecem interlocução por meio dos sites, seja com o texto ou com o autor que o escreveu. De todo modo, é notória a frequência com que leitores sentem o desejo de se expressar em resposta a um texto ainda que não tenham interagido de fato com os dizeres dele. Parece-nos indiscutível, portanto, a ideia de que a leitura em meios virtuais tem efeitos ou impactos diferentes daquela tradicional, realizada em suporte físico (embora não nos seja possível avaliar de que maneira a "era virtual" afetou o modo como se lê mesmo em suportes físicos).

Com base em tudo que foi mencionado nesta dissertação, reafirmamos nosso desejo de que outros leitores também possam tirar consequências para o ensino de leitura baseados em nossa pesquisa. Cremos que os alunos, muitas vezes, se veem como meros captadores de informações, convencidos de que é esse seu papel, e assim deixam de participar ativamente do processo que os constituiria como leitores. Os professores, por outro lado, muitas vezes já se satisfazem ao ensinar algum conhecimento de ordem técnica, o que torna a leitora uma atividade mecânica e não ajuda os alunos a se tornarem leitores de fato. Se vivemos afetados pela fluidez do mundo líquido moderno, como sugeriu Bauman (2001, 2013), e se a Língua espraiada já é um fato epidêmico, como demonstrou Riolfi (2015), caberá aos professores instruir seus alunos de modo a ressignificar a relação entre textos e leitores na contemporaneidade e, assim, redefinir os meandros da interpretação.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Emari. **Intervenções do orientador na escrita:** efeitos na formação do pesquisador. 2015. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 11 ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

BARZOTTO, Valdir Heitor (Org.). **Estado de leitura**. Campinas: Mercado de Letras. 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

_____. **A Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BENETTI, Marcia. **A ironia como estratégia discursiva da revista *Veja***. Revista Líbero, nº 20, 2007.

BOLTER, Jay. **Writing space**: the computer, hypertext, and the history of writing. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 1991.

BRANDÃO, H. N. **Introdução à análise do discurso**. 7 ed., Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

BRASIL. MEC/INEP. **Relatório Nacional PISA 2012**: Resultados brasileiros. <http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2014/relatorio_nacional_pisa_2012_resultados_brasileiros.pdf>. Acesso em: 6/2/2015.

CARDOSO, S. H. B. **Discurso e ensino**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

CHERUBIM, Sebastião. **Dicionário de figuras de linguagem**. São Paulo: Enio Matheus Guazzelli, 1989.

COSCARELLI, Carla Viana. **Da leitura de hipertexto**: um diálogo com Rouet et alii. In: ARAÚJO, Júlio César; BIASI-RODRIGUES, Bernardete (orgs.). Interação na internet: novas formas de usar a linguagem. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

COURTINE, J. J. **Analyse du discours politique**. Le discours communiste adressé aux chrétiens. In.: Langages, 62, 1981. Trad. Vanice Maria Oliveira sargentini.

ENCARNAÇÃO, Maria Regina Teixeira da. **A eficácia da leitura e a percepção da intertextualidade na produção de textos**. Revista Eletrônica Letra Magna. Hipertexto e gêneros textuais, n 3, p. 1 – 14, 2 semestre, 2005. Disponível em: <www.letramagna.com/marciaregina.pdf>. Acesso em: 22 maio 2016.

ESTEBAN, M. T. **O que sabe quem erra? Reflexões sobre avaliação e fracasso escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. v. 4. São Paulo: Cortez Editora & Autores Associados, 1991. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo)

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**: aprenda a escrever aprendendo a pensar. 21. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

GERALDI, João Wanderley. **Linguagem e Ensino** – Exercícios de militância e divulgação. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

_____. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTES, Joseph. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1979.

KRESS, Gunther. **Learning to Write**. 2nd ed. London: Routledge, 1994.

HILLESUND, T., **Digital reading spaces**: How expert readers handle books, the Web and electronic paper. Disponível em: <http://uncommonculture.org/ojs/index.php/fm/article/view/2762/2504>. 2010.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO & AÇÃO EDUCATIVA. **Indicador de Alfabetismo Funcional**: Principais resultados. Disponível em: <www.ipm.org.br/download/informe_resultados_inaf2011_versao%20final_12072012b.pdf>. Acesso em: 6/2/2015.

MANGUEL, Alberto. **À mesa com o Chapeleiro Maluco**: ensaios sobre corvos e escrivaninhas. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. “Leitura como processo inferencial num universo cultural-cognitivo”. 1985. In: BARZOTTO, Valdir Heitor (Org.) **Estado de leitura**. Campinas: Mercado de Letras; 2009.

_____. **O hipertexto como um novo espaço de escrita em sala de aula**. Trabalho apresentado no 4 Fórum de Estudos Lingüísticos. Rio de Janeiro, 1999.

NIELSEN, J., 1997a. **Be Succinct! (Writing for the Web)**. Nielsen Norman Group. Disponível em: <www.nngroup.com/articles/be-succinct-writing-for-the-web>. Acesso em: 12 nov. 2015.

_____, 1997b. **How Users Read on the Web**. Nielsen Norman Group. Disponível em: <www.nngroup.com/articles/how-users-read-on-the-web>. Acesso em: 13 nov. 2015.

NOVAES, Tatiani Daiana. **Compreensão de leitura em diferentes suportes**: estudo comparativo entre o impresso e o digital. Disponível em: <busca.unisul.br/pdf/89838_Tatiani.pdf>. 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso**: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 2007.

_____. "Segmentar ou recortar?" In: **Linguística**: questões e controvérsias. Série Estudos 10. Uberaba, MG: FIUBE. 1984.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Orlandi. Campinas – SP: Pontes, 1990.

PIQUEIRA, Gustavo. **Odisseia de Homero** (segundo João Vítor). São Paulo: Editora Gaivota, 2013.

POSSENTI, Sírio. "A leitura errada existe". 1990. In: BARZOTTO, Valdir Heitor (Org.) **Estado de leitura**. Campinas: Mercado de Letras; 2009.

_____. **Existe a leitura errada?** Entrevista concedida a Marildes Marinho. Presença pedagógica. v.7 n.40 • jul./ago. 2001. p. 15.

_____. **Os humores da língua**: análises linguísticas de piadas. 3ª ed. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

RAMAL, Andréia Cecília. **Educação na cibercultura**: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

RIOLFI, Claudia Rosa. **A criança errante**. In: VII Colóquio Internacional do Lepsi / I Congresso Ruepsy, "Formação de profissionais e a criança-sujeito", 2008, São Paulo. Formação de Profissionais e a Criança-Sujeito: Anales electronico, 2008.

_____. **A língua espraiada**. 1. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015. (Coleção Fazer A-parecer)

_____, Org.; Barzotto, Valdir Heitor, Org. **Dezescrita**. São Paulo: Paulistana, 2014. (Coleção SOBRESCRITA)

_____ et al. **Ensino de Língua Portuguesa**. São Paulo: Thomson Learning Edições Ltda, 2008.

SMITH, Frank. **Compreendendo a leitura**: uma análise psicolinguística da leitura e do aprender a ler. Trad. Deise Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SONDERMAN, J., **Majority of people who read news now get it on handheld devices**. Poynter. Disponível em: <www.poynter.org/latest-news/mediawire/169406/majority-of-people-who-read-news-now-get-it-on-handheld-devices>. 2012.

SUASSUNA, Lívia. **Linguagem como discurso** – implicações para as práticas de avaliação. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-graduação em Linguística. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. 2004.

XAVIER, A. C. **O hipertexto na sociedade de informação**: a constituição do modo de enunciação digital. Tese (Doutorado em Linguística) - IEL, UNICAMP, 2002.